

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

DAYANA CRISTINA MEZZONATO MACHADO

**RACIONALIDADES E MODOS DE VIDA NO PROCESSO DE
APROPRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS AGRICULTORES
FAMILIARES TRADICIONAIS**

**PORTO ALEGRE
2017**

DAYANA CRISTINA MEZZONATO MACHADO

**RACIONALIDADES E MODOS DE VIDA NO PROCESSO DE
APROPRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS AGRICULTORES
FAMILIARES TRADICIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

**PORTO ALEGRE
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Dayana Cristina Mezzonato
Racionalidades e modos de vida no processo de
apropriação das políticas públicas pelos agricultores
familiares tradicionais / Dayana Cristina Mezzonato
Machado. -- 2017.
178 f.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Agricultores familiares tradicionais. 2.
Políticas públicas. 3. Racionalidades. 4. Modos de
vida. 5. PBSM. I. Gehlen, Ivaldo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DAYANA CRISTINA MEZZONATO MACHADO

**RACIONALIDADES E MODOS DE VIDA NO PROCESSO DE
APROPRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS AGRICULTORES
FAMILIARES TRADICIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Catia Grisa
UFRGS

Prof. Dr. Mario Rield
FACCAT

Prof^a. Dr^a. Letícia Maria Schabbach
UFRGS

Às minhas avós, Maninha e Aparecida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a fundamental ajuda do outro em nossa caminhada, é admitir que somos seres incompletos e que nos construímos a partir das relações sociais. A finalização de uma dissertação requer muitos reconhecimentos.

Ao meu grande companheiro das batalhas cotidianas, José Luis. Gratidão por todo seu esforço durante essa caminhada, inclusive pelas coisas mais simples: uma fruta na janela, um suco no meio da tarde... elas foram fundamentais para deixar essa caminhada mais suave. Seu amor, dedicação e paciência me acolheram de forma especial.

À minha mãe, Graça, pelo exemplo de mulher batalhadora. Obrigada também às minhas irmãs Nathália e Janaína por estarem sempre presentes em minha vida, apesar da distancia. Ao meu irmão Sérgio, por ter me apoiado neste trabalho com todo seu carinho! Ao meu pai, que muito jovem precisou partir, agradeço por nos ter deixado o legado da importância do estudo.

À minha amiga do coração Jenifer, por ter sido a grande incentivadora para a retomada dos estudos acadêmicos e por ter compartilhado comigo as dores e alegrias desse processo, me fazendo acreditar que é possível.

Aos amigos da “bancada camponesa”, com os quais compartilamos análises teóricas, metodológicas, angústias, dúvidas, experiências de vida e várias elucubrações, sempre animadas com bom chimarrão!

Ao orientador, professor Ivaldo Gehlen, pela dedicação, diálogo e solidariedade na socialização do conhecimento. Obrigada por proporcionar aproximação às ciências sociais, à sociologia e às experiências acadêmicas.

A querida amiga Adriane que me acompanhou durante esse período, com o cuidado e a magia essenciais para um percurso mais leve! Contigo aprendi os valores da contemplação, atitude de agrado e do servir: gratidão! Ao querido Erico que muito contribuiu para que essa caminhada fosse literalmente menos dolorosa, obrigada pelo exemplo de humanismo!

Aos amigos da “BG”, pelos momentos de alegria e confraternização, nos quais compartilhamos deliciosos sonhos e esperanças. Obrigada pelo incentivo e por acreditarem no resultado desse trabalho.

Aos colegas do PGDR agradeço a possibilidade do aprendizado conjunto. Em especial gostaria de lembrar os colegas Francisco e Amália. Pessoas que semearam nossa vida com suas presenças iluminadas e que, por razões que não sabemos explicar, acompanham esse momento desde outras esferas.

Aos trabalhadores do PGDR: aos professores por todo conhecimento compartilhado, pela possibilidade de novos questionamentos e novos olhares construídos, pelas novas contradições geradas. Aos servidores por toda atenção e carinho no relacionamento durante o curso.

A todos os demais trabalhadores da UFRGS: das bibliotecas, dos restaurantes universitários, dos banheiros; essa dissertação também foi possível pela atividade realizada cotidianamente por vocês.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por toda estrutura de apoio ao Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS e pelo financiamento desta dissertação, em particular.

Aos trabalhadores da Emater/RS que direta ou indiretamente contribuíram com essa pesquisa, em especial ao Marcio, Adriane, Volnei, Mari, Carlos, Pedro, André, Michele, Marlete, Tiago e Karina. Agradeço pela confiança, boa vontade e pelo tempo dedicado na contribuição para realização deste trabalho, colocando infraestrutura para os deslocamentos, os documentos da instituição e os escritórios à disposição da pesquisa.

Aos agricultores familiares tradicionais, em especial aos interlocutores dessa pesquisa: Otaviano, Rosa, Valdir, Fabiana, Jacira, Clair, Vitória, Odete, Vera, Maria, Santo, Jacira L., Isáias, Elenice, Elenir. Agradeço a hospitalidade, o carinho e a disponibilidade em compartilhar suas experiências de vida.

Comida

Titãs

(Arnaldo Antunes/ Marcelo Fromer/ Sérgio Britto)

Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer

A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade

Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo, eh!
Necessidade, vontade, eh!
Necessidade

RESUMO

O tema desta dissertação é o estudo das interações entre os sujeitos sociais e as políticas públicas, tendo como referência empírica os agricultores familiares tradicionais e sua apropriação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). O principal objetivo foi compreender a relação entre as distintas racionalidades e os modos de vida ou experiências de agricultores tradicionais e o Plano Brasil Sem Miséria – Projeto Fomento. Para tanto foram investigadas a formação histórica dos agricultores tradicionais no Brasil e no Rio Grande do Sul e a trajetória das políticas públicas e sociais brasileiras a partir da década de 1990. Optou-se pelo método qualitativo e os instrumentos de coleta de dados primários foram entrevistas semi-estruturadas, individuais e coletivas e como fontes secundárias, documentos e obras publicadas sobre os municípios pesquisados. A pesquisa foi realizada nos municípios de Dom Feliciano, Itati e Lajeado do Bugre, Rio Grande do Sul, Brasil. As entrevistas foram realizadas com famílias beneficiárias do Plano Brasil Sem Miséria e técnicos da Emater/RS. Para o desenvolvimento deste estudo mobilizou-se os conceitos de racionalidade e modos de vida. Observou-se que produção para o autoconsumo ocupa lugar privilegiado na racionalidade dos agricultores tradicionais. A política pública foi adaptada pelos agricultores readequando-a a suas expectativas e demandas imediatas, não necessariamente geradoras de transformação de seu modo de vida e da sociedade em que vivem. Os agricultores elaboram estratégias de apropriação da política orientados pela racionalidade do risco mínimo, tendo como objetivo o fortalecimento do seu modo de vida. Os resultados indicam que as condutas e os comportamentos dos agricultores podem estar associados a opção por um modo vida com características mais próximas às tradicionais.

Palavras-chave: Agricultores familiares tradicionais. Políticas públicas. Racionalidades. Modos de vida. PBSM.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the study of the interactions between social subjects and public policies, having as an empirical reference the traditional family farmers and their appropriation of the Brazil Without Poverty Plan (PBSM). The main objective was to understand the relationship between the different rationalities and the ways of life or experiences of traditional family farmers and the Brazil Without Poverty Plan – Fomento Project. For this, has been investigated the historical formation of traditional farmers in Brazil and Rio Grande do Sul and the trajectory of Brazilian public and social policies from the 1990s. The qualitative method was chosen and the primary data collection instruments were interviews semi-structured, individual and collective, and as secondary dataset, documents and published works about the municipalities surveyed. The research was carried out in the municipalities of Dom Feliciano, Itati and Lajeado do Bugre, Rio Grande do Sul, Brazil. The interviews were carried out with beneficiary families of the Brazil Without Poverty Plan and Emater/RS technicians. For the development of this study the concepts of rationality and ways of life were mobilized. It was observed that production for self-consumption occupies a privileged place in the rationality of traditional farmers. Public policy has been adapted by farmers by adapting it to their expectations and immediate demands, not necessarily generating a transformation of their way of life and the society in which they live. Farmers develop strategies of policy appropriation guided by the rationality of minimum risk, with the aim of strengthening their way of life. The results indicate that farmers' behaviors and behaviors may be associated with the option of a life mode with characteristics closer to traditional ones.

Keywords: Traditional family farmers. Public policy. Rationalities. Way of life. PBSM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma teórico-metodológico das dimensões racionalidade e modos de vida	23
Figura 2 - Localização dos municípios de Dom Feliciano, Itati e Lajeado do Bugre	25
Figura 3 - Eixos de atuação do Plano Brasil Sem Miséria.	106
Figura 4 - Rota de inclusão produtiva para os beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria ...	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores socioeconômicos culturais para escolha dos municípios do estudo ...	25
Quadro 2 - O modo de vida caipira	73
Quadro 3: O modo de vida caboclo	74
Quadro 4 - Síntese da formulação dos eixos do Plano Brasil Sem Miséria	107
Quadro 5 - Projeto produtivo, situação do projeto no momento da entrevista e município...	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de títulos atribuídos à agricultura e/ou aos agricultores de produção familiar na academia entre 1935 e 1984.....	48
Tabela 2 - Tipologia dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, em 1994.....	50
Tabela 3 - Estabelecimentos rurais totais, estabelecimentos rurais de agricultores familiares, número de famílias de agricultores familiares no Rio Grande do Sul em 2014.....	111
Tabela 4 - Dimensão da Pobreza no Rio Grande do Sul, medida pelo critério de renda, em 2014	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADUNICO	Cadastro Único
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPACS	Cooperativa Agropecuária Centro Sul
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRS	Crédito Rural Supervisionado
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER/ASCAR- RS	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEATRIGO	Federação das Associações do Trigo
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional da Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual do Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Sem Terra

ONU	Organizações das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Programa de Produção Agro ecológica Integrada e Sustentável
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGDR/UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Paridade de Poder de Compra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SDR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SESEP	Secretária Extraordinária de. Superação da Extrema Pobreza
SPA	Sombra Pasto e Água
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPF	Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVOS	19
1.2	JUSTIFICATIVAS	19
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2	PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES TRADICIONAIS	28
2.1.1	Agricultores tradicionais no Brasil Colônia e Império	30
2.1.2	Agricultores tradicionais no Rio Grande do Sul	35
2.1.3	O processo de industrialização no espaço rural gaúcho	44
3	RACIONALIDADES E MODOS DE VIDA	58
3.1	RACIONALIDADE NA TEORIA SOCIAL	58
3.2	A RACIONALIDADE DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS	64
3.3	CONCEITO DE MODO DE VIDA	69
4	ESTRATÉGIAS SOCIOECONOMICAS E MODOS DE VIDA DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS	77
4.1	LÓGICAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS	77
4.2	MODOS DE VIDA DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS	84
5	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS AGRICULTORES TRADICIONAIS	93
5.1	POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	93
5.1.1	Políticas de transferência de renda	96
5.1.2	Políticas Públicas para população rural em situação de vulnerabilidade social	99
5.1.3	Políticas de combate à pobreza rural no RS: breves considerações	103
5.2	O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	104
5.2.1	Considerações sobre a elaboração da política	105
5.2.2	O Plano Brasil Sem Miséria – Projeto Fomento	109

5.2.3	Projeto Fomento no Rio Grande do Sul	111
5.2.4	O olhar dos mediadores sociais.....	115
5.2.5	A percepção dos agricultores tradicionais.....	128
6	POLÍTICA PÚBLICA, MODOS DE VIDA E RACIONALIDADES: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES ENTRE ESTADO E AGRICULTORES TRADICIONAIS.....	138
6.1	RACIONALIDADES E MODOS DE VIDA DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS NA APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	138
6.2	IMPACTOS DA POLÍTICA PÚBLICA NAS RACIONALIDADES E NOS MODOS DE VIDA	145
6.3	PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS AGRICULTORES TRADICIONAIS	148
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	157
	APENDICE A – Carta de Apresentação.....	165
	APENDICE B - Lista dos entrevistados, município e local da entrevista, função e data da entrevista	166
	APENDICE C - Roteiro da entrevista com os mediadores sociais	167
	APENDICE D - Roteiro de entrevista com os agricultores.....	168
	APENDICE E - “Os olhares dos agricultores tradicionais”	171

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa as interações entre agricultores familiares tradicionais e políticas públicas, buscando compreender como os modos de vida e as racionalidades dos sujeitos sociais influenciam o processo de apropriação das políticas. A referência empírica é o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) – Projeto Fomento, política pública criada em 2011 como objetivo de combater a extrema pobreza ampliando as oportunidades de trabalho e renda para a população mais pobre. (CAMPELLO; MELLO, 2014).

As políticas públicas para os agricultores familiares tiveram impulso no Brasil a partir de meados da década de 90. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, foi a primeira política específica para os agricultores familiares. De acordo com Grisa e Schneider (2015), o PRONAF resultou de um largo processo de mobilização social iniciado no final da década de 70, quando as organizações de pequenos agricultores, no bojo das lutas pela redemocratização, reivindicavam por reforma agrária, direitos trabalhistas e políticas agrícolas diferenciadas. Posteriormente, foi potencializado na década de 80, durante o processo da constituinte, em que foram alcançadas conquistas importantes para o setor dos agricultores familiares, como a aposentadoria para o trabalhador rural e a função social da terra (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Como decorrência da mobilização e organização social, os pequenos agricultores passaram a ocupar espaço na cena política nacional, formulando propostas de um novo projeto de desenvolvimento rural, em contraposição ao projeto das oligarquias agrárias (PICOLOTTO, 2008).

O novo projeto de desenvolvimento rural associava o desenvolvimento econômico brasileiro ao fortalecimento da agricultura familiar. Essa proposta passou a ser defendida também por estudiosos do mundo rural que, ao analisarem o modelo de desenvolvimento rural dos países de capitalismo central, em especial os europeus, identificaram importante presença da agricultura familiar.

O PRONAF foi o resultado do intenso processo de organização social dos pequenos agricultores, associado às proposições acadêmicas para o mundo rural e ao reconhecimento governamental quanto ao potencial econômico dos agricultores familiares. A partir do PRONAF, ampliaram-se as ações voltadas à promoção do novo desenvolvimento rural, tais como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999; a construção do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), ambos em 2003; e o lançamento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004; dentre outros. Em 2006, foi

promulgada a Lei 11.326 que definiu o conceito de Agricultura Familiar e os grupos que a compõem, passando a lei a balizar as políticas para essa categoria.

Este conjunto de medidas e políticas voltadas aos agricultores familiares propiciou transformações no espaço rural, que deram origem a inúmeros estudos. Neves (2007) apresenta os resultados do levantamento realizado sobre o acesso ao crédito rural no estado do Rio de Janeiro, onde constatou que na safra de 2004/2005, do montante de recursos destinados à agricultura familiar, 94% foram para projetos de agricultores familiares capitalizados¹. Aquino e Schneider (2015) identificaram que, entre 1999 e 2011, o grupo que representava 67% dos estabelecimentos da agricultura familiar, utilizou somente 10,7% do montante do crédito aplicado pelo PRONAF, o que mostra o caráter concentrador do crédito. Essas pesquisas revelaram que, apesar do acesso ao crédito rural pelos agricultores familiares ter aumentado a partir de 1996, ele foi destinado aos agricultores familiares mais capitalizados.

A avaliação feita por Zimmermann *et al.* (2014) sobre os Programas de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e Territórios da Cidadania (PTC), instituído em 2008, concluiu que os setores sociais rurais de maior vulnerabilidade social não tiveram prioridade na seleção dos projetos, sendo pouco ou nada beneficiados por esses projetos nos territórios. O estudo concluiu que, apesar desses programas destinarem-se à redução da vulnerabilidade socioeconômica dos atores sociais rurais mais pobres, ele efetivamente beneficiou os agricultores mais capitalizados, que desconheciam tal finalidade.

As conclusões dessas investigações indicam que os setores dos agricultores em situação de vulnerabilidade socioeconômica não têm logrado acesso às políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

Comprovando as conclusões dessas análises, dados do Censo 2010, mostraram que 25% da população brasileira residente no meio rural era constituída por famílias de agricultores em situação de pobreza extrema. A linha da pobreza extrema foi estabelecida com base no parâmetro internacional do Banco Mundial, que define o mínimo de US\$ 1,25 por pessoa/dia (CAMPELLO; MELLO, 2014). De acordo com Campello e Mello (2014), tais condições apontaram para a elaboração de uma política pública voltada exclusivamente aos agricultores em situação de pobreza extrema. O PBSM – Projeto Fomento destinou-se a

¹Desde a sua criação o PRONAF sofreu reformulações no sentido de ampliar o público beneficiário, buscando incluir a diversidade de formas socioeconômicas do rural. Atualmente possui duas modalidades de beneficiários, o grupo especial formado pelos assentados da reforma agrária e agricultores com renda anual inferior a R\$ 20.000,00, e o grupo variável constituído por aqueles com renda bruta anual familiar entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil.

estimular a geração de trabalho e renda, promover a segurança alimentar e nutricional e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional, e incentivar a organização associativa garantir e promover a geração de renda e ampliar o acesso a bens e serviços a esses agricultores (BRASIL, 2011b).

O PBSM estava voltado para uma população historicamente excluída, que acessou precariamente às políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Isso remete a questões que merecem ser explicadas, como: Quais as estratégias são elaboradas pelos agricultores tradicionais para adaptarem-se às novas características estabelecidas por esta nova política pública? Que impactos tal política pública exerce no modo de vida e na racionalidade desses agricultores?

Este estudo analisa o processo de constituição e implementação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) – Projeto fomento tendo como foco central explicar como os agricultores familiares tradicionais interpretam, ressignificam e se aplicam a política e quais seus impactos na vida dos agricultores.

Os beneficiários do PBSM são definidos neste estudo enquanto agricultores familiares tradicionais. Nos documentos governamentais eles são denominados “agricultores familiares pobres”, definidos por critérios de renda e pela produção em pequenas propriedades, com baixo aporte tecnológico e pouco acesso aos programas de crédito (CAMPELLO; MELLO, 2014). A definição genérica de agricultores familiares é, muitas vezes, insuficiente para identificar as especificidades das diversas formas sociais existentes no espaço rural brasileiro (WANDERLEY, 2014). Para diferenciar os beneficiários do PBSM dos demais agricultores, que integram a agricultura familiar, o governo optou pela utilização do adjetivo “pobre”, o que não foi considerado apropriado, em função dos múltiplos significados que o termo pode designar. A razão do uso inadequado do termo é por estar, geralmente, vinculado às interpretações de caráter depreciativo, que tendem a estigmatizar os sujeitos sociais sem designar atributos que deem conteúdos à definição (YAZBEK, 2012).

Optou-se pelo conceito de agricultores familiares tradicionais, abandonando a terminologia governamental de “agricultores familiares pobres”. Sem pretender torná-la uma solução para o impasse entre os termos agricultor familiar e agricultor pobre, estigmatizado socialmente, o uso do termo agricultor familiar tradicional é um recurso heurístico para designar os sujeitos sociais do espaço rural que têm elaborado estratégias de reprodução social e modos de vida baseados em referenciais tradicionais. Tais agricultores distanciam-se dos valores da “sociedade englobante” marcados pelo constrangimento socioeconômico de

históricos processos de exclusão social. A utilização do termo tem ainda o intuito de visibilizar a heterogeneidade presente no espaço rural.

A criação do PBSM mostra o reconhecimento da diversidade social da agricultura familiar por parte dos técnicos do Estado. Neste estudo procurou-se detectar, de maneira secundária, como esses técnicos identificaram, classificaram e se relacionaram com essa diversidade social, a partir da década de 1990 e seus reflexos nas políticas públicas.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender a influência dos modos de vida e da racionalidade dos agricultores tradicionais no processo de adaptação às características da nova política pública - o Plano Brasil Sem Miséria – Projeto Fomento.

Objetivos específicos:

- a) descrever o processo histórico de constituição do sujeito social agricultor familiar tradicional;
- b) identificar a racionalidade, os modos de vida e as experiências dos agricultores tradicionais;
- c) descrever as políticas públicas e sociais vigentes no período (a partir da década de 90) destinadas aos agricultores familiares tradicionais;
- d) explicar como desenvolveu-se o Plano Brasil Sem Miséria – Projeto Fomento nos municípios selecionados.

1.2 JUSTIFICATIVAS

Justifica-se este estudo em primeiro lugar, pelo destaque que o Brasil alcançou no cenário internacional, no período recente, no desenvolvimento de programas sociais e políticas públicas voltadas aos agricultores familiares. O estudo das transformações ocorridas é necessário para conhecer as possibilidades e os limites desses programas. Estudos sobre políticas públicas destinadas à agricultura familiar no Brasil têm demonstrado a necessidade de questionar sua eficiência, sobretudo na perspectiva dos beneficiários (WANDERLEY, 2014).

Em segundo lugar, esta dissertação visa (re)problematizar a diferenciação existente dentre as diversas formas sociais do rural, permitindo identificar algumas particularidades dos modos de vida e das racionalidades dos agricultores tradicionais. Especialistas em políticas

públicas e desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2010; SABOURIN, 2009; NEVES, 2009) tem apontado para a importância de desenvolver estudos sobre a diversidade social, econômica, cultural e ambiental do meio rural no Brasil. A consolidação da categoria agricultor familiar contribuiu para o fortalecimento de um sujeito social, até o início da década de 90 com pouco reconhecimento social e identitário; no entanto, significou também a cristalização de uma dualidade: agricultura familiar e agricultura patronal. O estudo dos modos de vida e das racionalidades dos agricultores tradicionais pode ser justificado pela importância de conhecer os saberes, estratégias e experiências acumulados por seus impactos na atividade por eles desenvolvidas.

A escolha desta temática resultou ainda do trabalho cotidiano com os agricultores durante oito anos de assessoria técnica em assentamentos de reforma agrária, nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No transcurso desta experiência foi possível perceber os diferentes comportamentos, visões de mundo, modos de produção e projetos de vida dos agricultores. Nesta experiência ocorreram limitações para dialogar com as distintas vontades e necessidades dos agricultores. Por que, afinal, nem todos seguiam as “orientações” da equipe técnica? Por que nem todas as famílias participavam das atividades coletivas? Por que algumas famílias tinham logrado conquistas econômicas, enquanto outras encontravam-se em situação de vulnerabilidade social? Estes questionamentos e outros que foram aflorando, despertaram o interesse pessoal pela heterogeneidade das formas sociais no mundo rural e das motivações e comportamentos que orientam as condutas dos indivíduos.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem seu foco na interação dos agricultores tradicionais com os atores políticos que formulam e administram as políticas públicas. Para tanto as dimensões escolhidas para essa análise foram a racionalidade, as experiências e os modos de vida dos agricultores tradicionais. Tendo como objeto de análise o Plano Brasil Sem Miséria, primeiramente buscou-se conhecer a formação histórica dos sujeitos sociais, classificados pelos formuladores da política como “agricultores familiares pobres” e denominados, neste estudo, “agricultores familiares tradicionais”. A política pública foi estudada por meio de informações sobre os técnicos do Estado, o que abrangeu o papel dos formuladores (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) e a atuação dos mediadores sociais (técnicos da Emater e da assistência social). Além desses, mereceu particular atenção os agricultores familiares tradicionais, atores centrais deste estudo.

O estudo constou de uma análise documental, de revisão da bibliografia específica e da pesquisa de campo. Optou-se pela abordagem metodológica qualitativa, considerando que esta privilegia as análises dos microprocessos e as ações sociais individuais e grupais (MARTINS, 2014). O método qualitativo possui como características a flexibilidade das técnicas para a coleta de dados e a heterodoxia na análise dos mesmos. Esse método visa compreender o comportamento dos indivíduos (entrevistados) por meio de outros indivíduos (entrevistadores), ou seja, “a análise do comportamento humano é feita por um observador humano falível e tendendo a distorcer os fatos” (MARTINS, 2004, p. 291). A abordagem qualitativa trabalha com as subjetividades do pesquisador e do pesquisado; ao estudar microprocessos, a abordagem qualitativa não pretende alcançar verdades gerais.

O método qualitativo foi escolhido por permitir ao pesquisador maior oportunidade de diálogo na relação com o interlocutor, condição fundamental quando se almeja dar voz aos sujeitos sociais, permitindo aos mesmos expressarem suas opiniões². A opção pelo método qualitativo visou atender os objetivos propostos nesta pesquisa considerando que a compreensão da dimensão das racionalidades e dos modos de vida dos agricultores tradicionais no processo de apropriação de uma política pública coloca a necessidade um processo dialógico entre pesquisador e pesquisado, no qual os interlocutores possam expressar suas visões de mundo.

Esta dissertação trabalhou com os conceitos de racionalidade e modos de vida como referencial teórico. Tais conceitos pertencem às das ciências sociais, campo ao qual pertencem os autores, cuja contribuição foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. Os principais autores utilizados foram Max Weber e Edward Thompson.

A partir da contribuição desses autores e considerando as particularidades dos agricultores, o conceito de modos de vida, no sentido de experiência social de Thompson, aplicado nessa pesquisa consistiu na maneira pela qual os sujeitos constroem sua existência e sua representação do mundo; são os costumes, os valores, os conhecimentos e as crenças que regem a vida dos sujeitos sociais.

O conceito de racionalidade, de origem weberiana, refere-se ao conjunto de regras de condutas e de pensamento, estabelecidas ao longo da vida dos indivíduos e localizadas no interior de sistemas econômicos, políticos e culturais. Weber (1905/2001) argumenta que a humanidade experimentou um crescente processo de universalização da racionalidade

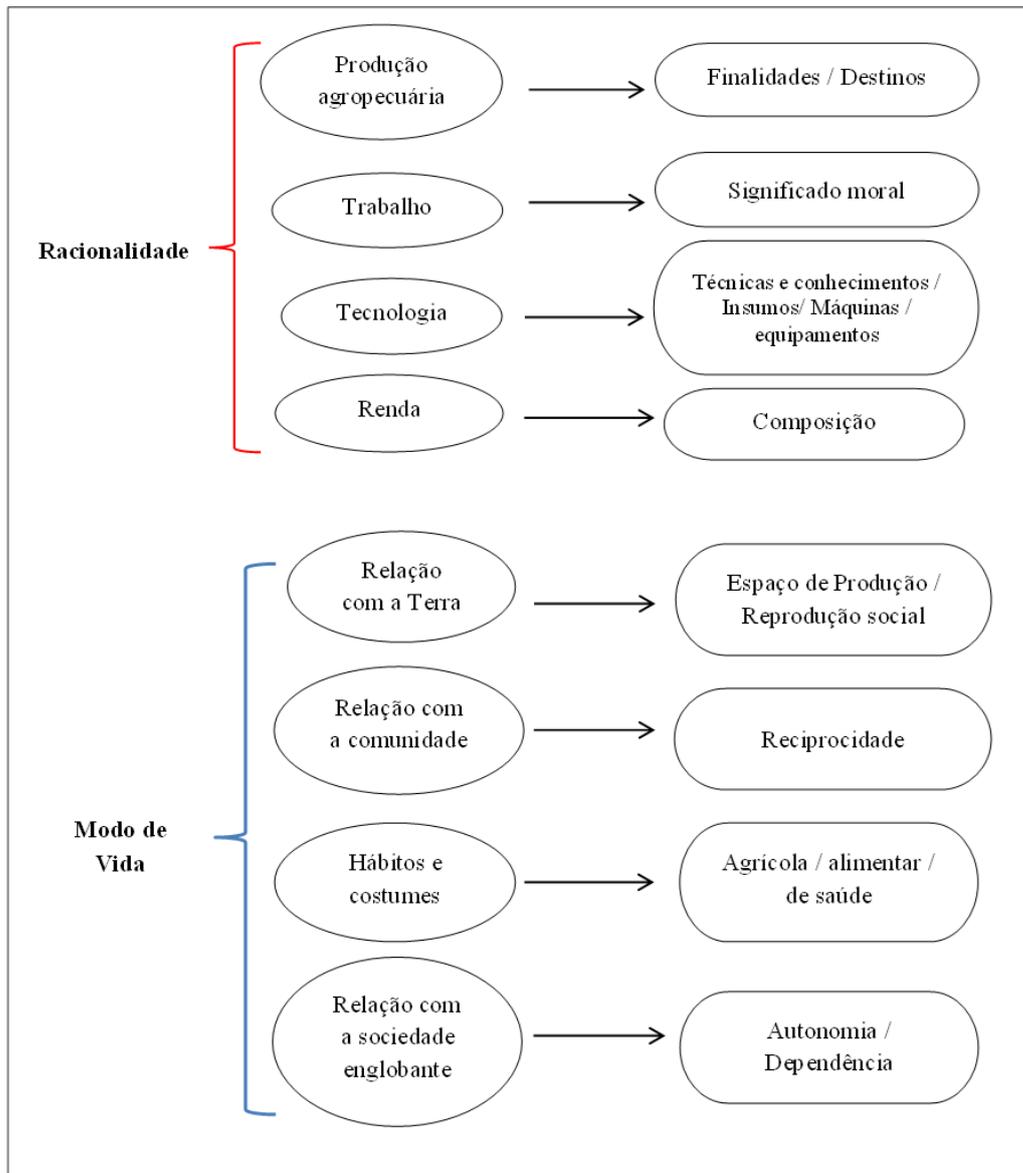
² Apesar dessa possibilidade que esse método proporciona às pesquisas em ciências sociais, vale dizer que a entrevista semi-estruturada possui um roteiro prévio, que direciona o diálogo. Além disso, o interlocutor está, inevitavelmente, imerso em uma relação assimétrica, fruto do status que a academia adquiriu historicamente como possuidora de um conhecimento superior.

moderna ocidental, que ele denominou de “racionalidade da dominação do mundo”. Para ele, a racionalidade moderna ocidental é um tipo de racionalidade, podendo existir outras formas de racionalizar a vida.

Buscou-se apreender as racionalidades dos sujeitos sociais analisados neste estudo no processo de apropriação da política pública, procurando compreender que estratégias são elaboradas por eles. Objetivou-se ainda explicar os impactos que a política gera na racionalidade e nos modos de vida destes agricultores. Para a delimitação do conceito modos de vida, este estudo considerou as seguintes variáveis: relação com a terra, conhecimento e tecnologia, relação com a comunidade, relação com a sociedade. O conceito de racionalidade foi operacionalizado por meio das variáveis: produção agropecuária, trabalho, tecnologia e renda. Como mostra a figura 1 abaixo.

A figura 1 sintetiza o procedimento teórico metodológico adotado neste estudo, em que são descritas as variáveis e os indicadores para cada uma das duas dimensões: racionalidade e modo de vida.

Figura 1 – Organograma teórico-metodológico das dimensões racionalidade e modos de vida



Fonte: Elaboração própria (2017).

Além da elaboração do referencial teórico, realizou-se revisão da bibliografia sobre os objetos centrais do estudo: os agricultores tradicionais e as políticas públicas e sociais.

Na pesquisa documental buscou-se identificar documentos relacionados aos municípios estudados e à política neles implementada. Também foram pesquisados os arquivos da Emater do Rio Grande do Sul, escritório estadual e escritórios municipais que colaboraram com o estudo. Foram consultados: Relatório de Execução do Programa de Inclusão Social e Produtiva no Meio Rural/ Fomento à Inclusão Social e Produtiva/PBSM; ATER como estratégia de inclusão social e produtiva; questionários do diagnóstico da

unidade de produção familiar (UPF). Também foram analisados documentos do governo federal relativos ao campo da pesquisa.

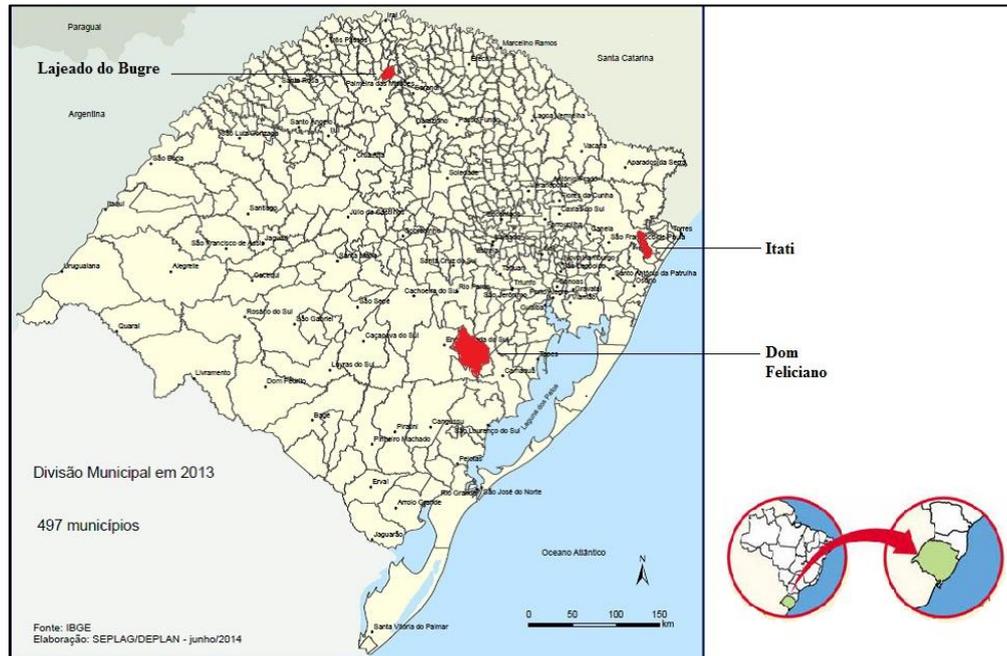
A pesquisa de campo foi realizada entre março e junho de 2016. Primeiramente, foi apresentada a proposta de pesquisa à coordenação do PBSM da Emater do Rio Grande do Sul, executora da política nesse estado, bem como um pedido de autorização para realização da pesquisa, o qual está no Apêndice A dessa dissertação. Foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelo PBSM no escritório central da Emater em Porto Alegre, quando se estabeleceu um calendário de visitas aos municípios que integraram a pesquisa de campo.

Os municípios que participaram deste estudo foram Itati, localizado na microrregião³ de Osório; Dom Feliciano, da microrregião Camaquã, e Lajeado do Bugre, na microrregião Carazinho, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, conforme figura 2 abaixo.

A opção do número de municípios e o critério de escolha dos mesmos estiveram condicionados pela intenção de abranger parte da diversidade socioeconômica e cultural dos agricultores gaúchos, assim como para observar a execução da política por mais de um escritório da Emater.

³De acordo com a Fundação de Economia e Estatística, a “microrregião é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais” (FEE, 2017).

Figura 2 - Localização dos municípios de Dom Feliciano, Itati e Lajeado do Bugre



Fonte: Adaptado de IBGE. Elaboração SEPLAG/DEPLAN (2014).

O critérios utilizados para a escolha dos municípios foram:

- a) a localização em diferentes microrregiões do estado;
 - b) a diversidade cultural decorrente da origem étnica;
 - c) a heterogeneidade econômica, segundo as diferentes produções agrícolas;
- em todos os municípios a agropecuária é a base da economia.

Dessa forma, chegamos ao quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Indicadores socioeconômicos culturais para escolha dos municípios do estudo

Municípios	Origem étnica	Produção Agrícola	Microrregião
Dom Feliciano	Poloneses	Fumo, milho e policultivos	Camaquã
Itati	Alemães	Banana e policultivos	Osório
Lajeado do Bugre	Brasileira	Erva mate, soja, milho e policultivos	Carazinho

Fontes: IBGE (2010, 2014) e FEE (2016).

Foram realizadas entrevistas com as equipes técnicas de Itati, de Dom Feliciano e Lajeado do Bugre, além da equipe de assistência social do município de Lajeado do Bugre. Os

profissionais selecionados para participarem da pesquisa foram aqueles responsáveis pela execução do PBSM – Projeto Fomento em cada município escolhido. Foram realizadas dezessete entrevistas com as famílias de agricultores tradicionais. A seleção das famílias foi feita de maneira intencional com a ajuda dos profissionais da Emater, quando foi solicitado aos mesmos que indicassem famílias com diferentes projetos produtivos e que atenderam de diferentes maneiras às expectativas destes profissionais, ou seja, famílias que alcançaram próximo a 100% dos objetivos do Plano; famílias que atenderam medianamente e famílias que tiveram dificuldades em alcançar os objetivos propostos na percepção destes profissionais. No Apêndice B encontra-se o quadro com a especificação de todos os entrevistados.

Para a pesquisa empírica utilizou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, realizada individualmente e em grupo. Estas foram aplicadas aos mediadores (extensionistas rurais da Emater e assistente social municipal) e aos agricultores beneficiários da política pública. Foram elaborados roteiros de entrevistas com questões abertas e específicas para cada classe dos entrevistados; o roteiro de entrevista com os mediadores encontra-se no Apêndice C e da entrevista com as famílias de agricultores no Apêndice D. Após a autorização dos interlocutores, as entrevistas foram gravadas com aparelho de mídia (gravador) e transcritas em texto narrativo.

Em algumas entrevistas foi possível realizar visitas ao entorno da casa, quando eram apresentados os cultivos e os sistemas técnicos adotados. Em todas as entrevistas procurou-se apresentar o objetivo da pesquisa e o intuito de dar voz aos sujeitos sociais beneficiários da política. Ao finalizar a entrevista, perguntava-se aos entrevistados se havia interesse em serem fotografados para serem visibilizados no estudo. Todos os casos afirmativos foram registrados no acervo fotográfico, Apêndice E. Durante a pesquisa de campo utilizou-se um diário de campo no qual foram anotadas as impressões e as observações gerais. Esses textos compõem o arquivo de dados da pesquisa de campo, utilizados para o processamento das análises e interpretações.

A dissertação é constituída por cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No segundo capítulo foi descrita a formação histórica dos sujeitos sociais investigados, apresentando aspectos relacionados ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, em particular. Foram, também, apresentados fatos relativos às características do Estado, às políticas públicas e aos agricultores familiares, a partir da década de 90.

No terceiro capítulo, de caráter teórico, foram apresentados os conceitos centrais do estudo: racionalidades, experiências e modos de vida. No capítulo quatro da dissertação discute-se as estratégias socioeconômicas dos agricultores tradicionais investigados.

No quinto capítulo discute-se o processo de formulação e execução da política pública, objeto da pesquisa, o Plano Brasil Sem Miséria. Neste capítulo, primeiramente, foi apresentado o processo de formulação da política pública; em seguida, analisou-se a política desenvolvida pelos mediadores sociais, profissionais da Emater e da assistência social, em suas relações com os agricultores. Finalmente, foram apresentados os processos de implementação da política e seus efeitos na percepção dos beneficiários, em que se analisaram as escolhas, tomadas de decisões e interpretações dos agricultores sobre o Plano.

No sexto capítulo foram apresentadas algumas explicações sobre as influências da racionalidade e do modo de vida dos agricultores tradicionais face à nova política pública e os impactos dela decorrentes. Buscou-se problematizar os diferentes mundos, modos de vida e racionalidades presentes no rural, bem como as perspectivas das políticas públicas para os agricultores familiares tradicionais. Na última parte da dissertação são apresentadas as conclusões e possíveis agendas de pesquisas que se abrem a partir deste estudo.

2 PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES TRADICIONAIS

Este capítulo tratou do processo histórico de formação dos agricultores familiares tradicionais no Brasil e no Rio Grande do Sul. Inicialmente foi apresentado o conceito de agricultor familiar tradicional, utilizado nesse estudo. Em seguida, apresentou-se a formação histórica do agricultor tradicional no país e na região sul rio-grandense. Na terceira parte do capítulo realizou-se uma análise sobre o papel do Estado no processo de avaliação das transformações do mundo rural no Brasil, e em particular no Rio Grande do Sul.

2.1 CONCEITO DE AGRICULTORES FAMILIARES TRADICIONAIS

Os sujeitos sociais que compõem o universo desta pesquisa foram, por um longo período, denominados pela literatura especializada como pequenos produtores, agricultores de subsistência, pequenos proprietários, camponeses, dentre outros. Além disso, cada região do país tinha uma denominação própria, tal como caipira em Minas Gerais, São Paulo e Goiás; caboclo no Rio Grande do Sul, caicara no litoral; tabaré no nordeste (MARTINS, 1981). O termo camponês passou a fazer parte do vocabulário brasileiro a partir da década de 60, trazido pelos movimentos de esquerda, o que conferiu à palavra forte conotação política (MARTINS, 1981; WANDERLEY, 2014). De maneira geral, todas essas palavras eram carregadas de tom pejorativo, insinuando indivíduos preguiçosos, atrasados ou tolos. À medida que a sociedade foi se transformando os conceitos também foram sofrendo alterações.

Na década de 80, e em especial a partir do início de 1990, agricultores familiares passou a ser o conceito geralmente utilizado, as demais terminologias foram sendo pouco a pouco abandonadas. Com a contribuição do Estado, a partir da institucionalização de políticas públicas, e da organização dos atores sociais, a categoria agricultor familiar afirmou-se definitivamente na sociedade, pois, neutralizou o caráter excessivamente político atribuído aos camponeses, ao mesmo tempo em que reconheceu as atividades produtivas desses agricultores (WANDERLEY, 2014).

De acordo com Neves (2007), criou-se um consenso sobre o termo agricultores familiares, rapidamente aceita na academia e nas esferas governamentais, provocando, de certa forma, o abandono de conceitos clássicos, como camponeses, ou aqueles vinculados às identidades (caboclos, caipiras, sertanejos, etc). Para a autora, tais escolhas podem ter

produzido vazios no estudo desses sujeitos sociais, que passaram a ser genericamente denominados de agricultores familiares.

Parte da literatura sobre os estudos rurais no Brasil têm apontado para a insuficiência do conceito genérico de agricultores familiares para abranger a diversidade social presente no espaço rural brasileiro (WANDERLEY, 2014; NEVES, 2007). Por outro lado, não existe um conceito que defina os sujeitos sociais objetos desse estudo. Essa dissertação deparou-se com tais dificuldades teóricas. Nos documentos governamentais, que tratam da política pública aqui analisada, o Plano Brasil Sem Miséria, os agricultores são denominados ora “agricultores familiares mais pobres”, ora “pobres do campo”. Se por um lado essas classificações expressam o esforço de delimitar com precisão, a partir do critério da renda, o público beneficiário da política, por outro, conferem aos sujeitos sociais o atributo de pobre, qualidade estigmatizante e precária de conteúdo científico. Por essa razão, tais classificações não serão utilizadas nesta dissertação.

Diante da dificuldade em encontrar um conceito para os sujeitos sociais estudados nesta dissertação, optou-se pela construção da categoria agricultores familiares tradicionais, que em alguns momentos será utilizado apenas agricultores tradicionais. Trata-se de um recurso heurístico diante do impasse entre termos genéricos e/ou pejorativos¹.

Tradicional é compreendido aqui nos termos de Woortmann (1990, p. 30), que considera a tradição não como o “passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”. Como afirma Coutinho (2002, p. 4)

O processo de transmissão das formas do passado, ao contrário do que desejariam os tradicionalistas, é uma atividade humana **criadora**; e de que o patrimônio transmitido, longe de ser um objeto natural ou uma revelação divina, é uma objetivação da ação humana. Neste sentido, a tradição é compreendida como atividade de seleção, valoração, interpretação e afirmação do acervo cultural legado pelo passado.

Dessa forma, os agricultores familiares tradicionais são entendidos aqui como os sujeitos sociais do rural que, na atualidade, constroem suas estratégias de reprodução social e seus sistemas de valores a partir de referenciais tradicionais, estabelecem fracos laços com a

¹ Vale destacar que o conceito de “agricultor familiar tradicional” adotado por esse estudo, apesar de apresentar semelhanças, não é o mesmo utilizado pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O Decreto Nº 6.040 de 07 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007) que institui a PNPCT define o que são “Povos e Comunidades Tradicionais”. São “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

“sociedade englobante” e, em geral, têm suas trajetórias de vida marcadas por processos estruturais de constrangimento/exclusão social e econômica.

Na próxima seção são apresentadas informações sobre a origem histórica e a formação social dos agricultores tradicionais, cujo objetivo é compreender, ainda que de forma breve, a dinâmica e as transformações sociais, ao longo do tempo e do espaço, que contribuíram para a construção dos sujeitos estudados.

2.2 FORMAÇÃO SOCIAL

Diversos foram os pesquisadores brasileiros que enfrentaram o desafio de conhecer a história dos agricultores tradicionais na vasta literatura especializada sobre o tema. A seguir são apresentados alguns aspectos centrais na formação social destes agricultores, tais como a posse da terra, os sistemas de produção e as relações de trabalho. Buscou-se, na medida do possível, colocar em diálogo os processos estruturais de constituição da sociedade brasileira em nível nacional com algumas dinâmicas específicos do Rio Grande do Sul. O texto está organizado em dois períodos históricos: o primeiro compreende desde o Brasil Colônia e Império e, a segunda, o Brasil Independente. Os agricultores tradicionais, também, podem aparecer neste capítulo como sinônimo de lavradores nacionais, caipiras, caboclos ou camponeses.

2.1.1 Agricultores tradicionais no Brasil Colônia e Império

No século XVI, o direito a posse e herança da terra no Brasil colônia era concessão da Coroa e transmitido pelo sangue. Mestiços, índios e bastardos, juntamente com os excluídos pelo morgadio², privados dessa condição, constituíam o que Martins (1981) denominou campesinato da época, em geral agregados das grandes fazendas e conhecidos como caipiras ou caboclos (MARTINS, 2010).

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade. (MARTINS, 1981, p. 36)

² Morgadio era o regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. Isso fazia dos outros herdeiros uma espécie de agregado do patrimônio herdado com base na primogenitura. O morgadio só foi extinto no Império, em 1835, tendo sido uma das causas do empobrecimento da população.

Ocupando terras periféricas, no interior das grandes fazendas ou em pequenos aglomerados, caboclos e caipiras cultivavam alimentos destinados à subsistência e, em alguns casos, à comercialização com as grandes fazendas. Não raramente, esses agricultores integravam-se ao latifúndio para fornecer força de trabalho, em geral mal remunerada. O campesinato brasileiro nasceu sob o jugo da precária propriedade jurídica da terra, dos meios de produção e das relações de trabalho (LAMARCHE, 1993).

Com a introdução do trabalho escravo negro, novos elementos passaram a integrar o campesinato brasileiro. Até o século XVIII, os indígenas formavam grande parte da população escrava³ no Brasil, com a proibição oficial deste tipo de escravidão, estes passaram a constituir parte da camada de trabalhadores livres, que, somente mais tarde, passou a ser composta também pela população negra. Aos escravos negros era permitido o plantio próprio somente em situações especiais, geralmente aos domingos e dias santos. Tais rendimentos tornavam difícil ao cativo acumular quantias suficientes para comprar sua liberdade. Nas situações em que era permitido ao escravo o cultivo autônomo de pequena parcela de terra para o auto sustento era manifestado seu modo próprio de produzir. Gomes (2015) afirma que alguns fazendeiros cediam parte da terra para o cultivo de subsistência como forma de evitar levantes ou fugas dos escravos.

Em torno dessas roças, os escravos reelaboravam modos de vida autônomos e alternativos, forjando experiências profundas que marcaram o período da pós-emancipação. A organização social escrava em torno do sistema de roças, mais que simplesmente se reduzir a meras práticas econômicas, estava relacionada a importantes aspectos simbólicos e culturais do *modu vivendi* reinventados pelos cativos (GOMES, 2015, p. 31).

Em diversas partes do país, negros cativos se rebelavam contra a opressão da escravidão. A fuga era uma das manifestações contra o regime escravo que mais temia o fazendeiro, pois a perda de um escravo significava a perda de capital fixo tendo em vista que o principal investimento da economia agroexportadora colonial era a mão de obra escrava. Assim, a fuga era acompanhada de um sistema de busca por capitães do mato, o que exigia dos foragidos uma clara estratégia para obtenção de sucesso na empreitada.

As comunidades formadas por escravos fugitivos, também conhecidas como terra de pretos, mocambos ou quilombos, desenvolveram múltiplas formas de organização socioeconômica. Gomes (2015) afirma que apesar da necessidade do refúgio, essas

³ Escravos indígenas nem sempre realizavam as mesmas funções que escravos negros. Os índios, em geral estavam ligados ao corte de árvores, cultivo de alimentos, pastoreio de gado e transporte de canoas. Houve contato entre a população negra e indígena, que em algumas ocasiões organizaram fugas conjuntas das fazendas.

comunidades não se isolaram, tendo construído condições para se articular com as lógicas econômicas regionais. As populações das terras de preto desenvolveram a produção agrícola de subsistência, estabelecendo trocas comerciais do excedente com as populações locais do período colonial, tais como os taberneiros, lavradores, pescadores, garimpeiros, caboclos. O mecanismo de troca entre essa população, às vezes, se dava por meio de conflitos, tendo em vista a condição de foragido na qual se encontrava o ex-escravo.

Além da produção agrícola de subsistência (milho, mandioca, feijão e frutas), o artesanato (cerâmica, madeira) e o trabalho sazonal (como coletores extrativistas), compunham a economia da população quilombola. Além disso, existem registros de comunidades, de população numerosa, onde existiam a casa do ferreiro, a casa do tear, a casa do curtume de couros e a casa de pilões, indicando a complexa estrutura socioeconômica que alguns quilombos constituíram (GOMES, 2015). Outra característica constatada pelo autor é a migração. O caráter itinerante da população era o que, muitas vezes, garantia a sua permanência enquanto povos livres da escravidão, assim, o movimento de reorganizar territórios tornou-se fundamental.

Cardoso (1982) desenvolveu o conceito de “brecha camponesa” para explicar o modo de vida e de produção dos negros durante o período colonial. O autor utiliza a expressão de Tadeusz Lepkowski, que estudou as colônias no Caribe, e a define como a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation* entendido em sentido estrito. Foi definida como sendo de duas modalidades, a primeira delas é uma economia independente de subsistência, que os negros fugidos organizavam nos quilombos; e, a segunda, era a existência de pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, para cultivo próprio dos escravos. Para Cardoso (1982), os escravos adquiriram o direito de cultivar e criar, em espaço de terra e dias específicos, para seu próprio uso. As hipóteses do autor sobre a existência de um “protocampesinato” escravo explicam-se pelo interesse econômico dos senhores em diminuir os seus dispêndios de alimentação com os cativos, ao mesmo tempo em que tal atividade tinha um caráter de promoção da segurança do fazendeiro, ao criar laços com a terra, o escravo não pensaria em fugir.

Para Cardoso (1982) existiram: camponeses não proprietários, camponeses proprietários, atividades camponesas dos quilombolas e o “protocampesinato” escravo através de suas roças. O campesinato formou-se a partir de soldados desertores, indígenas, escravos e libertos, pequenos lavradores, vendeiros e regatões.

Martins (2010) aponta que nas fazendas cafeeiras era comum o fazendeiro emprestar suas terras aos caboclos por um período de três a quatro anos, sendo permitido a ele o cultivo

nas entrelinhas do café e a colheita da primeira safra; em troca, o caboclo devolvia a área desmatada com a lavoura, que somente depois de formada passaria ao domínio do fazendeiro para receber a manutenção e colheita por parte do trabalho cativo. Para o fazendeiro esse sistema era vantajoso, pois não colocava em risco, pelo desgaste ou acidente, seu capital fixo (escravo), além de não serem necessários dispêndios em investimentos. Caboclos e caipiras eram conhecedores dos biomas regionais, sendo sujeitos adaptados ao clima e às intempéries específicas das florestas nativas, eram, portanto considerados mais aptos para essa função, exigente em esforço e riscos de doenças e ataque de animais selvagens.

A formação da fazenda (derrubada da mata, limpeza do terreno, plantio e formação do cafezal) era atribuída aos homens livres que coexistiam com os escravos, que eram os caboclos e caipiras remanescentes da escravidão indígena formalmente extinto no século XVIII. Remunerados mediante pagamentos ínfimos, completados com a possibilidade de utilizarem a terra intersticial entre os cafeeiros jovens para produção de alimentos e até mesmo a de fazerem a primeira colheita de café, entregavam depois o cafezal ao fazendeiro (MARTINS, 2010, p. 48).

As transformações no mercado negreiro internacional, aprofundada em 1850 com o fim do tráfico de escravos, influenciaram de forma direta a crise na relação de produção no interior das fazendas. Com o fim do trabalho escravo, criaram-se expectativas sobre qual relação de trabalho substituiria a antiga relação escrava. O trabalho passaria a ser livre, porém sem a clareza quanto a forma dessa relação. Como destaca Martins (2010), as transformações das relações de produção tinham que preservar o modelo colonial agroexportador, mantendo a característica do capitalismo brasileiro na época, ou seja, de subordinação da produção à circulação.

Com o fim da escravidão e a instauração do trabalho livre em 1888, pelo menos do ponto de vista formal, tornou-se necessário modificar as relações de trabalho, suas formas de exploração e coerção. Se por um lado, os fazendeiros precisavam modificar sua maneira de relacionar-se com os trabalhadores, por outro, os trabalhadores negros precisariam modificar sua forma de se relacionar com o trabalho. Para o ex-escravo, o trabalho na fazenda sob o comando do fazendeiro significava a escravidão de toda a sua vida. Para o negro, liberdade era o contrário de trabalho.

O imigrante europeu ocupou o lugar da força de trabalho escravo através de um regime denominado por colonato, típico das fazendas de café do sudeste brasileiro. Nesse novo contexto pós-abolicionista, os fazendeiros necessitavam de uma mão de obra livre que não relacionasse trabalho com a escravidão.

A questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, no caso das fazendas paulistas, em termos da substituição física do negro pelo imigrante. Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão (MARTINS, 2010, p. 35).

Uma das razões da marginalização dos novos trabalhadores livres foi a mudança no regime de posse e propriedade da terra. Até 1822, a posse da terra era obtida por carta de Sesmaria concedida pela Coroa ou por ocupação do espaço, o que geralmente era feito pelos pequenos produtores. A partir de 1850, ano em que foi promulgada a Lei de Terras, a terra era adquirida somente mediante a compra, o que inaugurava o sistema de mercantilização e propriedade privada da terra. Durante quase trinta anos, o Brasil ficou sem regulamentos sobre como seria o acesso a terra, por essa razão o período compreendido entre 1822 e 1850 ficou conhecido como a fase áurea do posseiro. A renda do fazendeiro, que antes era extraída a partir do investimento fixo na força de trabalho escravo, a partir de então a renda passou a ser territorial. “Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2010, p. 47).

Na época da abolição da escravatura já havia ficado claro que o que gerava valor era o resultado do trabalho, ou seja, o que se materializava pelo processo do trabalho. Nesse período, surgiram duas tendências sobre qual deveria ser a forma de substituição do trabalho escravo. Por um lado, a propriedade fundiária deveria ser substituída pelo escravo como garantia de crédito hipotecário para o custeio, essa concepção defendia a distribuição da terra com o fomento de uma agricultura de pequenos agricultores proprietários, formada por colonos imigrantes da Europa. Outra tendência defendia que a terra não deveria ser distribuída, o imigrante deveria conquistar a propriedade da terra pelo trabalho, através do trabalho na grande lavoura, favorecendo assim o grande fazendeiro.

A abolição formal da escravidão significou, para grande parte dos escravizados, uma armadilha, na medida em que toda uma série de dispositivos foi criada para manter o trabalho negro aprisionado. Uma das principais armadilhas foi a imposição da condição de agregado que, mantendo o ex-escravo preso às terras do senhor, permitia a continuação da extração forçada do trabalho sob novas roupagens. A principal estratégia dos ex-escravos para escapar das armadilhas pós-abolição foi adquirir terras próprias (ANJOS; SILVA, 2004).

O lavrador nacional conformava um campesinato que assegurava a produção de gêneros para o abastecimento urbano, enquanto os grandes se dedicavam à pecuária. É nessa conjuntura de correlações de forças e estratégias de reprodução social que se compreende que, prestando serviços na ferrovia e nas lavouras da região, ex-

escravos formassem uma poupança mínima para a aquisição de áreas florestais relativamente desvalorizadas (ANJOS; SILVA, 2004, p. 48).

Dessa forma, os ex-escravos passaram a compor a camada da população livre, sem terra e marginalizada, que encontraram diferentes formas de organização social. Uma delas foi a compra de terras – em especial terra de matas, por serem mais baratas – no interior do país onde serão constituídas comunidades negras. Como é o caso de algumas comunidades no Rio Grande do Sul.

Para Wanderley (2014) as características estruturantes da sociedade brasileira no período colonial, marcadas pela grande propriedade, monoculturas agrícolas e trabalho escravo, não impossibilitou a constituição, nas frestas internas e externas dos latifúndios, de espaços usados produtivamente por pequenos agricultores camponeses. Para a autora, as especificidades destes agricultores “resultam das estratégias de resistência camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob o domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar espaços para outra agricultura, a de base familiar e comunitária” (WANDERLEY, 2014, p.27).

2.1.2 Agricultores tradicionais no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul teve uma ocupação territorial tardia, se comparada aos estados das regiões sudeste e nordeste brasileiras. Por estar em uma região de fronteira com Argentina e Uruguai, sua formação está intimamente ligada com disputas militares a partir do século XVII, quando os limites entre os três países passaram a ser definidos por guerras e acordos entre Espanha e Portugal.

A estrutura fundiária do estado nasceu a partir da doação de grandes extensões de terras aos militares, que em geral recebiam concessões de sesmarias em seu nome e dos filhos, o que lhes garantiam a posse de grandes áreas (PESAVENTO, 1980; ZARTH, 1997). A primeira atividade econômica a ser desenvolvida foi a criação de gado extensivo destinado ao comércio do couro, a condição ambiental do bioma pampa favorecia essa atividade, relevo pouco acidentado e vegetação de campo nativa propícia à pastagem animal. A pecuária extensiva, enquanto atividade econômica, não exigia grande inversão de mão de obra; os peões, trabalhadores, que realizavam as tarefas nas estâncias, eram escravos ou homens livres, indivíduos subalternos do antigo bando armado que tropeava o gado ou índio egresso das missões (PESAVENTO, 1980). Mais tarde deu-se início à venda do charque e das tropas de

equinos e muares, em especial para o sudeste do país onde se desenvolvia a atividade de mineração (PRADO JUNIOR, 1978).

Os fazendeiros que se dedicavam a criação de gado e cavalos, conhecidos como estancieiros, já que estância era o nome de origem castelhana que se dava à fazenda gaúcha, eram os representantes do poder econômico no século XVIII. A ocupação dos pampas pelos estancieiros se deu mediante conflitos com a população local, os indígenas, em especial guaranis e caingangues, foram encurralados para as regiões de matas. Por sua vez, durante os trajetos das tropas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, onde se comercializavam os muares, era comum o ataque de indígenas aos tropeiros. Essa situação ameaçava os negócios dos estancieiros, que passaram a exigir medidas radicais por parte do governo, solicitando o extermínio da população indígena. O governo imperial e provincial, por sua vez, considerava importante a presença dos povos originários na região fronteira como forma de ocupação o território, e tentavam controlá-los através de medidas educativas e catequizadoras, buscando fixá-los em aldeias transformando-os em agricultores ou coletores de erva mate (ZARTH, 1997).

O trabalho escravo nas estâncias do Rio Grande do Sul teve feições bem específicas, se comparado às fazendas de café e de cana das regiões sudeste e nordeste do Brasil. A atividade pecuária não era exigente em mão de obra, pois o gado era criado em sistema extensivo, alimentava-se das pastagens naturais e as delimitações para o pastoreio geralmente se davam pelas características próprias do lugar, por meio de serra ou rio profundo, uma vez ao ano eram realizados rodeios, para marcar, castrar e amansar o gado. Os cativos, em sua maioria, não tinham conhecimento da prática campeira e, além disso, era muito caro para o fazendeiro adquirir um escravo. Maestri (2006) afirma que poderia custar o equivalente a quatrocentos cavalos ou seiscentas éguas, ou 150 bois prontos. Havia ainda, à disposição dos estancieiros, o trabalho livre do gaúcho⁴, que era conhecedor do cavalo e das lidas campeiras, era ele que geralmente se encarregava do trabalho com o gado.

Nesse sentido, o cativo era responsável pelo trabalho agrícola que existia paralelo a atividade pecuária, suas atribuições, que poderiam ser exercidas nas próprias fazendas ou em chácaras próximo às zonas urbanas, estavam relacionadas ao plantio de milho, mandioca, trigo, feijão, arroz e alguns legumes.

⁴ Segundo Maestri, o gaúcho foi formado do contato do homem branco com o indígena, homem livre proveniente da região de fronteira do rio Uruguai, Paraguai e Paraná, detento de certa autonomia em relação ao fazendeiro, geralmente trabalhava como peão nas estâncias, mas não estabelecia vínculos de trabalho assalariado ou como agregado. No período em questão, séculos XVIII e meados do XIX, o gaúcho gozava de certa liberdade, pois havia ainda muitos campos livres (terras devolutas), situação que começou a mudar a partir de 1870 com as demarcações de terras e aumento da produtividade.

O beneficiamento dos cereais; a pequena produção de charque; o preparo da farinha; a conservação dos caminhos; as taipas em pedra; o abastecimento em água e lenha; o fabrico de tecidos rústicos, de sapatos, de velas de sebo, de artefatos em couro; o serviço doméstico; o trabalho de carreteiro etc., eram atividades, sobretudo, dos cativos (MAESTRI, 2006, p. 75).

No final do século XVIII, o trabalhador cativo passou a ser a principal força de trabalho na produção do charque, quando este se tornou uma atividade econômica de destaque no mercado nacional (até então o gado era fornecedor de couro, ficando a carne como refugo). Onde hoje se situa o município de Pelotas, foram instaladas as primeiras charqueadas, que utilizavam os trabalhadores escravos em jornadas abusivas de um trabalho extenuante sob ameaça dos chicotes (MAESTRI, 2006).

Assim, se mostra evidente a diversidade de sujeitos sociais que já ocupavam o território gaúcho até meados do século XIX: estancieiros, antigos tropeiros ou militares, em geral de ascendência portuguesa; escravos, peões nas estâncias; homens livres, indígenas missioneiros ou mestiços, geralmente se ocupam como peões e/ou tinham sua pequena posse como lavradores⁵; e indígenas expulsos para as regiões de mata, alguns deles “aldeados” e transformados em lavradores pelo Estado.

Zarth (1997) explica que o aldeamento era uma estratégia do governo provincial com o apoio político e econômico dos estancieiros no intuito de controlar as reações indígenas de ataque aos tropeiros. Assim, eram criadas aldeias para as quais eram enviados professores, ferreiros e outros instrutores com o objetivo de educar os indígenas, transformando-os em agricultores sedentários, coletores de erva mate e, principalmente, pacíficos. Anjos e Silva (2004) afirmam que nas áreas de mato, os fazendeiros consentiam a presença dos camponeses, pois eram eles que produziam alimentos para o mercado interno. Com a abolição da escravatura e a formação das comunidades negras, essas passam a se articular com esse campesinato, periférico e produtor de alimento.

Até 1822 o uso da terra no Brasil ocorria mediante a concessão, por parte da Coroa, de sesmarias. Com a suspensão desse regime, o uso da terra passou ao sistema de posse, que poderia ser regularizada mediante declaração aos párocos das municipalidades, que ficaram com a incumbência do registro dos imóveis. Dessa forma, estancieiros e pequenos lavradores eram igualmente posseiros, para terem o direito de propriedade deveriam realizar declaração de uso. Zarth (1998) aponta que, ao contrário dos fazendeiros, a maioria dos lavradores não

⁵ Para Zarth (1998) lavradores nacionais eram os produtores de alimentos que asseguravam o abastecimento urbano no período colonial, distintos das colônias de imigrantes.

fez esse registro, talvez pelo não reconhecimento da importância de instrumentos legais e burocráticos ou mesmo por não terem tomado conhecimento quanto à possibilidade e necessidade desse procedimento. A falta de documentação e registros de suas terras contribuiu para a expulsão desses agricultores quando se deu a expansão da fronteira agrícola e a tomada de terras para a criação das colônias de imigrantes.

Com a Lei de terras, em 1850, a população de lavradores nacionais e coletores de erva-mate ficou completamente excluída da possibilidade de obter a propriedade jurídica de suas posses, sendo muitas vezes obrigada a trabalhar como peões nas estâncias, em especial após a abolição da escravatura; ou no trabalho de formação das colônias, seja no serviço de desmatamento como na construção de estradas. Com o início da colonização, boa parte dos campos nativos já era propriedade privada dos estancieiros, restava então avançar sobre os matos devolutos e os ervais públicos onde viviam agricultores extrativistas pobres (ZARTH,1997).

No Rio Grande do Sul os imigrantes europeus não vieram para trabalhar nas fazendas, como o que vieram para São Paulo, mas para trabalhar de forma autônoma em pequenos lotes de terra com produção voltada para o mercado interno. Segundo Zarth (1997), dentre os interesses das elites gaúchas pela vinda dos imigrantes para o estado estava a valorização e a comercialização das terras de matas, em posse dos estancieiros. A vinda do imigrante também promoveria certa dinamização na economia regional, o que era interessante para os negócios do estado. O autor chama a atenção sobre as especificidades do Rio Grande do Sul acerca da transição da escravidão para o trabalho livre, para ele os imigrantes europeus não tiveram a função de substituir a mão de obra escrava, como foi nas fazendas de café paulista onde se dava a expansão das exportações.

É importante considerar que a produção de alimentos oferecida pelos lavradores nacionais nunca ocupou posição central na política econômica nacional, nem mesmo como complementar ao sistema agroexportador. No sul do Brasil, foi a produção proveniente das colônias de imigrantes alemães e italianos aquela que ocupou espaço na economia, a produção caipira continuou marginalizada. Anjos e Silva (2004) afirmam que se tratou de um processo de exclusão étnica. A partir da colonização por imigrantes europeus, as terras que antes não interessavam aos fazendeiros, e estavam ocupadas pelos caboclos, passaram ao interesse do Estado e empresas privadas com o objetivo de tornarem colônias, dessa forma a população caipira é expulsa para regiões ainda mais afastadas das zonas de produção econômica.

Ao apoiar os imigrantes com a estruturação das colônias, a organização de documentos⁶ de propriedade e incentivos agrícolas, o governo brasileiro demonstrava sua opção pela força de trabalho imigrante como aquela responsável pelo desenvolvimento agrícola do país. Para Zarth (1998) a expulsão dos lavradores de suas terras, seguido da exclusão das políticas agrícolas contribuem para a constituição do caboclo como o sujeito sem terra e fornecedor de mão de obra barata.

Varreram-se caboclos, indígenas e comunidades de ex-escravos do mapa fundiário de imensas regiões do Rio Grande do Sul. Esse processo se fez complementar pelo estabelecimento de colônias alemãs e italianas. Conduzidos pelas firmas de colonização, os colonos avançaram sobre terras já ocupadas em nome de uma nova racionalidade produtiva, confirmada ao longo do século pelo acesso desigual a créditos, máquinas, sementes (ANJOS; SILVA, 2004, p.53).

Anjos e Silva (2004) chamam a atenção para a desigualdade na distribuição dos capitais, nesse caso o capital fundiário, que priorizou determinada etnia, no caso a europeia, excluindo a cabocla, negra e indígena. Dessa forma, os agricultores tradicionais não fizeram parte do projeto de colonização no Rio Grande do Sul, sendo vistos como inferiores perante os técnicos do Estado, que os consideravam preguiçosos e pouco hábeis para o trabalho produtivo exigido pelas culturas agrícolas da época, eram considerados pouco disciplinados e sem método para o trabalho extenuante. Para Anjos e Silva (2004) tratou-se da construção de uma “territorialização étnica”, sendo garantida a propriedade da terra aos imigrantes europeus, enquanto que os caboclos (negros, indígenas e pardos) foram desterritorializados, expulsos de seus lugares.

O reconhecimento do trabalho imigrante e os benefícios estatais a eles concedidos contrastam com a desvalorização do tipo de trabalho do lavrador nacional, criando o estigma de caboclo como sendo aquele agricultor atrasado, negro ou mestiço, pobre e indisciplinado. Podemos dizer que o Estado brasileiro, ao optar pela força de trabalho imigrante europeia, como uma etnia e racionalidade específica, fez uma escolha por um modelo de desenvolvimento calcado na racionalidade moderna ocidental, desconsiderando os elementos nacionais.

Aqui vale trazer as contribuições de Zarth (1998) sobre o lavrador nacional no Rio Grande do Sul. Para o autor, este sujeito social poderia também ser denominado de caboclo.

⁶ Zarth (1997) afirma que tanto os caboclos quanto os colonos não eram conhecedores dos procedimentos burocráticos relacionados ao registro das terras. No entanto, o colono recebia apoio do governo através de visitas de funcionários do Estado que o instruíam para os mecanismos de regularização dos seus lotes.

Esta palavra, que por um lado pode ter uma origem étnica, significando em tupi o mestiço de branco com o índio, por outro lado adquire um significado cultural, sendo característico de um modo de vida e uma forma de pensar específica; no entanto, imigrantes alemães ou italianos, assim como ex-escravos, que se assemelhavam ao estilo de vida desse lavrador nacional também poderiam ser denominados de caboclos. Zarth (1998) afirma que o por muitos anos a literatura tratou os caboclos de maneira estigmatizada, atribuindo a esse grupo social valores vinculados à preguiça e à vagabundagem, além das teses racistas que consideravam os caboclos como raças inferiores, incapazes de se adaptarem ao desenvolvimento do qual o país necessitava, discussões que permeavam o país na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nesse sentido, o estilo de vida caboclo, com fortes traços indígenas, sem a centralidade do trabalho e pouco preocupados com o acúmulo de riquezas, foi sobreposto ao estilo de vida do imigrante. Com a implantação das primeiras colônias, logo surgiram as pequenas cidades e a ampliação do comércio. “O colono, nesses casos, aparece como agente do progresso e fundador das cidades, enquanto o caboclo é omitido ou visto de forma preconceituosa” (ZARTH, 1998, p.56).

Outra construção atribuída ao caboclo é o seu suposto isolamento social, em especial a marginalização com relação ao mercado. No entanto, os lavradores nacionais exerciam atividades tais como extração e comercialização da erva mate⁷, derrubada de matas para a construção das colônias de imigrantes, mão de obra nas estâncias, configurando assim parte importante da população que atuava nas principais atividades econômicas no Rio Grande do Sul do século XIX. Enquanto os imigrantes chegavam ao Rio Grande do Sul para exercerem atividades como a produção de alimentos voltados ao mercado interno⁸, encontrando condições favoráveis como a posse da terra e estrutura produtiva, os lavradores nacionais eram cada vez mais empurrados para as regiões de fronteira agrícola, enfrentando situações precárias e instabilidade quanto a posse da terra.

Assim, os caboclos, despossuídos dos meios de produção, serão os substitutos do trabalho escravo nas atividades relacionadas ao trabalho agropastoril. O caboclo, em algumas situações, tornava-se agregado nas estâncias, exercendo atividades sazonais para o fazendeiro e cultivando os produtos para seu auto-sustento. Outras vezes, vendia esporadicamente sua força de trabalho em troca de salários, na coleta da erva mate ou em outras atividades como forma de complementar a sua renda.

⁷ Os ervais eram públicos, pertencentes à municipalidade, que concedia aos lavradores e indígenas o direito de coletar a erva e cultivar alimentos entre as árvores. Assim, os agricultores cuidavam do erval e contribuíam com a economia do município a partir do pagamento de impostos pela venda da erva.

⁸ Os imigrantes que foram para São Paulo tiveram a função clara de substituição da força de trabalho escrava.

A população de homens livres, despossuídos dos meios de subsistência, aumentou significativamente no Rio Grande do Sul no final do século XIX. O maior controle sobre a propriedade de terras com as demarcações decorrentes da Lei de Terras de 1850, a expulsão dos caboclos das áreas de matas para a criação das colônias, o aumento da produtividade da produção nas fazendas aumentou a população livre e pobre. Maestri (2006) afirma que essa pode ter sido uma das razões das vendas de cativos do sul para cafeicultores do centro sul.

2.2.2 Agricultores tradicionais no Brasil independente

A abolição da escravatura multiplicou o número de trabalhadores livres no Brasil, no entanto a Lei de Terras proibia a abertura de novas posses que não fossem pela compra. Esses trabalhadores livres, ex-escravos, lavradores, posseiros, agregados, estariam diante de uma nova forma produtiva cujo princípio estava baseado na acumulação de pecúlio visando ascender à compra de sua terra própria a partir do trabalho árduo nas fazendas. Para Martins (1981) a partir desse momento inicia-se uma diferenciação importante entre os camponeses; até então estavam todos na mesma condição em relação à posse jurídica da terra, eram agregados, posseiros ou peões. A partir de 1950, aqueles que lograram comprar pequenas posses e se tornaram pequenos proprietários passaram a absorver a ideologia da modernização de suas bases produtivas, desenvolvendo relações de dependência com o mercado. Os imigrantes são atores fundamentais nesse processo.

Os imigrantes que foram trabalhar nas fazendas de café, em especial na região sudeste, encontraram condições de trabalho que convergiam com a preservação de um estilo camponês de vida, embora não completamente autônomo. Nas fazendas era permitida a produção para autoconsumo juntamente com o cultivo da monocultura exportadora; porém eram poucas as famílias que alcançavam comprar suas posses. Martins (2010) aponta que a autonomia do imigrante permaneceu fundamentalmente como um forte desejo, uma espécie de sonho político. Esse sonho encontrou possibilidade de realização com a Crise de 1929, que acentuou a proliferação de pequenas propriedades, a partir da divisão de grandes fazendas em pequenos sítios, tendo em vista a queda do preço da terra. Com isso, a quantidade de imigrantes que passaram a proprietários de terra cresceu consideravelmente nesse período.

Martins (2010) chama a atenção para a ética capitalista que prevalecia nesse período entre os imigrantes. Estes estavam imbuídos da ideologia da mobilidade social pelo trabalho, intencionalmente proclamada pelo governo brasileiro e pelos fazendeiros. Com disciplina,

trabalho árduo e privações seria possível obter acesso a terra, onde o trabalhador chegaria a condição de autônomo.

Lavradores nacionais, imigrantes colonos empobrecidos e ex-escravos formavam o campesinato marginalizado ao final do século XIX e início do século XX. Eram produtores de alimentos para subsistência e venda do excedente; em comum eles tinham a instabilidade sobre a posse da terra, o que os obrigava migrar sempre que houvesse expansão da fronteira agrícola e de relações mercantilistas de produção.

Com o início da República emergem, em diversas partes do país, revoltas camponesas motivadas pelo conflito de terras. A passagem das terras devolutas para o domínio do Estado induziu o movimento de definição das fronteiras entre as propriedades, os fazendeiros se garantiam ou pelo documento de sesmaria ou por pressões políticas, no entanto, a população que historicamente esteve à margem da economia colonial (posseiros e sitiantes) não teve garantia de direito à posse das terras onde viviam. Na Bahia, a guerra messiânica de Canudos (1896-1897); no Paraná e Santa Catarina a Guerra camponesa do Contestado (1912-1916) foram exemplos de movimentos, em geral organizados por um líder religioso e seguidos por uma massa de camponeses pobres, que traziam em si reivindicações por terra e contestavam a condição subalterna desses lavradores (MARTINS, 2010).

Outra manifestação de luta camponesa por terras foi o fenômeno que recebeu o nome de Cangaço, também conhecido como banditismo, localizado no nordeste do país. Tal movimento expressou a rebeldia armada camponesa contra o regime coronelista que se apropriava das terras exercendo o mandonismo no início do século XX.

Para Martins (1981) esses movimentos foram fundamentais para colocar os camponeses no cenário político, despertando a atenção do Estado e dos fazendeiros, detentores do poder econômico, quanto à disposição que os sujeitos sociais, vistos pelos poderosos como atrasados e ignorantes, manifestavam para a luta, representando ameaças à ordem vigente.

Com a crise internacional de 1929, a agricultura brasileira foi gravemente afetada, fazendas de café tiveram suas plantações destruídas, engenhos de cana foram fechados, estoques foram queimados. Com as políticas de desestímulo à produção agroexportadora, muitos colonos e moradores acabaram por perder seu meio de vida, sendo obrigados a ingressarem no trabalho assalariado, migrando para as periferias de centros urbanos, transformando-se em trabalhadores temporários, o chamado bóia-fria.

Com o avanço da indústria no campo, a ética da centralidade do trabalho, correspondente ao enriquecimento individual por meio do trabalho árduo e pelo aumento da

produtividade, ganha dimensões até então desconhecidas no Brasil, o que promoverá a inclusão social daquelas cidadanias vinculadas à ética capitalista da centralidade do trabalho. Por outro lado, promoverá a exclusão daqueles que não têm no trabalho o meio e o fim para o seu modo de vida, como é o caso dos agricultores tradicionais. Nesse sentido, a marginalização desses camponeses ocorre tanto pela extração dos seus meios materiais, sendo a expropriação da terra o principal deles, quanto pela estigmatização do seu estilo de vida, os agricultores tradicionais são vistos como o sujeito social que não se orienta pela ética universal do trabalho.

No período de consolidação do modo de produção capitalista brasileiro, iniciado grosso modo da década de 1920, o debate sobre a forma de incorporar o elemento nacional no processo de industrialização brasileira implicou numa comparação com a força de trabalho imigrante. Para o poder político e econômico da época, os trabalhadores nacionais não estariam aptos a contribuir com o projeto de desenvolvimento nacional que o país necessitava.

Gehlen (1998) afirma que o principal argumento da defesa dos imigrantes estava em torno da categoria trabalho. Para os defensores da incapacidade dos lavradores nacionais seria necessário muito dispêndio para tentar adaptar esse camponês à disciplina para o trabalho exaustivo do qual necessitavam os sistemas agrícolas da economia nacional. O modo de produção e reprodução do caboclo não condizia com os princípios organizativos da sociedade capitalista.

Na região das chamadas colônia reverteu-se uma tradição milenar mediante a imposição do *trabalho* produtivo como referencia valorativa de moderno. A lógica da *produtividade* (relação ideal entre trabalho, tecnologia e produção, mensurada pelo tempo) desestruturou os saberes experimentais acumulados e seus efeitos foram profundos, indelévels e diferenciados sobre as diversas classes e/ou grupos sociais específicos. Redefiniu identidades profissionais e socioculturais. Produziu exclusão e pobreza (GEHLEN, 1998, p.133)

Dessa forma a exclusão social no meio rural foi se constituindo enquanto um processo de expropriação material (como vimos até aqui sobre a histórica expulsão dos caboclos de suas terras), ao mesmo tempo, em que foi uma expropriação dos modos de vida e das racionalidades daqueles que não tinham o moderno enquanto referencia valorativa.

2.1.3 O processo de industrialização no espaço rural gaúcho

Como descrito anteriormente, a economia sul rio-grandense teve, por longo período, fundada nas estâncias e nas charqueadas, onde a criação de gado para produção de couro e charque foram os principais produtos comercializados. A década de 1930 marca a crise do modelo agroexportador enquanto formato de acumulação de capital baseado na renda da terra e na comercialização, inaugurando um novo processo de acumulação capitalista centrado na indústria. Com isso, se inicia a modernização do campo a partir da adoção de tecnologias como maquinário e introdução de novas cultivares agrícolas, em especial o trigo. Esse cereal era, em grande parte, importado da Argentina, o que o tornava um item caro para a fabricação do pão, um dos principais alimentos do trabalhador brasileiro. Com o processo de industrialização nacional em curso, e o crescente assalariamento urbano, era necessário baratear o custo da cesta básica, decorre daí alguns incentivos do governo Getúlio Vargas à produção nacional de alimentos.

Como a pecuária havia entrado em crise na década de 1920, depois do crescimento alcançado durante a I Guerra Mundial, os estancieiros viam com bons olhos a possibilidade de acumulação capitalista a partir do arrendamento de suas terras por empresários decididos em investir na produção do trigo e arroz. Assim, a produção tritícola, enquanto empreendimento industrial de larga escala, teve origem no arrendamento dos campos feito por investidores que haviam acumulado capital fora da agricultura (na indústria ou no comércio), muitos deles descendentes de colonos, que estavam aptos a se beneficiar dos incentivos governamentais para a atividade agrícola. Nesse contexto surge um novo sujeito social, o granjeiro.

A produção de trigo influenciou a criação de organizações cooperativas por parte dos granjeiros como forma de representação frente ao governo, dando origem às associações municipais e Federação das Associações do Trigo (FEATRIGO). No final da década de 1950, o cultivo do trigo enfrentou problemas técnicos em função do desgaste das terras e do ataque de doenças. A FEATRIGO exigiu do governo maiores incentivos em crédito e pesquisa, o que resultou na orientação agrônômica de plantio da soja enquanto cultura de verão na mesma área do trigo, a cultivo da leguminosa tinha como objetivo aumentar a fertilidade do solo e o controle de doenças fúngicas pela rotação de culturas. Assim, a soja entra nos campos enquanto uma produção secundária e aos poucos ocupa o lugar central, em especial a partir da década de 1960 quando tem o crédito ampliado e seu preço atinge valores elevados no mercado internacional (PICCIN, 2006).

Com o governo militar foi criada a Lei nº4. 829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural, o chamado Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual tinha como um dos objetivos incentivar “a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo” (BRASIL, 1965).

As transformações estruturais em direção à modernização que o espaço rural produziu ao longo do século XX repercutiram de diferentes formas nos modos de vida e na racionalidade dos sujeitos sociais rurais. Cada vez mais a terra passou de meio de produção para extração da renda fundiária, tal condição, aliada ao aumento da produtividade decorrente da aplicação do pacote tecnológico da modernização agrícola (maquinário, semente melhorada e adubação sintética), pressionou o sistema minifundista das colônias e as posses não legalizadas das terras por lavradores nacionais. Nas décadas de 1960 a 1980 o Rio Grande do Sul presenciou os maiores índices de migração populacional da sua história, novamente o agricultor tradicional se viu separado do seu meio de vida e de produção: a terra.

Ocorreram transformações nos modos de vida e nos sistemas de produção das diferentes formas sociais presentes no rural. A produção agrícola estava, a partir de então, mediada pela tecnologia, que através do trabalho árduo deveria se alcançar níveis elevados de produtividade. Essa nova ética na produção, aprofundada com a chamada modernização agrícola, impacta de maneira diferenciada os dois modelos do campesinato gaúcho: colonos e caboclos. Os primeiros viam-se desafiados pela adaptação tecnológica do novo sistema de produção, baseado na monocultura, tecnologia elevada e voltada para o mercado externo. Em geral, os colonos imigrantes estavam mais capitalizados em função do seu regime econômico familiar voltado à acumulação, condição que os colocava melhor posicionados na busca pelo crédito governamental. Assim, se viram diante de mudanças que não implicaram profundas transformações do seu modo de vida.

No entanto, os caboclos não tinham a racionalidade do trabalho como meio e fim para a produção da vida, a produtividade não estava colocada como um objetivo a ser alcançado, o que, muitas vezes, tornava a tecnologia um artefato artificial, com mais vínculos à diminuição da penosidade do trabalho do que ao aumento da produtividade. Os caboclos ainda enfrentavam o problema da posse da terra, em geral não a possuíam ou tinham propriedades muito pequenas (menos de cinco hectares), o que era um obstáculo ao acesso ao crédito. Desse modo, o processo modernizador produziu impactos socioculturais naqueles que não tinham o sistema de produção e de valores referenciados no capitalismo: os agricultores tradicionais.

Fruto do histórico processo de exclusão, acentuado durante o período da modernização conservadora (1964 – 1984), as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela luta de organizações sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 1963 e por novos movimentos camponeses, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), criado em 1991 e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), criado em 1997, que passam a reivindicar reforma agrária, direito previdenciário e a intervenção do Estado na construção de políticas públicas adequadas às suas especificidades. Organização, capacidade de negociação e pauta propositiva proporcionou a estes movimentos espaço institucional para participarem da construção de uma política agrícola diferenciada para os agricultores familiares. Nesse processo, os agricultores familiares aprimoram habilidades políticas de articulação e negociação com o Estado e a academia.

A partir da década de 1990, em decorrência das negociações de organizações e movimentos de agricultores, foram aprofundadas políticas governamentais de apoio aos “pequenos produtores”, que passaram a ser oficialmente denominados de agricultores familiares a partir da institucionalização de políticas públicas específicas para esta categoria, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Durante as décadas de 1990 e 2000 foram criadas diversas políticas públicas de apoio aos agricultores familiares.

A partir da década de 2000, a economia brasileira retomou sua base central a partir da agro exportação, privilegiando a produção e exportação de *commodities* como a soja, o milho, a cana-de-açúcar, “florestas plantadas”⁹ e carnes. Para Delgado (2012, p. 92):

A ideia-força de acumulação de capital em múltiplos setores – agricultura, cadeias agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito – sob o patrocínio do Estado retornará ao centro do debate das políticas públicas no Brasil dos anos 2000, agora como estratégia econômica principal do comércio exterior, mas também como pacto da economia política, no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral.

Esse regime promoveu a expansão da fronteira agrícola e a concentração fundiária, retornando a pressão sobre os modos de vida daqueles que, ao longo dos anos, foram desprovidos do acesso a terra. Assim, o século XXI tem início com a manutenção de parte da população rural excluída; se por um lado os agricultores familiares ganharam visibilidade

⁹ Este termo refere-se às monoculturas de árvores, geralmente acácia, eucalipto ou pinus, que são plantadas como reflorestamento após a destruição da vegetação nativa (mata atlântica, cerrado, floresta amazônica ou pampa).

política e espaço para propor políticas públicas, não se pode afirmar que nessa categoria, em ascensão desde o início dos anos 1990, estivessem incluídas todas as formas sociais dos “pequenos proprietários”. A população rural que não tem posse de terra regularizada, ou que tem quantidade de terra insuficiente para sua produção e reprodução social ainda existe em quantidades alarmantes no país, segundo dados do IBGE (2010) são 1,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 30% de toda a população rural. Desse modo, podemos dizer que caboclos, caipiras, sertanejos, etc continuam excluídos, constituindo o que neste estudo denominados de agricultor tradicional.

Esse capítulo tratou sobre a constituição histórica do agricultor que esteve à margem dos processos oficiais de desenvolvimento nacional. Agricultores que, apesar de não terem tido acesso a propriedade jurídica da terra e terem seus modos de vida invisibilizados (e muitas vezes destruídos), continuam existindo na contemporaneidade.

2.3 ESTADO, AGRICULTORES FAMILIARES E AGRICULTORES FAMILIARES TRADICIONAIS

Os conceitos agricultura familiar e agricultores familiares são relativamente recentes na história do Brasil; eles passaram a ser utilizados massivamente a partir da década de 1990 e, nos dias atuais, estão política e academicamente consolidados. Esse conceito, que de maneira muito rápida se consagrou representação da diversidade de atores do rural (não enquadrados como patronais), teve, entre outras razões, a contribuição do Estado. Esta seção problematiza a contribuição do Estado na construção da categoria agricultor familiar.

A contribuição do Estado na construção da categoria agricultor familiar foi importante, mas ele não atuou de maneira isolada, como afirma Neves (2007, p. 14, grifo do autor),

[...] no Brasil, o termo *agricultura familiar* corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). [...]Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da *pequena produção agrícola*; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica.

A referência aos agricultores familiares como “nova categoria” não foi utilizada pela literatura, ou por órgãos de governo, até o final dos anos 80. A pesquisa *Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira*, realizada por Bergamasco e Antuniassi (1986),

apresenta um amplo levantamento na literatura brasileira dos títulos usados sobre a produção familiar na agricultura. Nessa pesquisa, foram identificados 1.132 títulos de trabalhos acadêmicos (tabela 01), entre 1935 e 1984, utilizados para qualificar a agricultura ou os agricultores. De acordo com Neves (2007), o estudo foi realizado pela estranheza que causava a utilização “consagrada” do termo agricultura familiar, que até o início da década de 90 era inusitado na produção acadêmica brasileira.

Como destacou Neves (2007), na produção acadêmica daquele período não houve a utilização do termo agricultura familiar ou agricultores familiares; o que mostra a diversidade de termos utilizados para designar a produção de base familiar. Nas políticas agrícolas brasileiras, voltadas ao crédito e à assistência técnica rural, o termo utilizado era produtor rural e pequeno produtor rural, como pode ser visto no Crédito Rural Supervisionado (CRS) criado em 1948 e no Sistema Nacional de Crédito Rural de 1965¹⁰. A Constituição Federal de 1988 traz as designações de pequenos e médios produtores, além de trabalhadores rurais.

Tabela 1 - Frequência de títulos atribuídos à agricultura e/ou aos agricultores de produção familiar na academia entre 1935 e 1984

Termo de indexação	Número de títulos
Agricultor de baixa renda	40
Agricultura Brasil	02
Agricultura de baixa renda	06
Agricultura de subsistência	140
Agricultura e estado	113
Arrendamento	34
Arrendatários	107
Assalariados	01
Campeinato	93
Camponeses	178
Colonato	06
Colonização	216
Colonização rural	61
Colonos	119
Comunidades rurais	55
Comunidades agrícolas	36
Economia agrícola	219
Força de trabalho familiar	37
Mão-de-obra familiar	141
Mão-de-obra rural	62
Meação	01
Meeiros	05
Minifúndio	71
Parceiros	126
Parceria	32
Parceria na agricultura	25
Parceria (produção agrícola)	179
Pequenas propriedades	189
Pequenas propriedades rurais	17

¹⁰Para uma leitura aprofundada sobre o histórico do crédito rural no Brasil ver SOUZA, Cleonice Borges; CAUME, David Jose. **Crédito rural e agricultura familiar no Brasil**. 2008.

Termo de indexação	Número de títulos
Pequenos produtores	14
Pequenos proprietários	270
Posseiros	106
Produção de subsistência	01
Proprietário e arrendatário	10
Proprietário rural	304
Relações de trabalho na agricultura	131
Sitiente	27
Sítio	14
Sítio e sitiente	01
Trabalhadores agrícolas	29
Trabalhadores rurais	301

Fonte: Bergamasco e Antuniassi (1986)

A partir da década de 1990 o termo passou a ser utilizado por órgãos do governo, tendo como referência o trabalho organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que realizou um diagnóstico das propriedades agrícolas brasileiras, resultando em uma tipologia dos estabelecimentos rurais e sugestões de medidas em políticas públicas específicas para os pequenos produtores agrícolas, a partir de então denominados de agricultores familiares.

O relatório FAO/ INCRA (1994), como ficou conhecido, contém as Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável, o qual tem por objetivo contribuir para a formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, a partir da “elaboração de um conjunto de diretrizes para o setor da produção agrícola familiar” (FAO/INCRA, 1994, p. 1). Para justificar a necessidade de tal mudança na estratégia do desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar, o relatório se reporta às experiências de países desenvolvidos, que construíram sua economia agrícola com base na produção familiar.

A promoção da agricultura familiar, como linha estratégica de desenvolvimento rural, trará muitas vantagens para a sociedade brasileira. É o que mostra tanto a experiência histórica das nações mais avançadas quanto a própria avaliação do “bimodalismo” existente no Brasil; isto é, a forte presença, entre nós, dos dois principais modelos de produção agropecuária, o familiar e o patrona. (FAO/INCRA, 1994, p. 2).

É evidente que a intenção do estudo foi apresentar a possibilidade do desenvolvimento econômico brasileiro, a partir de um setor da agricultura baseada na produção familiar. Esse diagnóstico foi uma das bases científicas para respaldar a inauguração de políticas públicas específicas para este setor, o que até então era inexistente no Brasil. O novo projeto de

desenvolvimento rural para o Brasil inspirou-se em modelos das “nações mais avançadas”, o que de certo modo contribuiu para projetar um modelo de agricultor, adequado a esse desenvolvimento. O relatório FAO/INCRA elaborou uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários tendo como critério de estratificação a renda monetária bruta do estabelecimento, medida em salários mínimos. A tabela 2 apresenta os tipos de estabelecimentos e suas quantidades identificadas pelos técnicos do Estado em decorrência do diagnóstico realizado em 1994.

Tabela 2 - Tipologia dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, em 1994

Tipo do Estabelecimento	Quantidade de estabelecimentos (milhões)
Patronal	0,5
Familiar consolidada	1,5
Familiar de transição	2,5
Periférico	2,5

Fonte: Elaborado por Machado (2017), a partir do relatório INCRA/FAO (1994).

Os estabelecimentos agropecuários foram classificados tendo como referência um projeto de desenvolvimento inspirado nas sociedades modernas capitalistas em que foram atribuídas funções e projeções para cada um dos tipos. Estabelecimentos de tipo familiar consolidado eram as empresas familiares do setor agropecuário; os de tipo familiar em transição eram os que possuíam meios de produção que poderiam vir a se tornar estabelecimentos consolidados, a partir de incentivos governamentais. Os estabelecimentos de tipo periférico eram os de “terceira categoria”, que de acordo com o relatório desempenhavam funções de moradia e de subsistência de mão de obra desempregada ou subempregada, não sendo consideradas unidades de produção agrícola.

Uma importante fatia da agricultura familiar tende à degradação, seja pela migração para as cidades, seja por meio da pulverização minifundiária que gera estabelecimentos da terceira categoria. Esses quatro milhões de estabelecimentos subfamiliar e periférico são mais locais de residência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada do que propriamente empresas do setor agropecuário (FAO/INCRA, 1994, p. 5).

Mais que estratificar, os técnicos do Estado selecionaram os estabelecimentos aptos e os inaptos para receberem apoio governamental. Segundo Scott (1998), classificação, seleção e mapeamento são técnicas fundamentais do Estado para ordenar a realidade tornando-a compreensível. O autor denomina esse processo de “legibilidade estatal”, em que a realidade

complexa é reduzida a categorias esquemáticas, na qual certos detalhes são reduzidos a descrições sumárias por meio da classificação.

O relatório FAO/INCRA teve grande importância para a política agrícola brasileira, pois, a partir dele foi possível elaborar a primeira política específica para os agricultores familiares: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Seguindo as orientações do referido relatório, as ações governamentais foram direcionadas aos agricultores pertencentes aos estabelecimentos “familiares em transição”, mas os sujeitos sociais classificados na condição de “periféricos” não foram contemplados por esse programa.

A referência que o relatório FAO/INCRA faz às “sociedades avançadas”, se aproxima do que James Scott (1998) denominou de modernismo elevado (*High Modernism*)¹¹. Para o autor, o modernismo elevado se expressa pela confiança no progresso científico e técnico, na crescente busca pela expansão da produção, no domínio da natureza (incluindo a natureza humana), e, acima de tudo, na explicação da ordem social associada às explicações científicas das leis naturais. A crença no progresso da ciência moderna fundamenta as interpretações da sociedade pelo critério econômico, que subordina os critérios culturais e valorativos.

Ao utilizar como critérios de inclusão nas políticas públicas para a agricultura familiar apenas o tamanho do estabelecimento e a renda agrícola, o diagnóstico privilegiou as racionalidades que correspondiam à ordem moderna, desconsiderando as formas sociais cujos modos de vida e lógicas estavam fundamentados em princípios que se distanciam do “modernismo elevado”. A construção do “novo modelo de desenvolvimento rural” brasileiro desconsiderou como beneficiários das políticas agrícolas, aqueles que historicamente foram marginalizados.

De acordo com Scott (1998), para que os funcionários do Estado possam realizar uma leitura geral da realidade, é imprescindível que as particularidades sejam intencionalmente ignoradas. A simplificação torna-se, portanto, necessária e intrínseca ao funcionamento da “burocracia estatal”¹², que para ser eficiente precisa ter uma visão sinótica do todo. O autor afirma que os processos sociais de interação humana, em sua forma “bruta”, apresentam-se

¹¹ De acordo com Scott o modernismo elevado surge na Europa e América do Norte entre os séculos XIX e XX quando são criadas as máquinas a vapor, fábricas de têxteis e algodão, produção notável na metalurgia e transporte (ferrovias). Com o impressionante avanço da química, matemática, medicina, física, biologia, engenharia qualquer pessoa estava sempre por esperar uma nova descoberta, como foi o caso da eletricidade e da combustão interna. Daí surge a crença no progresso e na ciência (Scott, 1998).

¹² O autor se refere à burocracia estatal como a forma de organização do Estado Moderno, em que existe uma estrutura hierárquica de funcionamento baseada em regras e definição de funções e responsabilidades específicas. Para Weber, a burocracia moderna era o mecanismo responsável pelo caráter racional do Estado, capaz de eliminar aspectos pessoais e subjetivos do poder estatal, próprios das sociedades patrimonialistas. Posteriormente, alguns autores, dentre eles Scott e Herzfeld, vão questionar o caráter racional e impessoal do Estado.

indigestos à burocracia tornando necessário um processo de abstração e simplificação de tais interações, de maneira que o fenômeno possa se tornar legível.

O PRONAF, criado em 1996, teve como objetivo alavancar um novo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Brasil (AQUINO; SCHNEIDER, 2015), tendo como público beneficiário, apenas, os agricultores com 80% da renda proveniente da agricultura. Segundo Carneiro (1997) este era um critério de exclusão “fortemente sustentado na noção, em construção, do “verdadeiro agricultor” – profissional com capacidade empresarial apto para encontrar na atividade agrícola a fonte da renda familiar” (CARNEIRO, 1997, p. 78).

Em 1997 surgiu o “Pronafinho”, com o objetivo de contemplar os agricultores de baixa renda¹³, por meio de uma reivindicação específica do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A partir de 1999 o PRONAF teve então seu público ampliado, incluindo os assentados da reforma agrária, os agricultores que estavam contemplados pelo Pronafinho, pescadores artesanais e aquicultores. O crédito foi organizado segundo faixas de renda: o grupo A, assentados da reforma agrária; grupo B, agricultores de baixa renda; grupos C, D e E, agricultores capitalizados em ordem crescente de rendas agrícolas. A partir de 2008, a classificação mudou novamente e o programa passou a ser estruturado em dois grandes grupos de beneficiários: especiais e variáveis. Dentre aqueles que compunham grupo especial estavam os assentados da reforma agrária e os agricultores de baixa renda¹⁴ (beneficiários do microcrédito produtivo rural). Os agricultores do grupo variável eram os antigos grupos C, D e E, que possuíam renda bruta anual entre 20 e 360 mil reais. A classificação dos beneficiários estabelecia como critério a renda familiar, o que significava a previsibilidade de honrar com os financiamentos bancários.

A Lei 11.326, de 2006, que definiu o conceito de Agricultura Familiar e os grupos que a compõem, passou a balizar as políticas para essa categoria. Assim, o público beneficiário passou a integrar também silvicultores, extrativistas, comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Em 2013, o crédito passou a considerar beneficiário agricultores com “no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.” (BACEN, 2015, p. 111).

Durante os vinte anos de existência do PRONAF, houve diversas reformulações na definição do público beneficiário, como se procurou demonstrar. O programa buscou atender,

¹³ Renda bruta anual familiar de até R\$ 1.500,00, definição atribuída no MCR de 2000.

¹⁴ Renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00, definição atribuída no MCR de 2015.

ainda que do ponto de vista formal, a heterogeneidade dos sujeitos do rural, fruto das lutas políticas dos segmentos até então considerados periféricos. Atualmente, com exceção dos produtores patronais, o crédito PRONAF abarca todos os sujeitos do mundo rural, seja pela identidade sociocultural, seja pelas faixas de renda, agrícola ou não agrícola.

Esses sujeitos, denominados agricultores familiares, conforme exigência legal para acesso às políticas deverão ser portadores do documento denominado Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)¹⁵, documento que o agricultor necessita para comprovar que é agricultor familiar. Como anunciou Ministério do Desenvolvimento Agrário,

[...] para que uma pessoa seja reconhecida, algumas formas de apresentação são a carteira de identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Na agricultura familiar, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) funciona como o CPF do campo, pois, ela é o instrumento que o agricultor tem de identificação para acessar políticas públicas do Governo Federal. (DAP..., 2013).

Esse documento é indispensável a todos os diversos sujeitos sociais, sejam eles pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, obrigados a comprovarem atividade agrícola comercial acompanhada por uma empresa de extensão rural. No entanto, essa obrigatoriedade tende a excluir duas vezes esses sujeitos; em primeiro lugar, porque parte considerável dos mesmos não tem a centralidade da produção voltada para atividade comercial mediada pelo talão do produto; e segundo, porque eles não são “alvos” prioritários das políticas de assistência técnica. Dessa forma, a DAP enquadra os agricultores numa classificação edificada pelos técnicos do Estado, corroborando com a construção do próprio conceito de agricultor familiar por meio da institucionalização do termo. Do ponto de vista simbólico, a DAP configura-se quase como uma condição para que o sujeito adquira oficialmente a condição de agricultor aos olhos do Estado.

Apesar de todos esses sujeitos estarem oficialmente declarados como beneficiários, nem todos participam do PRONAF, na prática. Os objetivos do programa, bem como a sua operacionalização, excluem os beneficiários que não possuem modos de vida ou estratégias de produção e reprodução social, condizentes com os propósitos do programa, em fortalecer o agricultor familiar, moderno e inserido no mercado. Não foram identificados mecanismos específicos que permitam a inclusão efetiva desta diversidade social. Estudos de Aquino e

¹⁵Esse documento é adquirido mediante comprovação de atividade agropecuária comercial através do talão de produtor emitido pela receita federal. É necessário que uma empresa credenciada de assistência técnica ou o sindicato municipal certifique a atividade agropecuária para emitir a DAP.

Schneider (2015) revelaram que os agricultores do grupo variável, representado pelos mais estruturados economicamente, foram os que mais acessaram ao crédito. Reunindo dados sobre o PRONAF no período de 1999 a 2011, os autores constataram que os integrantes do grupo B (que representam 55% dos estabelecimentos) tiveram uma participação de apenas 6% em 2011, quando atingiram o seu mais alto nível de acesso. Os membros do grupo A e A/C (que somam 12% dos estabelecimentos) tiveram 4,7% sobre o montante dos recursos em 2011. Assim, os agricultores do grupo variável, que representam 26% dos estabelecimentos, acessaram 89,3% do montante de recursos em 2011.

Dados do MDA revelaram que na safra 2012-13 o número de contratos atendidos pelo PRONAF foi de 2,14 milhões, totalizando 18,6 bilhões de reais. No entanto, a safra seguinte, 2013-14, teve 1,9 milhões de contratos, sendo o montante de recursos contratados 22,3 bilhões (BRASIL, 2014). A diminuição do número de contratos em contraposição ao aumento do montante de recursos disponibilizados, indica que houve concentração dos recursos do PRONAF em determinados setores, apontando para a mesma direção dos estudos de Aquino e Schneider (2015).

Dessa forma, a inclusão de diferentes setores sociais como beneficiários do PRONAF supera formalmente a seletividade inicialmente proposta pelo relatório FAO/INCRA (1994) na ocasião da primeira versão do PRONAF em 1995. No entanto, a inclusão da diversidade acaba sendo um artefato proforma, carente de mecanismos que visam aumentar o acesso de grupos sociais historicamente à margem do crédito agrícola. Como afirma Neves (2007, p.27) os efeitos práticos do crédito não correspondem às idealizações que preconiza a estrutura sócio-profissional projetada como desejável.

Para Scott (1998) a burocracia estatal não pode e não sabe trabalhar com a particularidade e as diferenças, pois, o Estado moderno consegue agir somente quando simplifica e homogeneíza.

Os funcionários do Estado moderno são apartados, por necessidade, da sociedade que governa, pois avaliam a vida de sua sociedade por meio de tipificações que estão sempre há alguma distancia da realidade plena. Assim, gráficos e tabelas, apesar do seu poder sinótico de destilar muitos fatos individuais em um padrão maior não captura o real em sua diversidade completa (nem desejam capturar) [...] O funcionário de qualquer grande organização "vê" a atividade humana de seu interesse em grande parte através das aproximações simplificadas de documentos e estatísticas. (SCOTT, 1998, p. 76/77).

O autor explica que o Estado constrói e renova seus mecanismos de legibilidade no decorrer do tempo, tornando-os cada vez mais sofisticados. Para ele, os motivos políticos

desse tipo de conduta tem sido: apropriação, controle e manipulação. Ainda segundo Scott (1998), cada vez mais as sociedades tornam-se legíveis, eliminam os monopólios do local e criam uma espécie de transparência nacional através da uniformidade de códigos, identidades, estatísticas, regulamentos e medidas.

Não se pode negar que a institucionalização dos termos agricultura familiar e agricultores familiares potencializou, certamente, as lutas pelo reconhecimento de sujeitos sociais historicamente discriminados das políticas públicas brasileiras, possibilitando a visibilidade dessa população. O que se percebe no processo de construção das políticas públicas voltadas aos agricultores familiares evidencia a prática estatal e as técnicas de governo, como descrito acima, no entanto tais políticas são também resultado da agência dos sujeitos, que através de suas organizações e lutas, desempenharam papel decisivo na implantação das políticas (MATTEI, 2006).

As práticas de governos, entendidas como classificação e seleção dos sujeitos sociais, desenvolvidas durante o processo de formulação e execução do PRONAF, apontam para duas questões que aqui são chaves. A primeira é relativa ao processo de fortalecimento/exclusão que a política pública produz, ela fortalece o agricultor familiar mais bem estruturado ao mesmo tempo em que exclui o agricultor tradicional, historicamente marginalizado. A segunda observação é a invisibilidade desse processo de seleção/exclusão. A construção genérica do conceito de agricultor familiar, em que todos estão incluídos, esconde a diversidade e a desigualdade existente entre o amplo setor dos agricultores familiares. As mesmas práticas, ao refazerem a realidade através dos processos de simplificação e padronização, homogeneizam a heterogeneidade, invisibilizando outras racionalidade e culturas.

A construção genérica do conceito de agricultor familiar está associada a ideia do agricultor que se modernizou. O agricultor familiar é projetado como aquele que transforma suas práticas agrícolas por meio de inovações tecnológicas visando o aumento da produtividade, demonstrando competência e saber profissional para ter acesso ao crédito e se relacionar com o mercado. Corre-se o risco de consagrar agricultor familiar moderno como o “verdadeiro agricultor familiar”.

Os primeiros trabalhos acadêmicos que propuseram mudanças no paradigma dos estudos rurais brasileiros, exercendo influência nas instâncias governamentais, tiveram como referência o desenvolvimento rural dos países europeus e norte-americanos. Para Abramovay (1992), as formas familiares articuladas ao desenvolvimento do capitalismo avançado foram as alternativas bem sucedidas encontradas pela agricultura europeia. Para o autor, os

estabelecimentos familiares apresentavam três características essenciais: natureza fundamentalmente empresarial, capacidade de inovação técnica e resposta aos apelos de mercado.

Dessa maneira, em meados da década de 1990, o “recém-nascido” agricultor familiar brasileiro já tinha seu futuro projetado a partir do modelo de agricultor europeu. Por parte do Estado, também estava em curso uma questão simbólica, representada pela tentativa de positivar a imagem do pequeno produtor, construindo um conceito diferente daquele associado à reforma agrária (SABOURIN, 2007), à pobreza e ao atraso.

Estes elementos contribuem para evidenciar a construção do estereótipo de agricultor familiar: moderno, produtivo e com inserção nos mercados. Para Neves (2005), em torno da categoria agricultor familiar, se construiu na academia de maneira rápida e inesperada, um consenso esterilizante, produzindo simplificações superdimensionadas. Para a antropóloga, o caráter familiar do trabalho e da gestão do estabelecimento são insuficientes para enquadrar a diversidade de sujeitos do rural em um único conceito.

A uma reificada lógica sustentada nos princípios de articulação entre trabalho (familiar) e gestão, orientados por projetos (também) familiares, e no distanciamento das relações e dos cálculos identificados a modos de produzir capitalistas, seguiu-se a simplificação ou a ausência (consensual) de explicações conceituais ou de reflexões. Por isso, o familiar tornou-se o necessariamente conhecido. E, por consequência, o desconhecido, porque explicado pelo estereotipado (NEVES, 2005, p. 72).

Michael Herzfeld (1992), em sua obra *A Produção Social da Indiferença*, constata como os modos sociais e políticos ocidentais têm poder para influenciar muitos comportamentos e políticas, transformando-se no “centro das ideias”. Quando o ocidente é colocado como modelo a ser seguido, estamos diante da possibilidade de construção de estereótipos.

De acordo com Herzfeld (1992), estereótipos são construções sociais que servem para produzir exclusão e reforçar desigualdades, tendo na indiferença o resultado dos estereótipos hierarquizados pelos Estados nacionais. Para o autor, estereótipos e indiferença podem ser produzidos e reproduzidos pela burocracia, assim como pelos atores sociais¹⁶.

Para Ribeiro (2008), os estereótipos podem indicar claramente o desequilíbrio de poder entre uma série de atores e legitimar a transformação de alguns deles em objetos de

¹⁶De acordo com Herzfeld (1992) “a categorização (classificação) não é artifício específico dos burocratas. Esses categorizam procedimentos a fim de justificar suas ações; no entanto não são os únicos, todos os atores sociais o fazem, por exemplo, quando usam desculpas sobre a insensibilidade dos burocratas para explicar seus fracassos pessoais”. Com essa citação o autor nos sugere que o Estado não está fixado, aos moldes de Parsons, como modelo a ser seguido. Ele é permeável, podendo ser transformado.

iniciativas de desenvolvimento, já que os estereótipos quase não conseguem esconder suas funções de poder sob a linguagem do desenvolvimento.

As classificações estatais, tão caras a Scott para a ação do Estado, são também analisadas por Herzerfeld (1992), que as consideram capazes de, geralmente, produzirem estereótipos úteis para promover simplificações que justificam a indiferença à heterogeneidade.

Estereótipos preenchem um espaço taxonômico aparentemente vazio, e sua popularidade torna possível o florescimento da indiferença. [...] A criação e manutenção de um sistema de classificação tem sempre caracterizado o exercício de poder em sociedades humanas' (HERZFELD, 1992, p.110, tradução nossa).

A elaboração das políticas públicas e demais ações de governo demandam o processo de legibilidade estatal, por meio do qual a complexidade das formas sociais, seus modos de vida e suas racionalidades são simplificados. O agricultor familiar, tomado em oposição ao empresário rural do agronegócio, positivado pela modernização, produtividade e racionalidade do mercado, constitui o modelo “ideal”, estereotipado. “Em geral os estereótipos retrataram personagens nacionais como fixos, simples e inequívocos, disfarçando a enorme capacidade de múltiplas interpretações entre os mesmos” (HERZFELD, 1992, p. 73). O agricultor tradicional, seja ele caboclo, caipira ou sitiante; posseiros, meeiros ou arrendatários, é então excluído da política agrícola; de forma direta como analisado no relatório FAO/INCRA ou indireta, como visto a partir do PRONAF.

Para analisar a contribuição do Estado na construção da categoria agricultor familiar, optou-se por abordar alguns instrumentos, dentre eles o diagnóstico FAO/INCRA, por sua expressiva contribuição no início da década de 1990 para a elaboração das políticas públicas específicas para a agricultura familiar; o PRONAF, por ser a política mais simbólica e importante em termos de recursos e público atendido no âmbito da agricultura familiar; além da DAP, como documento identificador do agricultor familiar e da Lei da agricultura familiar, que define os critérios de denominação desse agricultor familiar.

Certamente existem outras políticas e créditos que não foram abordadas nessa problematização. partir da década de 2000 passaram a considerar, além dos agricultores familiares, os pescadores artesanais, os extrativistas, as quebradeiras de coco, os faxinalenses, os quilombolas, os indígenas, os agricultores de fundo de pasto, etc. No entanto, nenhum outro crédito ou política teve a expressão do PRONAF.

3 RACIONALIDADES E MODOS DE VIDA

Neste capítulo são apresentados alguns apontamentos teóricos que contribuem para interpretar a forma de pensar e explicar a realidade dos sujeitos sociais que estão sendo estudados. Foram utilizados os conceitos racionalidades e modos de vida e/ou experiência, que estão apresentados nas seções a seguir.

3.1 RACIONALIDADE NA TEORIA SOCIAL

O conceito de racionalidade está sendo utilizado com o objetivo de compreender as ações sociais dos sujeitos em sua complexidade. Podemos dizer que a racionalidade é uma das dimensões da ação humana, antecedida pela reflexão e o cálculo, elaborada a partir da experiência histórica de cada sujeito. Para Weber (1905/2001) existem diversas motivações que orientam as condutas dos sujeitos, as ações racionais são aquelas que adquirem sentido a partir de objetivos que se almejam alcançar, por meio delas os sujeitos constroem intencionalidades, agindo por meio do cálculo e da reflexão prévia. Seu enfoque compreensivo considera que o ponto de partida está sempre nas vivências e representações subjetivas dos indivíduos, ou seja, o “sentido” dado à ação pelos sujeitos (SOUZA, 1997). No entanto, a ação rigorosamente racional não existiria na realidade, sendo uma construção do método sociológico weberiano, dos tipos ideais¹⁷. Para Weber (2002, p.14) “a ação real orientada de acordo a fins é influenciada por fatores irracionais de todo tipo (tais como emoção, erros)”.

O uso da racionalidade enquanto categoria analítica está inserido na perspectiva que considera a complexidade do ser humano em que a racionalidade é influenciada pelas demais dimensões, sejam elas afetivas, espirituais e culturais. Nesse sentido, podemos dizer que

¹⁷ A ação social foi classificada por Weber em quatro tipos ideais, sendo o primeiro denominado a ação social referente a fins, na qual o indivíduo racionalmente determina os objetivos da ação; é o agir estratégico, ou seja, são calculados os meios e ponderados os efeitos da ação; essa ação está relacionada à racionalidade formal ou instrumental. O segundo tipo de ação é aquela referente a valores, nela os indivíduos definem conscientemente sua ação a partir do conjunto de valores que acredita, sejam eles religiosos, estético, moral ou ético. A motivação para ação não é um interesse, mas um valor; e em geral não se avalia possíveis consequências, ou seja, não há interesse na construção de resultados posteriores; trata-se da racionalidade substantiva. Outro tipo de ação que o indivíduo pode exercer é a ação social afetiva, determinada pela emoção; nesse caso as motivações podem ser vingança, dedicação e geralmente visa atender uma satisfação imediata, provocada por um impulso. O quarto tipo de ação é a social tradicional, são hábitos e costumes do nosso dia-dia que praticamos quase de maneira irrefletida, esse tipo de ação está muito próxima dos comportamentos reativos, é a maior parte das nossas ações cotidianas (SELL, 2015).

existem racionalidades múltiplas, fruto de cada período histórico, condições geográficas, culturais, políticas, dentre outras.

A sociedade moderna ocidental inaugurou uma racionalidade específica tornando-se característica fundamental do paradigma capitalista. O enriquecimento passou a ser uma ação legítima e desejável, ao contrário do que se pregava na Idade Média, naquele período a busca pela riqueza era vista como avareza e pecado. No final do século XVIII e início do século XIX, profissão, trabalho, planejamento e disciplina tornam-se atributos moralmente positivados, que passam a motivar a conduta humana. A racionalidade capitalista é aquela que envolve um método com regras estipuladas para se alcançar a riqueza, na qual o trabalho é o meio e o fim. A ação é racionalizada com base no rigor do cálculo, dirigida com previsão e cautela para o sucesso econômico almejado (WEBER, 1905/2001).

Para Leff (2006) a racionalidade é um sistema de regras de pensamento e de conduta dos atores sociais que ocorrem no interior de uma estrutura econômica, política e cultural determinada, legitimando um conjunto de ações e conferindo sentido à organização da sociedade em seu conjunto. Tais regras orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, enquanto uma construção social, refletindo-se em suas normas morais, suas crenças, seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção (LEFF, 2006, p. 243).

Na obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber (1905/2001) se interessa por compreender a origem dessa racionalidade moderna ocidental, a partir das observações sobre as diferentes racionalidades entre o mundo ocidental e oriental. O autor constata que o nascimento da modernidade no ocidente vem acompanhado de uma racionalidade que se diferencia das racionalidades orientais ou não modernas. Sua hipótese parte da observação da predominância da religião protestante em países europeus de capitalismo avançado; para ele não se tratava de uma coincidência, mas de uma possível relação existente entre essa religião e o capitalismo.

Para Weber (1905/2001) a ação do sujeito não é determinada somente pela base econômica, como argumentavam os defensores da corrente estruturalista¹⁸, mas por influencia

¹⁸ Nesta passagem Weber está dialogando com os materialistas históricos contrapondo-se ao fato de ser a superestrutura (ideias, cultura, etc) definida pela estrutura econômica. Para ele a superestrutura (espírito do capitalismo inaugurado pela ética protestante) foi uma das bases para o surgimento da tão bem sucedida ordem econômica capitalista. No entanto, o autor é enfático ao afirmar que não pretende construir uma doutrina a respeito da sua teoria. “Não é, porém, meu intuito substituir uma interpretação causal materialista unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral da cultura e da história. Ambas são viáveis, mas, se qualquer delas não for adotada como introdução, mas sim como conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica” (WEBER, 2001, p.87). Como afirma Sell (2015), a teoria da racionalidade de Weber e sua busca pela causalidade do “espírito do capitalismo” não visam à explicação do funcionamento do capitalismo enquanto sistema econômico, “mas apenas da origem da conduta ou disposição capitalista como uma determinada forma de ‘ação social’” (SELL, 2015, p. 125).

da estrutura (base econômica) e da superestrutura (ideologia e política). O autor não nega a influência da economia, no entanto pondera quanto a existência de fatores de ordem pessoal que influenciam as ações dos sujeitos. Nesse sentido, o interesse de Weber está direcionado a apreensão da ação social dos indivíduos, suas causas e efeitos. Nesses termos, Weber irá realizar um estudo comparado entre as religiões na perspectiva de encontrar evidências do aspecto religioso na conduta social dos sujeitos.

Ao se fazer a pergunta da origem da racionalidade ocidental e considerar como hipótese sua vinculação ao aspecto religioso, Weber considera a possibilidade de o protestantismo ter estimulado, ou preparado, o "espírito" do capitalismo. Ele está interessado em compreender a transição da racionalidade tradicional para a moderna e para tanto parte da suposição de que existiu uma ética, denominada da ética protestante, que criou as condições subjetivas e psicológicas necessárias para a prosperidade do capitalismo.

Para Weber, a busca pela riqueza e a avareza são fenômenos existentes nas mais diversas sociedades, e nos mais diferentes períodos históricos, estando presente na China, Egito e Babilônia. No entanto, o autor enfatiza que está presente uma nova moral perante a busca pelo enriquecimento, própria da racionalidade capitalista; se na Idade Média o enriquecimento era moralmente compreendido como sinônimo de avareza, no capitalismo essa busca por dinheiro ganha conotação positiva, adquirindo pelo trabalho a sua legitimação.

A ética protestante rompeu com as tradições católica e luterana quando atribuiu ao enriquecimento mundano um dos sinais da graça de Deus. O trabalho ganhou status de vocação passando a ser uma das manifestações da predestinação de Deus sobre os homens na Terra. Trabalho e enriquecimento tornam-se, portanto, os maiores sinais de que se estaria salvo, contrariando as tradições católicas de que através do arrependimento ou do acúmulo de boas ações se poderiam alcançar o perdão e a salvação. O protestantismo retira, portanto, qualquer mediação entre os seres humanos e Deus. Como a incerteza de ser ou não o escolhido de Deus não permite muitas alternativas, a busca pela riqueza através do trabalho, entendido como vocação atribuída por Deus, torna-se uma espécie de auto demonstração da escolha divina.

Trabalhar naquilo que lhe foi destinado, ao longo de toda sua jornada. Não são o ócio e o prazer, mas só a atividade que serve para aumentar a glória de Deus, conforme a clara manifestação de Sua vontade. A perda de tempo é pois, em princípio, o mais funesto dos pecados. A duração da vida humana é por demais curta e preciosa para garantir a própria escolha. A perda de tempo na vida social, em conversas ociosas, em luxos e mesmo em dormir mais que o necessário para a saúde, de seis até o máximo de oito horas, é merecedora de absoluta condenação moral. (WEBER, 1905/2001, p.74)

Configura-se como parte da ética protestante a vida regrada e calculada metodicamente, sem tempo para o ócio ou atividades de lazer. O tempo de um cristão deve ser ocupado em função única e exclusivamente de sua vocação, ou seja, com trabalho. Atividades prazenteiras como lazer, esporte, diversão com amigos passam a ser consideradas como desvios perante a graça divina; essa moral somada às condutas de pontualidade, pagamento das dívidas, sexo apenas como reprodução (“crescei e multiplicai”) tornam a produtividade do trabalho elevada e a vida adquire, aos poucos, a racionalidade do planejamento e da organização em todos os seus sentidos.

O ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito de todo prazer espontâneo de viver é, acima de tudo, completamente isento de qualquer mistura eudemonista, para não dizer hedonista; é pensado tão puramente como um fim em si mesmo, que do ponto de vista da felicidade ou da utilidade para o indivíduo parece algo transcendental e completamente irracional. O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio guia do capitalismo, tanto quanto soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência capitalista. (WEBER, 1905/2001, p. 21)

Para Weber a ética protestante moldou uma racionalidade baseada na centralidade do trabalho, no cálculo, no planejamento e na produtividade; ter uma profissão, uma carreira, tornou-se algo imprescindível na vida do indivíduo.

Na verdade, essa ideia tão peculiar do dever do indivíduo em relação à carreira, que nos é familiar atualmente, mas na realidade tão pouco óbvia, é o que há de mais característico na ética social da cultura capitalista e, em certo sentido constitui sua base fundamental. É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta. (WEBER, 1905/2001, p. 21).

Tal racionalidade foi fundamental para desenvolver as condições do capitalismo que nascia na Europa e Estados Unidos. A jovem burguesia, que passava a produzir riqueza a partir do trabalho livre assalariado, precisava de legitimidade moral para os lucros que alcançava ao mesmo tempo em que precisava de trabalhadores convencidos a trabalhar disciplinarmente.

Assim, a riqueza seria eticamente má apenas na medida em que venha a ser uma tentação para um gozo da vida no ócio e no pecado, e sua aquisição seria ruim só quando obtida com o propósito posterior de uma vida folgada e despreocupada. Mas como desempenho do próprio dever na vocação, não só é permissível moralmente, como realmente recomendada. (WEBER, 2001, p. 77)

O indivíduo passa a ver na busca do lucro uma obrigação ética, na visão weberiana essa racionalidade é a grande contribuição do protestantismo para o capitalismo, para o autor foram as ideias positivadas de trabalho e lucro que influenciaram sobremaneira o modo de vida dos novos empreendedores capitalistas do século XIX. O protestantismo também contribuiu moralmente para restringir o desfrute espontâneo da riqueza, evitando gastos supérfluos e as tentações da carne, dispondo de trabalhadores dedicados, sóbrios e conscientes do seu trabalho (WEBER, 1905/2001).

Sob a ótica protestante, a pobreza é sinal de que indivíduos nessa situação não foram escolhidos por Deus; ao contrário da interpretação medieval católica, na qual os pobres deveriam ser acolhidos e receberem a caridade dos cristãos, os protestantes consideravam que aqueles que não trabalham não merecem ter suas necessidades atendidas, “quem não trabalha não deve comer. A falta de vontade de trabalhar é sintoma da falta de graça” (WEBER, 1905/2001, p. 75). Nesse sentido, a ética protestante ajudou a justificar a desigualdade social, atribuindo à divindade as razões pela distribuição desigual da riqueza, tendo Deus suas razões para tal. Weber argumenta que a fome de riqueza é tão velha quanto a história do homem, o que vai mudar no capitalismo moderno é a aceitação ética que o protestantismo ajudou a construir sobre essa atitude humana, que no passado era visto como avareza. Para Souza (1997, p.63) a tese do espírito do capitalismo não deve ser confundida com a busca inescrupulosa de ganhos e lucros. “Muito antes, pelo contrário, esse mesmo espírito teria a ver com uma disciplinarização da busca de ganhos, ou seja, com uma transformação desse impulso em um *método* de conduta”.

A transição da ética protestante para o “espírito” do capitalismo ocorreu na mudança gradual de intensidade da busca pelo Reino de Deus, a sóbria virtude econômica pouco a pouco foi deixando suas raízes religiosas dando lugar à mundanidade econômica, surgindo uma ética especificamente burguesa.

O conhecimento e a ciência, presentes em diversas civilizações, assumiram características específicas na modernidade ocidental. Para Weber, a busca sistemática, racional e especializada da ciência para a produção de trabalhadores treinados é uma produção moderna ocidental. É no capitalismo que o conhecimento científico passa a ser utilizado em prol do desenvolvimento econômico, a ciência passa a influenciar a técnica. Assim, mesmo que disciplinas como a matemática e a física não tenham sido criadas pelo capitalismo, será nesse sistema de produção que tais disciplinas, e tantas outras, ganham espaço em favor da ordem econômica. “A utilização técnica do conhecimento científico, tão importante para as condições de vida da massa do povo, foi certamente incentivada pelas considerações

econômicas, que lhe eram extremamente favoráveis no mundo ocidental” (WEBER, 1905/2001, p. 8). Além da ciência, o autor constata que o capitalismo se aproveitou também da organização racional do Estado, com a instauração de setores administrativos e judiciários, atribuindo um arcabouço de regras, normas e leis. Essa organização racional do Estado permitiu o investimento em setores produtivos, sem essa estrutura possivelmente teriam sobrevivido apenas o capital especulativo e aventureiro (WEBER, 1905/2001).

Nesses termos, a racionalidade moderna ocidental, que para Weber tem sua origem na ética protestante, encontrou no capitalismo as condições ideais para se constituir enquanto uma racionalidade dominante na qual o trabalho é o meio principal para se alcançar as realizações pessoais, que estão vinculadas a geração de renda e riqueza material. A busca pela qualificação profissional, a crença na ciência e na tecnologia e o cumprimento de regras disciplinares moralmente construídas configuram as marcas daquilo que se constituiu enquanto a racionalidade moderna padronizada como universal na sociedade ocidental. De acordo com Souza, Weber defende

[...] a tese de que a utilização da técnica e da ciência no mundo racionalizado segundo padrões formais da economia não está de forma alguma ligada à emancipação da espécie. Ao contrário, técnica e ciência agem na realidade, antes de tudo, como forças de controle da natureza, da vida social intersubjetiva e, finalmente, como agentes cerceadores do espaço de ação individual. [...] Esta tendência, que abrange todas as esferas sociais, no sentido de um processo gradativo de perda e de cerceamento da liberdade, confere precisamente o sentido da interpretação da modernidade ocidental para Max Weber como uma “prisão de ferro” (SOUZA, 1997, p. 76).

Uma das consequências da racionalidade ocidental na visão de Weber é o “racionalismo da dominação do mundo” o que promoveria um “desencantamento do mundo”.

Weber traz em sua teoria da racionalidade uma questão fundamental: a existência de múltiplas e não hierarquizadas racionalidades. Weber não “procurou encontrar processos de racionalização apenas no Ocidente” (SOUZA, 1997, p. 86), o que é racional para uma cultura poderá ser considerado irracional para outra.

Temos, por exemplo, a racionalização da contemplação mística, atitude que, vista sob outro prisma da vida, é especialmente irracional, e temos também as racionalizações da vida econômica, da técnica, da pesquisa científica, do treino militar, do direito e da administração. Além disso, cada um desses campos pode ser racionalizado em termos consoantes com valores últimos e finalidades muito diferentes, e o que é racional de um certo ponto de vista, poderá ser irracional de outro. Racionalizações dos mais variados tipos têm existido em vários setores da vida, em todas as áreas da cultura. (WEBER, 1905/2001, p. 9).

Como é possível perceber na obra de Weber (1905/2001), a racionalidade moderna ocidental é um tipo de racionalidade, que coexiste com outras. Em diversos momentos de seu texto o autor questiona o que é considerado racional no capitalismo, como por exemplo, a aquisição econômica como um fim em si mesmo e não para atender às necessidades; contrariando a racionalidade tradicional. “Este é um exemplo do que queremos significar aqui por tradicionalismo. O homem não deseja “naturalmente” ganhar mais e mais dinheiro, mas viver simplesmente como foi acostumado a viver e ganhar o necessário para isso” (WEBER, 1905/2001, p. 24). Weber questiona ainda se não seria irracional o tipo de vida na qual o homem existe para o seu negócio, quando deveria ser o contrário. Ao defender que a racionalização da vida pode se dar a partir de pontos de vista diferentes, Max Weber (1905/2001) considera a racionalidade um conceito histórico, o interesse do autor está em busca desvendar a vinculação particular do pensamento racional com a ideia de devoção ao trabalho e de vocação.

O autor destaca duas características fundamentais do capitalismo moderno ocidental: a primeira foi a separação entre os negócios e a moradia da família, a segunda, como decorrência da primeira, foi a adoção da contabilidade como método de controle administrativo da empresa.

A moderna organização racional das empresas capitalistas não teria sido possível sem dois outros fatores importantes em seu desenvolvimento: a separação dos negócios da moradia da família, fato que domina completamente a vida econômica e, estritamente ligada a isso, uma contabilidade racional. (WEBER, 2001, p. 7)

Essas duas características marcam sobremaneira a racionalidade moderna diferenciando-a da tradicional, em que produção e reprodução social existem no mesmo espaço familiar. Esta observação analisada pelo autor é fundamental para a compreensão das racionalidades presentes no espaço rural, na próxima seção são apresentados elementos dessa racionalidade tradicional entre os agricultores.

3.2 A RACIONALIDADE DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS

A literatura internacional e brasileira tem obras importantes sobre a racionalidade camponesa, fruto de reflexões e debates que por muitos anos orientaram a sociologia e a

antropologia rural¹⁹. Não é objetivo de este estudo apresentar um debate aprofundado sobre a temática, por essa razão serão apresentados brevemente alguns aspectos conceituais problematizados pelos estudos rurais a fim de trazer as contribuições que o conhecimento científico tem acumulado sobre a questão.

Chayanov foi um autor clássico na discussão sobre a microeconômica camponesa. Em um contexto de penetração do capitalismo no espaço agrário russo, no início do século XX, o autor interessou-se por compreender a lógica da unidade familiar de produção e os mecanismos que orientavam a tomada de decisão do núcleo familiar camponês. Assim, para Chayanov a economia camponesa era compreendida pelo equilíbrio entre trabalho e consumo, em sua tese “o grau de auto exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho” (TCHAYANOV²⁰, 1924/1976, p. 482). O autor ressalta que tanto a satisfação do consumo, quanto a avaliação sobre o esforço despendido para o trabalho, são de natureza estritamente subjetiva. Com base no julgamento da relação entre trabalho e consumo decorre a decisão da família camponesa em vender suas safras, realizar financiamentos, usar de insumos industriais (ABRAMOVAY, 1992). Sobre as ideias de Chayanov, Abramovay (1992, p. 76) conclui que “é possível encontrar no interior da família camponesa os elementos geradores de sua conduta específica, que não corresponde a racionalidade capitalista”.

Com a modernização da agricultura e sua estreita relação com a industrialização rapidamente emergem as transformações na agricultura e na vida dos agricultores. A sociologia rural passa a se preocupar com as transformações da família agrícola, em que os camponeses tornavam-se agricultores. No pós-guerra colocou-se a necessidade de industrialização e modernização, principalmente na Europa: o camponês seria capaz de se adaptar a tais mudanças? Qual seria o lugar dos camponeses (e dos agricultores) na sociedade? (JOLLIVET, 1998).

O estudo de Abramovay (1992) sobre a microeconomia do comportamento camponês apresenta sinteticamente três modelos desenvolvidos durante a década de 1960 quando se discutia a existência ou não de um comportamento específico do campesinato, e se argumentava sobre a importância de compreensão dessa racionalidade como contribuição às políticas de desenvolvimento econômico. Os modelos apresentados por Abramovay são: 1) O maximizador de lucro de Theodore Schultz (1964). Para este autor a agricultura tradicional é

¹⁹ Para maior aprofundamento sobre o tema ver Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, Ricardo Abramovay.

²⁰ Na literatura brasileira adotou-se o uso da nomenclatura Chayanov. Na bibliografia consultada o nome apresentava-se como Tchayanov, por essa razão as citações estão sendo fiéis a bibliografia.

“um sistema coerente e racional de uso dos fatores cuja compreensão econômica é perfeitamente possível e cujo funcionamento é praticamente perfeito. A raiz desta perfeição está numa dupla inseparável: eficiência e maximização de lucro” (ABRAMOVAY, 1992, p. 82). Schultz aponta para um comportamento absolutamente racional, baseado na eficiência econômica do camponês. Abramovay (1992) compreende a transformação da agricultura tradicional proposta por Schultz como ambígua; se por um lado ela sugere o incentivo material para que o agricultor possa aumentar sua produtividade, por outro, é evidente que tamanha mudança não alcançará grande parte dos agricultores, já que essa transformação é proposta dentro de uma economia de mercado. Assim, o preço dessa transformação é o sacrifício social de uma massa de agricultores tradicionais.

O segundo modelo é apresentado é o de Lipton (1968), que interpreta o camponês como o minimizador de riscos. Ele “vê no agricultor tradicional um *maximizador*: não de lucros, mas de oportunidades de sobrevivência. E para tanto o essencial é levar em conta um ambiente ecológico e social hostil a esta sobrevivência” (ABRAMOVAY, 1992, p. 86). Para Lipton existem aspectos sociais e institucionais que bloqueiam a conduta de maximização de lucros, portanto o autor considera que o desenvolvimento econômico não se dará pela incorporação de tecnologias industriais à agricultura tradicional. É fundamental que se eliminem as condições institucionais que bloqueiam a boa utilização dos fatores de produção, tendo em vista o comportamento de aversão ao risco presente nos agricultores tradicionais (ABRAMOVAY, 1992).

O terceiro modelo é representado por Sen, Nakagima e Mellor, em que a racionalidade do agricultor tradicional é identificada pela aversão à penosidade. A partir das leituras de Chayanov sobre o equilíbrio microeconômico camponês, onde trabalho e satisfação tendem a alcançar a estabilização, os autores argumentam que o mercado de trabalho foi um fator que promoveu mudanças nesta racionalidade. “O esforço familiar passa a ser comparado não apenas com a renda obtida no estabelecimento agrícola, mas adquire outro parâmetro que é o custo de oportunidade oferecido pelo mercado de trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, p. 92).

Os modelos apresentados por Abramovay, construídos desde uma perspectiva econômica neoclássica, estão assentados na premissa de uma racionalidade definida exclusivamente pelo aspecto econômico: a busca de lucros, a minimização dos riscos e aversão à penosidade. Tais modelos representam a produção acadêmica da sociologia rural dos Estados Unidos na década de 1960; com o processo de modernização agrícola, a ciência vincula-se ao viés difusionista, dando ênfase aos estudos relacionados às respostas dos atores aos estímulos de novas tecnologias (SCHNEIDER, 1997).

José de Souza Martins (2001) produziu uma crítica contundente quanto ao papel desempenhado pela sociologia rural mais comprometida com o difusionismo e a inovação tecnológica do que com a compreensão dos fenômenos provocados pela modernização. O autor fala sobre o desencontro entre a sociologia rural e as populações rurais: “a sociologia rural, a pretexto de se tornar uma força auxiliar da modernização e da remoção das resistências sociais à mudança, contribuiu abertamente para a violação de modos de vida e visões de mundo e de culturas tradicionais em que a pobreza, ao menos, revestia-se de padrões sociais de dignidade toleráveis” (MARTINS, 2001, p. 33).

O conceito de economia moral, de James Scott, é uma abordagem da economia camponesa que se afasta das interpretações neoclássicas. Segundo Sabourin (2011), Scott formula sua teoria baseado no princípio de justiça apresentado por Thompson ao retratar as revoltas camponesas no século XVIII. Um dos pilares da proposta de Scott está sustentado na teoria de Chayanov (1924) sobre a “estratégia de subsistência e das práticas antirrisco: autonomia dos mercados e diversificação das produções” (SABOURIN, 2011, p. 156). O outro pilar é a centralidade das relações estar associada a reciprocidade.

A reciprocidade serve como princípio moral central nas relações interpessoais. O direito a subsistência define, de fato, as necessidades mínimas devendo ser satisfeitas para os membros da comunidade no contexto da reciprocidade. Os dois princípios correspondem às necessidades humanas vitais na economia camponesa (SCOTT²¹, 1976 *apud* SABOURIN, 2011, p. 156).

Para Menezes e Malagodi (2010), Scott desenvolve o conceito de economia moral a partir de três ideias centrais: segurança em primeiro lugar (procurar o risco mínimo), justiça como parte da rede de reciprocidade e subsistência como reivindicação moral. Os estudos de Scott sobre as comunidades camponesas asiáticas os fez concluir quanto a existência de

[...] um dilema econômico central das unidades camponesas. Vivendo próximo à margem de subsistência e submetido às imprevisibilidades do clima e das demandas exteriores, a unidade camponesa tem pouca manobra para um cálculo de maximização do lucro da tradicional econômica clássica. Tipicamente, o camponês cultivador procura mais evitar um risco que poderá arruiná-lo do que tentar um grande investimento que pode ser arriscado e fatal. Em termos de processo de decisão, seu comportamento demonstra aversão ao risco, [com o que] ele reduz a possibilidade pessoal de uma perda maior (SCOTT, 1976²² *apud* MENEZES; MALAGODI, 2010, p. 58).

²¹ SCOTT, James. **The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia**. New Haven/London, Yale University Press, 1976.

²² SCOTT, James. **The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia**. New Haven/London, Yale University Press, 1976.

Os autores destacam a importância da noção de “segurança em primeiro lugar” por ela fundamentar a multiplicidade de arranjos técnicos, sociais e morais, decorrendo em diversas maneiras de organizar os sistemas produtivos. O camponês opta pelas culturas e utiliza técnicas tradicionais pelo fato de já serem amplamente conhecidas e, portanto, capazes de gerar a produção demandada pela família. No entanto, o uso de técnicas e manejos já conhecidos não atribui aos camponeses a característica de aversão à inovação. Havendo a possibilidade de ganhos claros e riscos mínimos, os camponeses experimentam novas sementes, novas técnicas de produção e novas relações com mercado. No entanto, a produção da subsistência sempre estará preservada.

A economia moral de Scott traz ainda a noção de “ética da subsistência”, Menezes e Malagodi (2010) explicam que além de ser uma estratégia produtiva, a subsistência está relacionada com regras sociais construídas por meio das relações de reciprocidade com parentes, amigos, vizinhos, patrões, etc.

No estudo do campesinato brasileiro, Wanderley (1996) fala dos traços marcantes da precariedade e da instabilidade das situações vividas. Os processos de “campesinização”, “descampesinização” e “recampesinização” existente nas diversas regiões e nos diferentes períodos históricos revelam essa instabilidade. A autora cita como exemplos de “campesinização” as colônias de imigrantes europeus na Serra Gaúcha; “descampesinização” a condição do morador nos engenhos e usinas do Nordeste e a situação dos parceiros nas fazendas de café em São Paulo como exemplo de “recampesinização”.

Para Wanderley (1996), diante dessas circunstâncias marcadas pela instabilidade, a motivação que orienta a estratégia econômica dos camponeses é o acesso a atividades rentáveis e estáveis. A essa estratégia se articulam duas ações que se complementam: a busca pela inserção em espaços mercantis e a produção para o autoconsumo. Sabourin (2009, p. 16) corrobora com Wanderley quanto a associação entre mercado e autoconsumo, acrescentando a dimensão da redistribuição: a “autonomia do sistema de troca livre resulta em uma produção diversificada associando inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo e práticas de redistribuição local e interfamiliar”.

Para Wanderley (1996) essa dupla associação constitui o que é denominado “patrimônio sócio-cultural” do campesinato brasileiro e, por essa razão, a autora critica a classificação do campesinato enquanto “agricultura de subsistência”.

Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do

mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da precariedade e da instabilidade (WANDERLEY, 1996, p. 11).

As reflexões acima comprovam que o comportamento dos camponeses e agricultores tradicionais tem sido objeto de estudo das ciências sociais há mais de um século. Foram produzidas interpretações que se diferenciam de acordo com o interesse político, a corrente teórica e a conjuntura de cada época.

3.3 CONCEITO DE MODO DE VIDA

Thompson e Fontana (1979) foi um dos primeiros autores a estudar o cotidiano dos camponeses na Inglaterra do século XVIII. O autor interessou-se em analisar os costumes da cultura plebéia, face às transformações sociais na transição do feudalismo para o capitalismo. O autor estava interessado em compreender as razões das “revoltas e as lutas de classes” daquele período, investindo na análise das experiências sociais dos sujeitos que protestavam. Ele discordava de autores que defendiam apenas as razões econômicas-objetivas, como a fome e/ou a fixação dos preços dos cereais, como explicações dos levantes de camponeses. Para ele as motivações articulavam-se entre necessidades e interesses, ligados à defesa da tradição e dos costumes da comunidade tradicional.

Las normas que así se defienden no son idénticas a las proclamadas por la Iglesia o las autoridades; son definidas en el interior de la cultura plebeya misma, y las mismas formas rituales que se emplean contra un conocido delincuente sexual pueden emplearse contra un esquirol, o contra el señor y sus guardas de la caza, el recaudador, el juez de paz. Es más, las formas no son herederas de expectativas y reproductoras de normas simplemente (THOMPSON; FONTANA, 1979, p. 44).

Para o autor, os plebeus ingleses rebelaram-se para manter o costume e a tradição, desenvolvendo o que ele denominou de cultura rebelde.

De ahí una paradoja característica del siglo: nos encontramos con una cultura tradicional y *rebelde*. La cultura conservadora de la plebe se resiste muchas veces, en nombre de la «costumbre», aquellas innovaciones y racionalizaciones económicas (como el cerramiento, la disciplina de trabajo, las relaciones libres en el mercado de cereales) que gobernantes o patronos deseaban imponer (THOMPSON; FONATNA, 1979, p. 45).

Ao estudar o comportamento dos camponeses do século XVIII Thompson percebe a necessidade de decifrar as regras invisíveis de ação. A lógica capitalista e comportamento tradicional “não-econômico” estão em conflito, portanto há a defesa de uma cultura que é própria da plebe, contra as intromissões da *gentry* e do clero, que se consolida seus próprios interesses, “la tabernas son suyas, suyas las ferias, la música escabrosa forma parte de sus propios medias de autorregulación. No es *una* cultura “tradicional” cualquiera sino una muy especial” (THOMPSON; FONTANA, 1979, p. 50).

No estudo sobre a formação da classe operária inglesa entre 1790 e 1830, Thompson (1987) desenvolveu o conceito de experiência social, como categoria para pensar a realidade. O autor observa o crescimento da consciência de classe entre os proletários ingleses a partir da consciência de uma identidade de interesses entre grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes. Para ele, classe e consciência de classe vão sendo formadas concomitantemente a partir da experiência.

Pela experiência social os seres humanos experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo ela é fundamentalmente qualitativa (VENDRAMINI, 2004).

Há, portanto, uma íntima relação entre o pensamento e a realidade. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque os homens são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao mundo (VENDRAMINI, 2004, p. 26).

A análise de Thompson considera o modo de vida característico dos trabalhadores, que está associado com um modo de produção, e os valores partilhados pelos que viveram durante a Revolução Industrial. É um estudo das experiências cotidianas, da qualidade de vida, dos valores com desejo de racionalização global.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981).

A experiência humana, tratada em termos culturais, está encarnada em tradições, sistemas de valores, ideias, formas institucionais. Ela compreende a resposta mental e emocional que indivíduos ou grupos sociais dão aos acontecimentos (THOMPSON, 1981).

Segundo Lobo (1992), na década de 1970 aflorou, no Brasil, o debate sobre as formas de reprodução social e as práticas que as sustentavam, estimulado pelas modificações

tecnológicas que repercutiam no mundo do trabalho, emprego e mercado. Ao mesmo tempo, ocorriam mudanças profundas no espaço urbano e nas formas de sociabilidade, cada vez mais atravessadas pela diversidade de culturas e mentalidades.

A autora argumenta que na Sociologia os estudos sobre modos de vida tiveram origem a partir das transformações na sociedade industrial. As pesquisas visavam compreender as práticas cotidianas da classe trabalhadora urbana que sofria as consequências da exploração do mundo do trabalho. Ocupava-se do estudo das mudanças provocadas na reprodução social e no interior das famílias, voltadas para a compreensão das estratégias e da sociabilidade entre trabalhadores nos bairros, o que levou ao surgimento das pesquisas relacionadas com o padrão de vida urbano. Com o passar do tempo, esses estudos foram ampliados para os movimentos sociais e as práticas de resistência das classes populares urbanas. O estudo dos modos de vida é “algo que não se reduz aos indicadores objetivos das condições de vida e trabalho, mas que é construído através de práticas e representações através das quais os trabalhadores lidam com essas condições” (TELLES, 1987²³ *apud* LOBO, 1992, p. 12).

De acordo com Lopes (1987) o estudo dos modos de vida tem como objetivo as práticas cotidianas, as tradições, a diferenciação interna das classes trabalhadoras, suas representações, tanto quanto a internalização subjetiva das condições materiais da sua existência. Para Lobo (1992) o estudo da temática dos modos de vida teve suas origens na teoria social, principalmente, na sociologia francesa. O modo de vida adquire “estatuto de conceito que propõe um fio condutor para a análise das práticas sociais; a construção simultânea e articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico” (LOBO, 1992, p. 13).

A autora afirma que, no período da década de 1970, as ciências sociais francesas passaram a criticar os modelos explicativos baseados em conceitos totalizadores. Ela destaca as contribuições de Lacascade, que considera que os modos de vida não são determinados pelas “estruturas sociais (classes, grupos sociais, luta de classes, etc); ao contrário, as condutas (modos de vida) é que seriam explicadores das estruturas sociais através de critérios impalpáveis, originários da esfera cultural” (LACASCADE, 1984²⁴ *apud* LOBO, 1992).

Considerando as contribuições da antropologia, Velho e Viveiros de Casto (1978), apontam que o avanço da cultura ocidental obrigou o contato com outros povos e, portanto,

²³ TELLES, Vera da Silva. **Conclusão do relatório preliminar de pesquisa sobre modo e condição de vida – uma análise da desigualdade na Região Metropolitana da Grande São Paulo**. São Paulo, CEDEC/DIEESE, 1987. (mimeo)

²⁴ LACASCADE, Jean-Louis. **Reémergences actuelles du thème des modes de vie. Réseau modes de vie**. Paris, CNRS, 1984, p. 147-204.

novas culturas. A partir de então, tornaram-se necessários novos instrumentos para explicar o outro, seu modo de vida, suas crenças, rituais, o jeito de produzir e de se organizar. Como afirma Lèvi-Strauss (1975), a humanização do homem se faz sempre através de um modo de vida particular — o homem não se realiza através de uma humanidade abstrata. O estudo dos modos de vida foi fundamental para compreender as diferenças entre as sociedades assim como na compreensão da heterogeneidade própria da sociedade complexa.

No estudo de Diegues (1999) sobre a contribuição da sócio-anthropologia aos estudos das comunidades de pescadores, o autor comparou o modo de vida dos pescadores e dos camponeses constatando que as práticas sociais e culturais entre os dois grupos eram bem distintas.

Essas práticas e modos de vida se constroem em relação a um meio tanto física quanto socialmente instável e imprevisível. O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis (DIEGUES, 1999, p. 371)

Diegues (1999) descreveu o modo de vida do pescador a partir da variedade e da complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados por esse grupo social. O autor identificou as atividades humanas associadas aos saberes técnicos particulares, como o conhecimento do mar, da fauna e da flora, das técnicas de fabricação de embarcações, de navegação, do mercado, etc.

O estudo dos modos de vida requer compreender as práticas, os hábitos, as técnicas e os valores próprios de cada grupo social. As características da alimentação, a relação com a terra, a forma de produzir e organizar o trabalho. O estudo dos modos de vida aponta para as preocupações voltadas aos aspectos microssociais, ou seja, aqueles que buscam explicações a partir da agência dos sujeitos (LOBO, 1992), ao mesmo tempo em pode ser utilizado para identificar heterogeneidades na sociedade complexa (VELHO e VIVEIROS DE CASTRO, 1978).

No estudo do espaço rural brasileiro, os pesquisadores do mundo rural dedicaram-se a compreender os modos de vida de algumas identidades específicas, como o caipira e o caboclo, sobre os quais existe uma vasta literatura.

Em sua clássica obra sobre os caipiras do interior de São Paulo, Antônio Candido (1969) destacou que a análise das transformações dos modos de vidas implica considerar que, no interior de cada grupo social, existem fatores suscetíveis à negação ou aceitação de práticas, hábitos, técnicas e valores próprios de outros agrupamentos. O grupo social, capaz de refletir sobre as influências externas, busca sempre a manutenção da unidade do grupo, que negocia entre a manutenção e a mudança dos seus modos de vida, buscando o equilíbrio entre o grupo social e o meio onde se encontra.

Quadro 2 - O modo de vida caipira

O caipira paulista, estudado por Antônio Candido, tem como traço marcante a mobilidade, própria da formação daquele tipo social que com o fenômeno das entradas e bandeiras para o interior do estado de São Paulo, entre os séculos XVI e XVII, constituiu o caipira por meio da miscigenação entre o português colonizador e a população nativa. “A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos de suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura” (CANDIDO, 2010, p. 45). O autor considera o caipira paulista o “homem rústico”, que por viver como seminômade e com pouca integração social era valente e rude. A economia do caipira era de subsistência e, para mantê-la, utilizava a técnica do roçado, que consistia na queimada da capoeira com o objetivo de limpar o terreno e disponibilizar uma adubação de qualidade aos plantios subsequentes. Para que esse sistema de produção funcionasse era necessária a constante migração para novas áreas, pois o roçado garantia a fertilidade durante três ou quatro anos, pois, após o solo estava degradado pela ação do fogo. O modo de produção de subsistência do caipira, através do sistema de roçado, ocorreu no período colonial, quando estava vigente o sistema de posse e sesmarias. “A agricultura itinerante era possibilitada não somente pela posse de terras novas e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmaria e posses; sobretudo estas, que abriram para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação” (CANDIDO, 2010, p. 56). Os principais alimentos cultivados pelos caipiras eram os de origem indígena, tais como feijão, abóbora e mandioca e, mais tarde, o arroz. O modo de preparar esses alimentos era inspirado na culinária portuguesa, que também influenciava com adição de condimentos, como sal e toucinho; as pimentas eram influência indígena. Couve, chicória e serralha eram verduras muito usadas pelos caipiras, ao passo que o leite, trigo e carnes de gado eram alimentos comuns à população com níveis econômicos mais elevados. A dieta caipira era complementada pela caça, pesca e coleta, fundamentais para a sobrevivência dos grupos.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Outro grupo social muito estudado foi o caboclo. Boneti (1998) descreveu o modo de vida dos caboclos no sudoeste do Paraná ao final do século XIX. Como não tinha a posse legal da terra, em geral era nômade e sua área, moradia e sistema de produção tinham caráter provisório. Caboclo, também foi a denominação atribuída no Rio Grande do Sul aos lavradores nacionais, que diferente do imigrante, não tinha uma lógica da acumulação como objetivo central da sua produção. Essa foi a razão pela qual boa parte dos caboclos não se capitalizou, estando sempre sujeito a migrações. Como afirma Gehlen, o caboclo tem uma racionalidade que não se assemelha ao “espírito capitalista” da disciplina do trabalho, que visa a acumulação de capital e a incorporação de tecnologias que possam aumentar a

produtividade, “o caboclo, que se orienta basicamente pela lógica da subsistência familiar, concebe a terra como fonte geradora da vida, inspirado na cosmologia indígena” (GEHLEN, 1998, p. 126).

Quadro 3 - O modo de vida caboclo

O sistema de produção e de organização do trabalho dos caboclos está baseado na lógica da subsistência familiar. A família cabocla tem sentido ampliado, incluindo o compadrio (GEHLEN, 1998). Os caboclos ocupavam, em geral, as terras devolutas, sendo posseiros e sempre sujeitos aos processos migratórios. Viviam da caça, da pesca, de coletas e de extrativismo (erva mate e madeira). Aos poucos desenvolveram um sistema que integrava pecuária comunitária, agricultura, extrativismo, que ficou conhecido como *faxinal*, combinado com a técnica do pousio. Em algumas regiões, expandem a atividade de criação de suínos (pelo sistema conhecido como de "roças de mato" ou de "clareira"), a atividade pecuária do leite e a ampliação do extrativismo da madeira e da erva mate, que em geral era vendida sem processamento aos "castelhanos"²⁵ no mercado local ou regional. Para Gehlen (1998), o caboclo interessava-se pela área de mata, desabitada e de difícil acesso, onde fazia o seu rancho, casa de pau a pique com um quarto (sem porta), uma sala (na qual guardava objetos do trabalho como arreo, ferramentas, sementes, funcionando como uma espécie de galpão e paiol) e uma cozinha, todos os cômodos com poucos móveis, em geral bancos feitos com madeira do local. Eram abertas clareias na mata, com a retirada da madeira seguida da queimada, onde se faziam as roças para a alimentação própria e comercialização do excedente. Não tinham muita criação. Em geral somente uma vaca e cavalo, às vezes criavam porco solto na mata. Estabeleciam relações de extrativismo e coleta, as relações mercantis do caboclo eram de troca por produtos da sua necessidade imediata.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A relação com a terra é um dos fatores marcantes na definição do modo de vida dos agricultores tradicionais. A terra é o elemento central por representar ao mesmo tempo um valor moral e o lugar das estratégias de produção e reprodução social. Como afirma Woortmann (1990), na ética camponesa a terra representa uma ordem moral, não sendo um espaço para a realização exclusiva do lucro, característico das sociedades modernas ocidentais.

Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990).

²⁵ O processo técnico de semi-industrialização, secagem e moagem da erva e a forma de uso (chimarrão), deve sua origem ao caboclo que se inspirou em hábitos indígenas. Os colonos, aprendizes, dotados de melhores recursos (capital, relação com o mercado) se apropriam destas técnicas e hábitos e fazem da erva mate um meio de "acumulação primitiva" conquistando aos poucos o controle quase exclusivo da produção, transformação e do mercado deste produto.

No modo de vida camponês, a terra adquire valor simbólico. Representa o lugar no qual estão presentes relações sociais de confiabilidade e segurança. A relação com a terra expressa enquanto valor moral aponta para o princípio da reciprocidade.

A reciprocidade, analisada por Sabourin (2011), é característica das comunidades camponesas, constituindo-se na dinâmica de reprodução de prestações, capaz de gerar vínculo social que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade.

A reciprocidade se expressa por meio de formas de solidariedade na produção ou na reprodução de alimentos, que constituem o nível do real; mas existe também no nível do simbólico, através da reza, do canto, do compartilhamento do verbo. A linguagem está na base da reciprocidade. Esse compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem (SABOURIN, 2007, p. 52).

De acordo com Sabourin (2007), Polanyi (1944, 1957) foi o primeiro autor que, dando seguimento a Mauss e Malinowski, identificou a reciprocidade como conceito econômico que se diferenciava da troca e da redistribuição. Polanyi propôs três modelos para a institucionalização do processo econômico: 1 – a reciprocidade (correlação entre grupos sociais simétricos); 2 – a redistribuição (apropriação por um centro e logo a redistribuição do centro para o exterior); 3 – a troca ou intercâmbio (movimentos de vaivém como em sistema mercantil) (SABOURIN, 2007).

Em estudos recentes da teoria da reciprocidade, Sabourin (2011) discute a conexão entre as relações de reciprocidade (partilha de produtos, ajuda, transferência de patrimônio), as estruturas onde elas são desenvolvidas (comunidades, grupos intrafamiliares, mercado de proximidade, comunidades) e os valores éticos associados nessas relações. O autor afirma que, os valores envolvidos nas relações de reciprocidade, não são dados culturalmente, mas construídos socialmente, na medida em que são criados e reproduzidos por determinadas formas de reciprocidade, em particular aquelas que criam estruturas em equilíbrio, resultado de relações simétricas, em oposição as relações desiguais.

Para Sabourin (2011), a reciprocidade também está associada ao sentido de justiça comunitária. Esta noção foi desenvolvida por Thompson (1998) que considerou a existência do sentido de justiça para o acesso a terra entre os camponeses ingleses do século XVIII. No estudo das revoltas camponesas, Thompson (1998) compreendeu que estes se mobilizavam não somente pelo direito ao “pão”, mas também para defender costumes e regras tradicionais comunitários, os quais ele definiu enquanto economia moral. Mais tarde esse conceito foi retomado por Scott no estudo dos camponeses asiáticos. Estes estudos afirmam a existência de uma lógica econômica mediada pelas relações de reciprocidade.

A noção de direito à subsistência releva uma ética de justiça quando defende a satisfação das necessidades elementares de todos, inclusive pela legitimação do recurso à desobediência civil (Gandhi), à rebelião, ou até à violência para “tomar dos ricos e redistribuir para os pobres”. É o sentido que dava Thompson para a economia moral. É nesse sentido que a lógica da generalização da reciprocidade, motivada pela preocupação pelo outro (como membro indivisível do eu totalitário do grupo), tende também a assegurar a redistribuição para satisfazer as necessidades elementares de todos, e neste sentido, a subsistência da coletividade (SABOURIN, 2011, p. 162).

Menezes e Malagodi (2010) analisam as estratégias adotadas de busca por autonomia, nos processos produtivos, pelos camponeses. Eles constatam que os sujeitos sociais são dotados de agencia e, portanto, capazes de construir processos de resistência e autonomia. Essa perspectiva questiona os discursos dominantes que afirmam haver uma total submissão e dominação dos camponeses às forças do desenvolvimento capitalista. Os autores apontam a existência de um “estoque de práticas e experiências disponíveis – que remetem a tradições ou a invenções locais, que se preservam ou se modificam através de conjunturas mais ou menos adversas” (MENEZES; MALAGODI, 2010, p.55). Os atores acessam a esse “estoque” construindo certa autonomia em relação aos mercados.

Os modos de vida são as maneiras como os sujeitos constroem a sua existência (suas práticas) e sua representação do mundo. A construção da existência ocorre por meio de disputas entre as determinações da sociedade e os desejos/vontades dos sujeitos -aspectos subjetivos vinculados à tradição, aos hábitos, os costumes e os sistemas de valores.

4 ESTRATÉGIAS SOCIOECONOMICAS E MODOS DE VIDA DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS

Este estudo buscou dialogar com a teoria weberiana, utilizando o conceito de racionalidade, por considerar que ele contribui para compreensão das motivações que orientam as condutas e as ações estratégicas dos agricultores. Será dada ênfase à finalidade e o destino da produção agropecuária, ao significado atribuído ao trabalho, às técnicas, conhecimentos e práticas vinculados à tecnologia e ao caráter formal e/ou informal da relação com o mercado, conforme apresentado na figura 1 sobre o referencia teórico-metodológico.

4.1 LÓGICAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS

Na racionalidade dos agricultores tradicionais o objetivo/a finalidade da produção agropecuária está associado/a, prioritariamente, ao autoconsumo, quando alimentos, criações, sementes e outros produtos adquirem valores de uso. De maneira secundária, a produção agropecuária pode estar voltada para o mercado; em geral, os produtos excedentes ou aqueles que não podem ser devidamente armazenados vão ao mercado, geralmente informal, com valores de troca.

A produção agropecuária, também, pode estar mediada pelo princípio da reciprocidade, quando os produtos são doados a parentes ou trocados com vizinhos por solidariedade, amizade e parentesco. Wanderley (1996) considera que a dupla preocupação com a produção para o autoconsumo e para sua integração ao mercado é uma característica do patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro.

Com relação ao autoconsumo, todos os agricultores tradicionais entrevistados declararam produzir para “o gasto”. Lavouras de milho, mandioca e feijão; criações de galinha e porcos; horta e árvores frutíferas no entorno da casa são características comuns em todas unidades familiares. A lógica da produção agrícola está baseada no cálculo entre o autoconsumo e a venda de parte da produção para o mercado, sendo esta restringida pelas limitações de acesso à terra e demais fatores de produção (água, semente, maquinário). Assim, a produção em pequena escala é uma opção consciente, racionalizada pelos agricultores tradicionais no intuito de não se endividarem ou ficarem com alimentos que não tenham escoamento para o mercado. Pelo relato da agricultora Clair pode-se identificar essa relação entre autoconsumo e mercado.

O meu feijão eu vendi tudo, eu “enlitrei”. Eu planto pra mim também um mercado, tem nos litros pro gasto. O carioquinha deu três a quatro sacos, deixei uns litros pra semente, pra plantar. Eu uso mais o preto, eu plantei do preto, e o carioquinha eu plantei pra vender, essa gente da cidade gosta mais do carioquinha. Eu gosto do carioquinha, mas só se for misturar no preto. E o carioquinha produz mais que o preto. O quilo do carioquinha era sete reais e o preto era cinco.

A produção para o autoconsumo não é garantia da segurança alimentar¹, pois na maioria dos casos a produção supre parte das necessidades alimentares e é central para os agricultores, como disse a agricultora Fabiana: “Aqui você tem um pé de mandioca, uma galinha e você sempre vai ter pra comer”. O agricultor Santo destaca a importância do acesso a alimentos sem a mediação com o mercado.

A gente prepara a terra na enxada, não precisa colocar nada porque a terra é forte, deu batata até de quilo! A mandioca eu planto há doze anos no mesmo lugar, eu troco de rama sempre, senão não dá. Esses “paus” aqui tudo fui eu que plantei, quando eu cheguei aqui não tinha nada. Tem abacate, pêssego, laranja. Eu planto por toda parte. Tem que dar um jeito, porque só comprar não vence (Santo).

Em suas falas, os agricultores indicam que a produção para o autoconsumo faz parte de um cálculo elaborado com o objetivo de “sempre ter para comer”, o que significa reduzir gastos com a compra de alimentos. Essa preocupação é parte do modo de vida e, ao mesmo tempo, um traço da racionalidade dos agricultores tradicionais.

De acordo com Gazolla (2004, p.283) “a produção para autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades”. Schneider e Gazolla (2007) afirmam que a produção para o autoconsumo pode gerar a autonomia do agricultor familiar na medida em que estes detém o controle da principal atividade mantenedora da reprodução do grupo doméstico, não dependendo de condições externas à unidade de produção familiar para se reproduzir. Conforme Grisa (2007) a produção para o autoconsumo, apesar de ter sofrido transformações ao longo do tempo, sobretudo em função dos processos de modernização agrícola, continua sendo uma atividade atual no modo de vida dos agricultores familiares e, portanto, não se trata de uma atividade residual. Tradição e racionalidade proporcionam as condições subjetivas necessárias para a

¹De acordo com a Lei 11.236, “a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (CONSEA, 2006, p. 4). Este estudo se ocupou com as observações relativas a finalidade da produção agropecuária, donde se constata que o autoconsumo é atividade central. Não foi objeto de este trabalho medir a garantia ou não da segurança alimentar através da produção própria, no entanto, observou-se que todas as famílias entrevistadas produzem para o autoconsumo.

produção do autoconsumo. A segurança alimentar das famílias entrevistadas, certamente, não está garantida, mas a produção para o autoconsumo é uma preocupação comum em todas as famílias visitadas.

A maioria das coisas que a gente come é crioula. Feijão, mandioca, ovo, banha, carne, batata. É o sal, a farinha e o açúcar que a gente compra, não gosto de estar comprando coisa do mercado (Elenice).

Nós plantamos feijão, milho, batata, mandioca e a horta. Sem verdura eu não gosto de ficar. Eu planto de tudo: repolho, alface, couve, cebola, gosto de plantar de tudo pra não precisar comprar, o comprado é difícil porque não é todos os dias que a gente tem, né? (Vera).

A produção destinada ao mercado, apesar de não ser uma atividade central, está presente entre os agricultores tradicionais, assumindo diferentes configurações entre a população pesquisada. A maioria estabelece relações comerciais informais, sem vínculos contratuais e, geralmente, mediadas pelos valores da confiança ou amizade. A produção é comumente vendida aos moradores da cidade ou vilarejos próximos que se interessam por produtos com o diferencial “da colônia” ou pela possibilidade de comprarem alimentos diretos do produtor, a preços menores. Em geral, os agricultores comercializam parte de sua produção que, mesmo sendo em pequena escala e com pouca previsibilidade, movimentam a economia da unidade de produção familiar. Ou seja, essa possibilidade real de renda por meio da comercialização, ainda que sem planejamentos precisos e sem referencial com o mercado formal, entra no cálculo dos agricultores ao elaborarem estratégias de geração de renda. Vale destacar que parte da economia local é abastecida com a produção destes agricultores, sem passar, necessariamente, pelos mercados formais.

Vou deixar um pouco desse milho para o gasto, o que ver que vai sobrar aí se negocia, empresta pra outro e, às vezes, não é sempre que da certo, aí se vende, vai buscando. Olha essa cebola aqui! É para o gasto, mas é a mesma coisa. (Isaías).

Há agricultores vinculados, formalmente, ao mercado, por meio da integração às cadeias produtivas da região onde vivem como é o caso da cadeia do fumo em Dom Feliciano, ou por meio da inserção em mercados institucionais, como PNAE e PAA. Dentre as famílias entrevistadas, duas produzem fumo, entregue aos atravessadores que o revendem às grandes empresas. Apesar de trabalharem há décadas nesta atividade, estas famílias não conseguiram realizar investimentos exigidos pelo fumeicultura. Com pouca terra, desprovidas de maquinaria, sem capital para o custeio de agrotóxicos, estas famílias realizam todo o processo produtivo de forma manual, o que torna o trabalho exaustivo, produção em baixa escala e sem

qualidade. Segundo a entrevistada, a permanência na lavoura do fumo decorre do fato de ser a única alternativa para eles obterem uma renda.

Foi na década de 70 que colocaram essa estufa [de fumo]. De lá pra cá nós nunca paramos mais com o fumo, porque o milho e o feijão não deram mais, se a gente fosse vender não dava nada e está até hoje. E tem que ser, o fumo é caro, mas tem que ser, mas agora o feijão e o milho não dá mais, antes ainda dava. Plantamos milho e feijão, mas para o gasto. Milho planta só para os bichos, para o gasto, pra vender não dá, pagam muito pouco. Ai planta o fumo pra vender, os adubos são bem caro, vai tudo nos adubo, empata (Odete).

Como afirma Lamarche (1993, p. 19), “os agricultores elaboram suas estratégias em função de dois mínimos: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro”. A agricultora tem conhecimento das dificuldades impostas pela produção e comercialização do fumo, no entanto, ela justifica sua escolha pela permanência na atividade com o argumento da impossibilidade de obter renda a partir de outros cultivos (milho e feijão). A atividade fumageira não privou a família de continuar produzindo e criando para o gasto; ao contrário, esta produção é essencial na manutenção da família, garantindo boa parte da alimentação, tendo em vista que a fumericultura emprega toda a mão de obra familiar, impossibilitando a venda da força de trabalho para obtenção de renda extra. Portanto, é provável que famílias de agricultores tradicionais, marginalmente integradas às cadeias de produção de *commodities*, estabeleçam relações com esse tipo de mercado porque ainda produzem parte considerável de seus alimentos para o gasto. Entre as famílias entrevistadas, três participam (ou participaram) em programas de compras institucionais, dentre eles o PAA e o PNAE, considerados pelos agricultores que estão inscritos como uma boa alternativa para complemento de renda a partir da produção agrícola.

Portanto, os agricultores tradicionais estabelecem uma relação constante com o mercado; é uma relação marginal e periférica nos casos da produção voltada ao mercado de *commodities* e na maioria das vezes o relacionamento acontece com o mercado informal. Como afirma Woortmann (1990, p. 15):

Produzir, então, para o mercado não significa, necessariamente, modernidade no plano do valor. Produzir para o mercado não significa tampouco estar integrado ao mercado (Tepicht, 1973) e muito menos estar integrado à sociedade nacional, no que se refere às tendências dominantes desta. Não significa nem mesmo pertencer à nação, como mostra Delbos (1982).

A produção agropecuária dos agricultores tradicionais, ainda, pode ter como destino as trocas, realizada entre vizinhos e as doações, geralmente, a parentes que vivem nas cidades.

Essas duas modalidades, apesar de não serem regidas pelo cálculo prévio à produção, estão presentes no modo de vida destes agricultores e, em certa medida, fazem parte do planejamento agrícola. Este é elaborado a partir da experiência adquirida, do saber-fazer do agricultor tradicional estabelecendo-se na prática, ausente de detalhamentos dos custos de produção e de algum retorno monetário. A produção para a troca ou doação, é aquela parte da produção que o agricultor sabe que é um *plus*, que se a produção for satisfatória ele poderá trocar e/ou doar. Particularmente as doações, é perceptível o cuidado do agricultor com os momentos de socialização com os parentes. O final de ano é um momento muito esperado, no qual os familiares citadinos geralmente se organizam para passear no interior, por isso os agricultores preparam-se para esse momento de confraternização.

A única coisa que vendemos é o fumo, as outras coisas não vendemos, às vezes vem algum parente daí a gente da uma cozinhada, o vizinho que não tem a gente reparte (Odete).

A produção é para o gasto, mas às vezes vende um pouco. Negocia com o vizinho. Da para os parentes e conhecidos também. Quando sobra coisas da horta se negocia, se troca, se vende (Isaías).

Através das entrevistas, identificou-se que a prática agropecuária é um conhecimento adquirido desde a infância, quando as crianças já trabalhavam com seus pais. A maioria não percebe-se profissional da agricultura; ele é parte do seu modo de vida. O contato com as tecnologias da modernização agrícola é pontual, descontínuo e periférico, principalmente pelo fato dos agricultores não terem acesso ao crédito agrícola, condição para acessar às novas tecnologias e conhecimentos agronômicos elaborados cientificamente. As técnicas desse grupo social estão relacionadas com as capacidades tradicionais², mecanismos suficientemente eficientes para sustentarem sua sobrevivência e seu modo de vida.

Eu trabalhei três anos e meio em Jaboticaba como empregado tirando leite, agora quero lidar com o que é da gente, saía de casa as seis horas da manhã, chovendo ou com sol, tinha que ir (Valdir).

A gente sempre plantou de tudo: mandiocal, feijão. E hoje a gente continua plantando, tenho mandioca, milho, crio porco, galinha... mas essa terra não é boa. A gente planta junto com o vizinho, lavra com trator e coloca veneno se precisar. O milho é para os bichos, para os porcos e galinha, para o gasto. Meu marido vai para

² O termo tradicional é aqui entendido não como referência a manutenção de um passado intocado, mas ao conhecimento que se formou pela transmissão de práticas entre gerações, caracterizado pelo acesso restrito aos fatores de produção e que se transformou ao longo do tempo a partir do contato periférico à tecnologia da ciência moderna.

as maçãs. Eu recebo o benefício do guri que nasceu de seis meses e o bolsa família me tiraram, e é só (Jacira).

Nesse modo de vida, o trabalho é a atividade que a reprodução da família, seja trabalhando na própria unidade familiar de produção ou vendendo temporariamente a força de trabalho.

A gente aqui tem de tudo, o que a gente consome quase tudo é da colônia. E vendemos particular, na feira, nos colégios. E vendemos para o CRAS, que serve almoço para algumas crianças todos os dias. Uma parte da terra a gente arrenda para o soja. E às vezes o meu marido sai para fazer algum serviço (Elenir).

A venda da força de trabalho surgiu em quase todas as famílias entrevistadas. Em alguns casos, ela é a principal fonte de entrada de ingressos, em outros ela é a complementação da renda agrícola ou de algum benefício social.

Meu marido e meu filho trabalham nas maçãs, o dinheiro vem todo de lá. Aqui a gente produz só mandioca e tem uma hortinha. A gente não planta muito porque eles vão para a colheita da maçã três vezes ao ano, daí na época de plantar eles estão para as maçãs. Eu colho feijão de suci e é daí que a gente tira para comer. Nós criamos porco e galinha também. Eu trabalhava ali no colégio, mas agora só quando eles me ligam. E tem a aposentadoria que o meu marido recebe também (Neusa).

Trabalhei no pendão³ no natal passado e ganhei um dinheiro bom. Mas não fomos mais porque denunciaram os donos, botaram na justiça e não chamaram mais a gente do Bugre, estragaram para nós, estamos sem serviço agora. Era um serviço bom, pega às oito larga às quatro, trabalho por mês, a gente levava a marmita (Santo).

O estudo de Gehlen (2002, p.6) sobre a racionalidade moderna reitera que “o *trabalho* é assumido como centralidade ética, reificando a noção cristã de que além de necessário, é a única via para *redimir e libertar*. É condição de *inclusão* na *cidadania* e por extensão na civilização. O referencial de valorização do trabalho é a produtividade”. O comportamento dos agricultores familiares tradicionais indica que o trabalho é um meio para garantir a manutenção da vida, não ocupando lugar central da ética desses agricultores, o que os distancia da racionalidade dos agricultores modernos descrita acima.

Aqui na roça o que não fizer hoje a gente faz amanhã, aqui na roça a gente não é mandado, só somos mandado por um, aquele lá de cima. Se não der pra ir trabalhar hoje, eu vou amanhã (Otaviano).

³ O trabalho no pendão refere-se a atividade agrícola oferecida por empresas que produzem semente de milho e no período do florescimento contratam mão de obra local para a retirada do pendão, evitando assim o cruzamento entre cultivares indesejáveis.

Assim como não se vive para trabalhar, o que se produz não é necessariamente mercadoria. O resultado de sua produção é antes um produto, que pode assumir valor afetivo quando o agricultor estabelece relações de troca ou doação com vizinhos, amigos e parentes. O produto se transforma em mercadoria quando ele vai ao mercado. Em geral, os agricultores tradicionais não organizam sistemas produtivos onde se diferenciam os produtos das trocas simbólicas daqueles que são mercadoria.

A maioria dos agricultores relatou que nunca acessou ao crédito, no entanto, alguns agricultores têm expectativa no crédito, o qual é visto como uma possibilidade de ampliação das iniciativas produtivas. É o caso da agricultura Elenir que, no passado, acessou a uma modalidade de crédito e obteve sucesso, possibilitando que, atualmente, ela produza hortaliças para serem comercializadas na feira e no Programa Aquisição de Alimentos (PAA).

Faz anos que pegamos, era o “Pronafão”⁴, de grupo, pagava por ano. Com uma parte compramos terra. Temos vontade de acessar algum recurso pra fazer uma estufa, para o inverno forte e para o verão. Aqui falta muita água. Vamos tentar fazer uns poços, aqui tem uma vertente. Agora com área regularizada e escritura fica mais fácil para poder acessar o crédito, estamos tentando juntar, porque são várias partilhas, queremos unificar (Elenir).

A referida agricultora comprou pequenas parcelas de terra de seus vizinhos e, atualmente, está concluindo o processo de regularização da propriedade, o que lhe proporcionará condições para ter acesso ao crédito. A posse irregular da propriedade da terra é o principal motivo que impede os agricultores familiares tradicionais acederem ao crédito. Além desse fato, a maioria dos agricultores prefere não ter acesso ao financiamento, pois, a instituição bancária não é vista como instrumento capaz de contribuir com a produção; ao contrário, os mecanismos de cobrança de juros adotados por ela são vistos como armadilhas capazes de complicar a vida.

Nunca fizemos nenhum financiamento. Eu não gosto de lidar. Às vezes pega ali na hora é bom, mas depois gasta e fica a conta pra pagar, daí então a gente vai comprando as coisas conforme a gente pode, compra um objeto que precisa muito e paga (Neusa).

Nunca pegamos, precisava contrato de arrendamento e o nosso estava vencendo. Os bancos têm juros muito altos. Na verdade tá bom assim mesmo sem se enfiar em banco. Banco é muito bom pra sentar. Vai lá e busca um dinheiro bonito, mas se tu se extraviar, já está... Chega o prazo de pagar eles não perguntam se tu tem ou não tem. Tem que pagar (Valdir).

⁴ Pronafão refere-se a uma modalidade de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na qual era aceitável o aval solidário, quando várias famílias formavam um grupo assumindo a responsabilidade coletiva pelo crédito.

Tal opinião, provavelmente, resultou das experiências de outros agricultores, que se endividaram, e não conseguiram “limpar” o nome. Ter o nome “limpo” é um motivo de grande orgulho para os agricultores familiares tradicionais, pois, significa estar em paz e poder andar de cabeça erguida. Alguns agricultores, apesar de terem a opção de acessar ao crédito, não o solicitam em razão do processo ter muitas dificuldades, marcado por complicações e com resultados, muitas vezes, sem sucesso, como é o caso do agricultor Isaías de Dom Feliciano.

Eu peguei Pronaf custeio e fiz um investimento, mas o banco e o cara da madeireira me roeram as cordas, eu ia fazer um galpão. O banco repassou o dinheiro pros caras e o cara deu um de quebrado e sumiu. Agora está na justiça. Antes trabalhava com custeio também, mas agora trancou tudo. Botei na justiça, tem que esperar pra ver o que vai acontecer. O último custeio também eles me sacanearam, paguei antecipado e o dinheiro também não apareceu. O último foi os dois juntos, aí eles me tiraram. Eu trouxe um pouquinho, mas como o banco me cobrou ainda 380,00 na época, vinha um cara aqui pra ver se estava tudo ok para poder liberar o restante, mas o cara não veio e de repente passaram todo o dinheiro pro cara da madeireira (Isaías).

Por meio dos pressupostos teórico-metodológicos até aqui apresentados buscou-se compreender nesta seção algumas dimensões associadas às racionalidades dos agricultores tradicionais⁵, vale destacar que os sujeitos sociais são entendidos enquanto sujeitos históricos. Comungando com o pensamento de Woortmann (1990, p.16), em suas elaborações sobre a campesinidade no Brasil, objetivou-se compreender a racionalidade dos agricultores tradicionais considerando que estamos lidando “com seres históricos o que não deve dar margem a reificações”.

4.2 MODOS DE VIDA DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS

Apesar de ser essencial nesse modo de vida, a terra foi, historicamente, negada a esses agricultores⁶. As trajetórias de vida dos sujeitos são marcadas pelas migrações, pelas idas e vindas em busca de meios para sobrevivência. Tal é o caso da agricultora Clair, que desde

⁵ Vale considerar que não se trata aqui de compreender a racionalidade de determinado grupo social, tal empreendimento seria uma atitude pretenciosa e arrogante, na qual se estabelece uma relação de poder entre pesquisador e pesquisados. Como afirma Weber a racionalidade envolve elementos da subjetividade que estariam inalcançáveis por essa pesquisa. O exercício consiste na análise das ações que permitem identificar alguns elementos específicos dos agricultores tradicionais.

⁶ Esse debate foi apresentado no primeiro capítulo da dissertação a partir da crítica da literatura dos estudos rurais sobre a temática.

criança acompanhou os pais no trabalho como agregados nas lavouras de fumo, município de Dom Feliciano.

Meus pais não tinham muito bem paradeiro, quando via já estavam aqui, já estavam lá de mudança. Trabalhavam pros outros, nunca chegaram a comprar nada pra eles. A gente arrendava terra e plantava pra gente e dava arrendamento para o dono da terra, dava em fumo (Clair).

História semelhante é a da agricultora Vitória, 63 anos. Desde a infância trabalhou com a mãe e a avó na lavoura de fumo, em terra de terceiros, mas apesar de haver trabalhado a vida inteira, até hoje não conseguiu ter a propriedade jurídica de um pedaço de terra.

Nós morávamos de agregado nas terras dos outros, nós plantávamos fumo; desde o tempo do fumo amarelinho eu trabalhava, eu lavrava, eu capinava, lavrava com boi, tocava carreta, eu fazia tudo. Sempre nós plantamos, a mãe plantava feijão, a vó plantava feijão miúdo. Com cinco anos eu trabalhava na roça. Minha mãe nunca teve uma terrinha, nunca teve nada, nada. Eu rolei por muita casa, passei muito tempo trabalhando para os outros, às vezes mal tratada, escoraçada, que era meu programa trabalhar pros outros e nunca arrumei nada, sempre trabalhando. Sempre, sempre eu plantava, plantei fumo durante 20 anos (Vitória).

Apesar de seu esforço não conseguiu ter sua própria terra. Mudou-se, então, para a cidade onde trabalhou como doméstica. Há alguns anos retornou ao interior do município de Dom Feliciano, onde se instalou num pequeno terreno que comprou, mas ainda não tem a escritura. Apesar de ainda não ter o direito de propriedade legalmente reconhecido pelo Estado, a terra e o rural representam a referencia do espaço do lar, da morada, do trabalho e da tranquilidade que ele buscava. Esse modo de vida se constitui a partir da relação precária e instável de acesso à terra, que pode ocorrer por meio da herança, da posse, do arrendamento ou da propriedade minifundária. A agricultora Vera, após anos de migrações, conseguiu comprar cinco hectares no município de Dom Feliciano:

Nós morávamos lá na chácara do meu cunhado, depois moramos um ano na cavadeira, depois ficamos naquela casa na virada da estrada, ali na entrada da encosta, também ficamos mais um ano. E depois nos mudamos pra cá, pra terra da minha sogra, só aqui nós ficamos 13 anos. E agora estamos mudando pra cima do que é da gente, lá vai ser mais [terra] do que aqui. Aqui são só duas hectares e meia, pra onde nós vamos são cinco.

A agricultora Elenice herdou um pequeno terreno de sua mãe, mas não possui o título de propriedade. Em outras situações, como na família da agricultora Elenir, os camponeses deixaram o campo por falta de terra.

Essa terra nós herdamos da minha mãe e é só esse pedaço, mas não foi legalizado nada ainda. Foi iniciado o processo com o Pedro, mas ainda não temos o papel. Meus pais tinham lavoura de tudo, trabalhavam de peão, plantavam tudo de suci [sociedade] e eles levavam a gente. Pegava os canteiros pra plantar feijão, milho essas coisas mais para o consumo da casa (Elenice).

Antigamente a gente tinha lavoura de soja, arroz, amendoim, batata, mandioca. Os mais velhos [irmãos] foram saindo, porque a terra era pouca (Elenir).

Apesar da histórica exclusão do acesso à terra e às condições de moradia e emprego no campo, fatores que compõem o quadro da desigualdade social no Brasil rural, os agricultores não se “rendem” facilmente à tais restrições da sociedade moderna. Eles elaboram estratégias cotidianas de resistência, que caracterizam o comportamento denominado por Yamamoto (1998, p. 28) como “rebeldia”. “Sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”. A agricultora Fabiana revela essa “rebeldia” ao *status quo*; sua família não se rendeu aos obstáculos que o sistema colocou para viverem como assalariados na cidade, e retornou ao campo.

Moramos quatro anos em Nova Hartz, lá não é ruim, mas tem que está trabalhando. Lá até para ir trabalhar você tem que pagar alguém pra olhar as crianças. E você não fica tranquilo, porque não sabe o que está acontecendo. Daí a gente não quis mais, a gente quis voltar. Eles até queriam que a gente ficasse, porque nós trabalhávamos direitinho, eles não queriam nos largar... Não penso em voltar pra lá, essa é uma coisa que não está no sonho. Já tem sete anos que viemos de lá, depois disso não voltei nem pra passear (Fabiana).

O modo de vida, dessa forma, vai construindo-se pela tensão entre a produção da exclusão e a produção da rebeldia, em meio às restrições que lhes são impostas. Mecanismos para assegurar determinado grau de liberdade são adotados o que assegura a autonomia almejada pelo agricultor tradicional. O agricultor Santo, de 59 anos, preferiu permanecer na sua casa simples, de quatro cômodos, com problemas de infiltração, a ir morar “de favor” na casa de um fazendeiro. Como ele tem apenas quatro hectares, precisa plantar nas terras de outros proprietários, com os quais negocia um tipo específico de arrendamento, pago em serviço ou produção.

Eu planto no terreno de um homem que me emprestou, ele é lá de Palmeira. Ele quis me da a casa que tem lá pra morar também, uma casa grande de material, mas eu não quis. Daí ele ia achar que pode me mandar, eu não gosto. Sair do que é meu pra morar no que é dos outros eu não saio, cuidar coisas do outros não adianta (Santo).

Apesar das dificuldades ele não saiu de sua pequena propriedade para ir viver e cuidar da casa e da propriedade dos “outros”. A mudança para uma casa melhor poderia significar a

perda da sua liberdade, demonstrando que liberdade e autonomia são centrais nesse modo de vida. O contexto descrito pelo interlocutor tem relação com o que Woortmann (1990, p.44) identificou em seu estudo sobre o campesinato, no qual considerou que “a condição de *liberto* é realizada plenamente pelo *sitiente* ou pelo *agricultor*; na medida em que este, enquanto par, tem o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo”. Os agricultores tradicionais travam uma luta cotidiana para alcançar essa condição.

A agricultora Jacira, 39 anos, ocupou um prédio público, desativado, para ter acesso à terra. Decorridos muitos anos aguardando o cumprimento da promessa de uma casa da prefeitura, a agricultora decidiu ocupar uma escola rural abandonada, onde instalou-se com os seus cinco filhos e o neto.

Eu sempre morei no interior, nasci e me criei no interior. Não sei quantos anos faz que nós moramos aqui. Nós não tínhamos onde morar, aí nós nos mudamos pra cá. Eu mesmo que entrei e ocupei essa casa, ela estava de “varde”, né? Eu disse pra ele [funcionário da prefeitura] “Me dê a casa que vocês prometeram que eu devolvo o colégio”. Mas agora eu não saio mais. Ele me falou que eu podia ficar aqui, mas não me deram nada de escritura, estou sem nada. A luz não está no meu nome, mas pelo menos água eu tenho (Jacira).

A trajetória de vida dos agricultores entrevistados comprova a instabilidade/insegurança na relação de propriedade da terra; a maioria já experimentou a vida na cidade, mas retornou para a o mundo rural. Esse movimento significa a atribuição de valor à terra enquanto lugar de autonomia, ainda que relativa, em relação ao regime capitalista. Na concepção dos agricultores tradicionais, a terra simboliza mais que um meio de produção; ela é a referência de lar, de espaço ideal para se viver. Esses agricultores carregam em sua constituição histórica o caráter nômade, através do qual foram sendo cada vez mais empurrados para regiões de difícil acesso e/ou marginais. Quando questionados sobre o gosto pelo lugar onde vivem, a maioria dos interlocutores demonstrou preferência pelo espaço rural ao urbano.

Eu gosto daqui, é melhor ficar aqui na roça do que ir pra cidade. Eu já morei na cidade, já faz tempo, no meu primeiro casamento eu morei em Guaíba, na cidade. Eu acho melhor aqui do que lá, nunca gostei. A gente fica velha e se não puder trabalhar mais? Na cidade só serve enquanto você tiver força pra poder trabalhar (Clair).

Adoro estar na roça, nunca pensei em voltar pra cidade. Aqui é melhor. A renda te sobra mais, pra poder comprar roupa, você cria mais coisa. Lá não dá para criar, aqui pode criar o que quiser: galinha, porco, criação (Elenice).

Eu gosto da tranquilidade daqui, tem as plantas. Na cidade tem gente gritando pra todo lado. Não tem coisa melhor que a colônia, uma tranquilidade muito boa (Elenir).

Eu estou aqui porque eu gosto. Aprendi a trabalhar de pedreiro e de carpinteiro, trabalhei uns dois anos; não quis mais, larguei. Vou é trabalhar na roça que é o que eu gosto. Eu sempre gostei de trabalhar nas costas de morro, plantar, criar, ter um viveiro de galinha (Otaviano).

A relação do agricultor tradicional com a terra simboliza a produção e reprodução da vida, aspectos que estão associados com a produção para o autoconsumo. O autoconsumo é parte da racionalidade e, ao mesmo tempo, parte constituinte do modo de vida do agricultor tradicional. No relato abaixo o interlocutor descreve a forma como organiza sua produção.

A produção é pro gasto, mas as vezes vende um pouco. Negocia com o vizinho. Da para os parentes e conhecidos também. Quando sobra coisas da horta se negocia, se troca, se vende. Vou deixar um pouco desse milho para o gasto, o que ver que vai sobrar ai se negocia, empresta pra outro e, às vezes, não é sempre que da certo, aí se vai buscando. Olha essa cebola aqui! É para o gasto, mas é a mesma coisa. Quando não tem outra verdura e o outro lado tem, leva uma cebola e traz um repolho, faz o troca-troca. A minha rotina às vezes se alonga, eu trabalho pra fora também. Com obra, com fumo, o que aparecer. Eu não tenho preferencia, o que vier, pra mim (risos). Graças a Deus conheço um pouquinho de muitas coisas, por isso não tenho dificuldade de fazer o manejo (Isaías).

O modo de vida dos agricultores tradicionais se expressa pelo hábito cultural de plantar e criar para o “gasto”, o que pode significar, também, o cálculo racional para obter alimentos de melhor qualidade, com menor dependência do mercado.

A gente planta feijão, milho, mandioca, essas coisas. Temos vaca, galinha. Algum pé de arroz pra variar, mas é só uma hortinha⁷. Dá pro gasto, pra dois meses. É arroz do seco, uma semente que eu peguei com o pessoal da PJR⁸, agora está expandindo mais. O feijão da para o ano todo e o milho também, geralmente é pra criação, galinha e vaca. A gente faz polenta com o milho verde, rala e faz. Faz farinha de milho também, rala as espigas. E para não estragar a mandioca a gente faz farinha também, bota secar no sol (Isaías).

Aqui a gente produz aipim, batata doce, feijão, milho. O feijão que a gente planta dá para o ano todo, às vezes é do preto e às vezes é do carioca. Planto alface, um repolhinho pra comer né?, Não vou dizer que planta quantias e quantias, mas a gente planta couve, cebola (Rosa).

A terra representa também o meio para se garantir a geração de renda, para os agricultores que comercializam sua produção agrícola. No relato da agricultora abaixo, percebe-se que apesar de não permitir renda satisfatória, o fumo é a atividade que garante à

⁷ O agricultor está se referindo à horta de arroz, o que significa que ele plantou uma pequena área desse grão.

⁸ Pastoral da Juventude Rural (PJR).

família “comprar alguma comida e empatar”, ou seja, complementar a alimentação daquilo que não é produzido por eles e não adquirir dívidas.

Desde criança eu ajudava na lavoura de milho e feijão, e depois bem mais tarde ai colocaram as estufas e começamos com o fumo. De lá pra cá nós nunca paramos mais com o fumo, porque o milho e o feijão não deram mais se a gente fosse vender não dava nada. E tem que ser, ele é caro mas tem que ser, mas agora o feijão e o milho não da mais, antes ainda dava. Plantamos milho e feijão pro gasto. Milho planta só para os bichos, pro gasto, pra vender não dá, pagam muito pouco. A gente planta mandioca, batata doce. Temos horta, cebolinha, couve, feijão miúdo, a gente come verde, bota cozinhar com o outro feijão preto. O fumo é pra vender, os adubos são bem caro, vai tudo nos adubo. A gente compra alguma comida, empata (Odete).

É característico desse modo de vida o uso dos conhecimentos tradicionais, seja na agricultura, no tratamento de alguma doença ou na culinária, são transmitidos pelas gerações e que conformaram um saber-fazer próprio.

A gente prepara a terra na enxada, não precisa colocar nada porque a terra é forte, deu batata até de quilo! A semente do milho um pouco eu guardo e um pouco eu pego na Emater. A mandioca eu planto há doze anos no mesmo lugar, eu troco de rama sempre, senão não dá. Eu dei muito abacate, vieram buscar de carro, dei sacada de abacate. Esses “paus” aqui tudo fui eu que plantei, quando eu cheguei aqui não tinha nada. Aqui é alho macho, na carne, deixa de molho e assa, fica bem bom. Se comer alho não da nem gripe, ele é forte (Santo).

A gente faz [farinha] pra não perder a mandioca, faço pouca, mais pro gasto interno, a gente seca no sol, porque não tem forno. A aguinha que senta o polvilho eu faço bolinho doce de polvilho (Clair).

As técnicas dos agricultores tradicionais compreendem, na maioria das vezes, ao plantio consorciado e de policulturas, ao uso da força de trabalho braçal e/ou animal, ao uso de sementes próprias (crioulas) e à baixa utilização de adubos sintéticos e/ou venenos. Existindo algumas variações entre as regiões e entre os próprios agricultores. Por meio de alguns recortes das entrevistas é possível identificar essas características.

Planto milho, feijão, aipim, abóbora, batata doce, e os temperos cebola, alho, verdurinhas. Eu faço tudo no braço, eu roço no braço, tudo braçal o meu serviço. Roçar, ciscar, queimar não pode, então a gente deixa ali e planta. Ai às vezes bota um veneno, pra matar o mato pra poder plantar. Quando dá que já apodreceu aquele cisco ai eu pago um trator da prefeitura, ai a prefeitura vem e passa aqueles ganchos e mistura aqueles ciscos e assim eu vou levando a vida (Otaviano).

A gente faz tudo na enxada. A terra às vezes num tá muito boa, tá meio fraca já, mas num temos botado nada. A semente a gente guarda do feijão, e do milho a gente compra a semente todo ano, mas não botamos nada, nunca deu nenhuma peste (Rosa).

O milho a gente usa pro gasto, para as galinhas. O feijão a gente tira uma parte pra gente e o resto vende para os moradores daqui perto mesmo, a gente planta sempre do preto. A rama da mandioca que a gente usa é uma rama que era da mãe do meu marido, muito antiga. A muda de batata a gente pega de um vizinho ali em baixo. A última semente do milho e do feijão que nós usamos foi a Emater que deu a semente. No feijão a gente tem que colocar um veneno depois que colhe, senão dá uma praga (Andreia).

O conhecimento tradicional e as técnicas tradicionais não são meras replicações de práticas ultrapassadas ou próprias das gerações passadas; as técnicas utilizadas na atualidade são ressignificadas a partir de transformações nos hábitos e nas relações sociais que os agricultores foram estabelecendo com a sociedade atual. O saber-fazer tradicional, hoje, é uma prática do presente, sendo o resultado da interação entre os saberes do passado e algumas tecnologias modernas, acessadas marginalmente por esses agricultores. Um dos interlocutores relata seu sistema de produção em que fica clara essa interação.

A semente do arroz eu deixo, do milho, o amarelão, eu guardo; ele estava quase findando, a gente arruma um pouco pra não perder. Às vezes eu pego no troca-troca. O antigo é melhor toda vida. O outro no primeiro ano até produz, mas depois... já fazem a genética dele pra todo ano ter que buscar deles mesmos. [...] Às vezes a gente aluga [o trator] da associação. A gente paga a hora máquina, ou pega dos vizinhos particular. Pra capinar eu faço manual, com capinadeira, puxa com cavalo (Isaias).

Quando os agricultores avaliam que determinada tecnologia pode diminuir a penosidade do trabalho, decidem utilizá-la, desde que tenham as condições financeiras para acessá-la. Como o objetivo da produção não é o lucro, não existe preocupação com a falência, assim usar uma tecnologia de ponta visando produtividade não é uma obrigação, como nos conta Odete: “Quando sobra um dinheiro a gente paga o trator pra lavrar a terra, mas quando não tem a gente lava a cavalo”.

Aqui nós plantamos milho, feijão, mandioca e batata. É passado o arado com boi e a gente limpa com os guris, mas eu doente já fica mais difícil. E a gente passa ureia, e antes de passar o arado é passado o veneno aí deixa secar e passa o arado. A ureia a gente coloca no milho e no feijão, depois que colhe o milho coloca o feijão. A batata a gente planta junto com a mandioca em setembro, só que tem que esperar chover pra muda poder pegar. Pra mandioca a gente só lava, não coloca o veneno, a gente capina três ou quatro vezes. A colheita a gente faz tudo na mão (Andreia).

Esse saber-fazer, que advém dos conhecimentos recebidos de seus antepassados e que foram ressignificados pelos agricultores, tem importância no modo de vida dos agricultores tradicionais, pois tem eficiência comprovada. É por meio dele que os agricultores enfrentam os constrangimentos, garantindo o mínimo necessário para sua reprodução social. Os estudos

de Woortmann (1990, p.17) sobre a campesinidade também apontam nessa direção. “O apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento”. Apesar da incorporação de técnicas industriais, como os agrotóxicos, os agricultores continuam utilizando os conhecimentos ancestrais e/ou cosmológicos.

Eu tenho bastante amizade com tudo ai. Muitos vêm me perguntar “Qual é o dia de plantar milho? Como é que está a lua pra plantar? Já dá pra preparar a terra, como é que esta?”. Aí eles perguntam por causa que eu sempre trabalhei na roça, qualquer coisa um fala para o outro. Quer saber tal coisa bem certinho, vai lá e pergunta para o Otaviano que ele sabe, ele ai é o nosso professor, é assim que eles dizem. Eu falo: “eu não sou professor”, eu tenho o meu jeito que é o que o meu pai me ensinou então a gente aprendeu com os tempos antigos, eu e meu irmão que também trabalha na roça, então a gente sempre já sabe tudo que é da lavoura. A gente sempre olha a lua. O feijão se nós plantar ele na crescente, ele dá o pé e cresce, mas quando ele começa a madurar ele arrebenta tudo, dá que nem uma canela de galinha, aí ele sai um monte de galho para os lados e ele bicha ali na juntinha da galinha e quebra, se plantar na crescente. Se plantar na minguate ele fica firmezinho (Otaviano).

O agricultor manifesta orgulho por seus conhecimentos e revela sua capacidade para as atividades da “lavoura” perante seus vizinhos, que talvez não dominem algumas de suas técnicas.

A relação com o alimento segue à lógica da reciprocidade; o que se produz é destinado ao autoconsumo, à doação aos parentes, ao negócio com o vizinho. Como afirma Woortmann (1990), o que temos em jogo é o valor de uso como valor social e o espírito da reciprocidade. O agricultor Isaiás expressa alguns elementos dessa lógica, a partir da qual se constroem julgamentos mediados pelos valores e crenças do local.

A produção é pro gasto, mas às vezes vende um pouco. Negocia com o vizinho. Da para os parentes e conhecidos também. Quando sobra coisas da horta se negocia, se troca, se vende. Vou deixar um pouco desse milho para o gasto, o que ver que vai sobrar ai se negocia, empresta pra outro e, às vezes, não é sempre que da certo, aí se vai buscando. Olha essa cebola aqui! É para o gasto, mas é a mesma coisa. Quando não tem outra verdura e o outro lado tem, leva uma cebola e traz um repolho, faz o troca-troca (Isaiás).

Nosso serviço toda vida foi esse de plantar. Arava de boi, plantava de tudo: feijão, soja, milho. Tudo quanto é coisa, batata. Planto até agora de tudo, milho, feijão; batata planto na terra do vizinho. Planto pra comer, porque é pouco, quase não vendo. Batata eu vendo um pouco. Milho também eu vendo um pouco para os vizinhos, deixo para os porcos, galinha (Fabiana).

Para Woortmann (1990, p. 58) “o espírito da reciprocidade não implica, necessariamente, em coisas trocadas. Ele se afirma, também, enquanto um princípio moral,

pela negação do espírito do lucro”. O autor concebe a troca como um tipo de linguagem capaz de expressar a comida enquanto valor social, grande demais para ser considerada mercadoria. Os relatos dos agricultores sugerem a existência dessa linguagem, seja na relação de troca ou na doação dos alimentos, revelando que não está presente o cálculo monetário, mas a existência de uma ética, que estabelece valores sociais baseados na satisfação ou a retribuição ao outro pelos laços de amizade ou parentesco⁹.

Às vezes eu vendo para um vizinho, quando sobra um pouquinho de milho. Eles pedem “Me arruma um meio saco de milho pra eu dar pras galinhas, ou uma caixa de aipim”. Aí eu arrumo, só pra os vizinhos. Um colono vende pro outro; o que um não tem serve para o outro, a gente sempre faz assim. Um vai sempre ajudando o outro (Otaviano).

Os meus parentes que vem de Parobé sempre levam, feijão, mandioca, ovo, porque eles moram na cidade e dizem que as coisas daqui são melhor, então eles sempre voltam carregados. Comemos galinha que a gente cria, mas antes de matar tem que deixar uns dez dias presa, pra limpar, daí come só quirera (Andreia).

Em resumo: a terra tem valor como local de moradia, de produção e reprodução da vida. Malgrado os conflitos e o histórico processo de exclusão ao acesso da propriedade legal da terra, é nela que os agricultores tradicionais constroem sua autonomia e sua cultura. O conhecimento tradicional um componente deste modo de vida, é um saber-fazer que foi sendo ressignificado ao longo do tempo e existe hoje como uma prática do presente, que resulta da interação entre os saberes adquiridos pela experiência dos antepassados e algumas tecnologias industriais, que são acessadas marginalmente por esses agricultores. A reciprocidade manifesta-se pelas diversas relações de troca, venda e doação (de alimentos, de favores, etc) que se estabelecem com os vizinhos da mesma comunidade e/ou parentes e amigos da cidade. Autonomia e liberdade são princípios que acompanham esse modo de vida e guias para o grupo social. Muitas vezes, expressam uma rebeldia silenciosa, como forma de manutenção do seu modo de vida.

⁹ Durante a visita na horta da agricultora Odete, em Dom Feliciano, elogiei suas couves que estavam muito bonitas. Então ela me ofereceu para levar algumas, eu aceitei e ela me preparou uma sacola cheia de couve. Tentando ser educada, perguntei “Quanto eu lhe devo?” E ela me respondeu em tom de espanto: “Que isso vizinha! Cobra couve pra um vizinho!”.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS AGRICULTORES TRADICIONAIS

Neste capítulo é apresentada a política pública objeto dessa pesquisa, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) – Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (denominado também por Projeto Fomento). Procurou-se identificar as elaborações/adaptações/ressignificações produzidas na interface dos atores sociais (técnicos do estado e beneficiários) com a política pública e o processo de apropriação da política pública pelos agricultores tradicionais.

5.1 POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Apresentar a história das políticas sociais voltadas à população em situação de pobreza visa compreender, em linhas gerais, como o Estado se relacionou com essa população por meio política pública e quais foram os resultados produzidos. Essa descrição, ainda que breve, contribui para o entendimento da política pública de combate a pobreza extrema, o Plano Brasil Sem Miséria, que nesta dissertação é o objeto de análise.

O conceito de pobreza é analisado por Yazbek (2012) como uma das manifestações da questão social. Esta é entendida como o resultado da apropriação desigual das riquezas, fruto da divisão em classes da sociedade capitalista. Para a autora, a pobreza é consequência das “relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria” (YAZBEK, 2012, p. 289).

Para Martins (1991), pobreza é uma categoria multimendional, em que o acesso limitado aos bens econômicos é apenas uma das variáveis; a carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidade e de esperanças, também são constituintes da pobreza.

Amartya Sen considera a pobreza enquanto privação de liberdade e capacidades básicas, em que o acesso a bens e serviços (saúde, educação, moradia, normas sociais) é negado, o que torna-a mais complexa que sua definição somente pelo critério da renda. Desenvolvimento para o autor significa crescimento econômico, mas também a eliminação das privações de liberdade e na criação de oportunidades (SEN, 2000, p.10).

Silva *et al* (2004) vinculam a origem das políticas sociais ao nascimento da sociedade moderna. É então, quando a questão social surge como um problema, produzida pelas contradições do sistema capitalista. As crises cíclicas, que geram o desemprego, são resultantes das desigualdades sociais geradas pela sociedade capitalista. Por outro lado, as

políticas sociais surgem das lutas dos trabalhadores pela conquista de direitos sociais, políticos e econômicos.

Na década de 30 teve início no Brasil a criação do sistema de proteção social, quando a industrialização brasileira dava seus primeiros passos. Nesse período, teve início o reordenamento das funções do Estado, que passou a regular a educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento, transporte coletivo. O Estado passou a ser responsável pelo desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, responsável pela promoção do bem-estar social. A cidadania vinculava-se ao mercado de trabalho, altamente controlado pelo Estado; ser cidadão era ter carteira de trabalho assinada e ser filiado ao sindicato. Em 1940 foi criado o salário mínimo como uma política social, que obrigava ao pagamento de um salário com valor suficiente para atender às demandas de produção e reprodução social dos trabalhadores (SILVA *et al*, 2004).

Durante a ditadura militar aumentou a repressão aos sindicatos de trabalhadores e demais organizações sociais, as políticas sociais perderam importância, enquanto direito de todos e dever do estado, transformando-se em ações de natureza filantrópica e focalizadas nos setores sociais em situação de extrema pobreza. O crescimento econômico, que o país alcançou durante as décadas de 1960 e 1970, não resultou na melhoria da distribuição da riqueza produzida, aprofundando-se, ao contrário, as desigualdades sociais. A solução para compensar a concentração da riqueza, além de minimizar os efeitos da repressão e da pobreza, foi o aumento dos programas e serviços sociais.

A previdência rural é um direito que será adquirido tardiamente, se comparada a previdência dos trabalhadores urbanos. A primeira iniciativa foi a partir do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que regulamentou os sindicatos rurais e instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais, criando o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR), que em 1969 configurou-se em FUNRURAL (BRUMER, 2002). Essa cobertura não se efetivou, por falta de recursos.

Em 1971 foi lançado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), vinculado ao FUNRURAL, por meio da Lei complementar nº 11/71, que previa benefícios para aposentadoria e aumento de serviços na área da saúde. A aposentadoria estabelecida era no valor de meio salário mínimo, prevista por idade (trabalhadores acima dos 70 anos) e por invalidez. A mulher seria beneficiária direta somente se fosse a chefe da família.

As mobilizações pela redemocratização e o fortalecimento das organizações de trabalhadores e movimentos sociais, no início da década de 80, culminaram em importantes conquistas, principalmente a Constituição de 1988. A partir de então, a previdência rural

passou a ser universal, contemplando idosos e inválidos de ambos os sexos, em condição de assegurado especial¹, desde que fosse comprovada situação de produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Para Delgado (2015) é somente com a Constituição de 1988 e as Leis Previdenciárias (nº 8.212 e nº 8.213/91) que o direito previdenciário é estendido à área rural de forma clara e eficaz.

Outra importante conquista foi o auxílio maternidade, benefício concedido às mães durante quatro meses após o parto, no valor mensal de um salário mínimo. Apesar de ter sido vetado pelo então presidente Collor, a articulação e mobilização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais conseguiu reverter o veto, sendo o direito concedido a partir de 1993 (BRUMER, 2002).

A Constituição previa ainda a ampliação da cidadania através da política de Seguridade Social, constituída pelo acesso dos indivíduos à assistência social, à previdência social e à saúde. Esses direitos foram promulgados somente em 1993, ocasião em que foi instituída a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a partir da qual se deu a descentralização político-administrativa da assistência social.

Apesar dos avanços constitucionais, a década de 80 até o início da década seguinte, foi marcada por profunda crise econômica no país, resultante do projeto neoliberal adotado pelo governo, em especial, a partir de 1994 durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A economia brasileira ajustou-se ao mercado internacional seguindo as regras ditadas pelas agências internacionais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que pregavam a austeridade econômica, a diminuição do papel do Estado na economia, seguida pela privatização de diversos setores da economia. A situação da economia passou a ser prioritária para o governo neoliberal, ficando a questão social subordinada a ela.

Como o Brasil, os demais países da América Latina também organizaram, entre os anos 1980 e 1990, suas economias em bases neoliberais. As consequências da onda neoliberal foram as mesmas: a estagnação do crescimento econômico, a precarização e a instabilidade do trabalho, o desemprego estrutural², a desvalorização da renda do trabalho, que culminaram com o aumento da pobreza (SILVA *et al.*, 2004).

¹ A idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores rurais homens passou para 60 anos e para mulheres 55, parâmetros que se diferenciam da aposentadoria dos trabalhadores urbanos. A forma de contribuição dos trabalhadores rurais não se dá a partir do salário, mas de uma porcentagem (2,2%) cobrada no valor da produção comercializada.

² O desemprego estrutural é resultante da forma de organização da produção capitalista que gera um excedente de trabalhadores que ficam disponíveis como exército industrial de reserva. Na sociedade com a potencialização do trabalho decorrente da automação e tecnificação da economia, o desemprego estrutural

Como resultado dessa situação, o movimento de universalização do sistema de proteção social brasileiro, para o qual o país caminhava a partir do final da década de 1980, retrocedeu. Os ajustes econômicos impostos pelas agências multilaterais passaram pressionar a realização para cortes dos recursos nas áreas sociais e diminuindo a geração de empregos. Tais agências consideravam as políticas sociais como ações residuais e compensatórias, desvinculadas das políticas de desenvolvimento econômico. É nesse sentido que ocorreu o que Cohn alertou: a “focalização das políticas sociais”. Para a autora, as políticas sociais

[...] exatamente por se contraporem mais diretamente aos ditames da lógica macroeconômica em vigor de diminuição do *déficit* público, acabam por ter seus recursos cortados, e em conseqüência sua população-alvo restringida aos segmentos mais pobres da sociedade. É a conhecida focalização das políticas sociais, que se traduz como testemunha nessa larga experiência histórica, em políticas de cunho clientelista, de caráter imediatista e, portanto, em políticas de governos e não em políticas de Estado (COHN, 2009, p. 186).

Em decorrência dessa nova realidade, o Brasil entrou no século XXI com desigualdades sociais profundas, atingindo o status de um dos países com a maior concentração de renda do mundo, com um sistema de proteção social incapaz de proteger a população em situação de vulnerabilidade e de enfrentar o aumento da pobreza. De acordo com Yazbek (2004), o projeto Fome Zero, elaborado em 2001, afirmava que investigações realizadas sobre a fome e a desnutrição no Brasil, no ano 2000, constataram que a fome não havia diminuído. Os organismos internacionais, como FAO, PNUD e Banco Mundial, por meio de estudos sobre a temática constataram que a fome tinha como causa o aumento da população ou a falta de alimentos, evidenciando que as forças do mercado não foram capazes de resolver o problema.

5.1.1 Políticas de transferência de renda

Optamos por trazer neste estudo referências aos programas de transferência de renda tendo em vista que o PBSM – Projeto Fomento tem como um dos seus eixos prioritários de ação, a incorporação de famílias do Cadastro Único, visando ampliar o acesso ao Programa

toma vulto ainda maior. Conceito cunhado por James O’Connor (1977) para caracterizar a crise do capitalismo aberta nos anos de 1970, que denota o esgotamento das estratégias Keynesianas em larga escala. Segundo ele, há uma propensão para os gastos superarem as receitas estatais, gerando um déficit estatal que não é conjuntural, como pressupunha Keynes, mas constitui um verdadeiro hiato estrutural entre despesas e receitas estatais (BEHRING, 2009, p. 319)

Bolsa Família pelo procedimento de busca ativa.³ Dessa forma, compreender o alcance e limites das políticas que visam a transferência de renda é importante para entendermos a política objeto deste estudo.

O debate internacional sobre as políticas de transferências de renda teve início no Brasil na década de 80, quando a construção do *welfare state* (pleno emprego, crescimento econômico e direitos trabalhistas garantidos) tornou-se inviável face à reestruturação produtiva e aos ajustes econômicos realizados pela política neoliberal. O aumento do desemprego estrutural e do trabalho informal passou a justificar a adoção de políticas sociais de transferência de renda como meio de enfrentar o desemprego e a pobreza. Se antes, a proteção social estava alicerçada sobre os pilares da seguridade social aos trabalhadores ativos e da assistência social aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, a partir de então não era mais possível estruturar os direitos sociais sob esta ótica. Neste contexto, surgiram as políticas de transferência de renda, adotadas pelos países, a partir da década de 80, na América Latina.

No Brasil, a primeira proposta nacional⁴ foi o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), apresentada em 1991 pelo senador Eduardo Suplicy. Ela estabelecia uma complementação da renda aos trabalhadores com salários abaixo do mínimo como forma de imposto de renda negativo, a criação de programas e projetos que visavam a ampliação da oferta de serviços e bens de consumo popular. A proposta foi rejeitada no Congresso mediante a apresentação de diferentes projetos de renda mínima. No entanto, com o avanço das experiências municipais de projetos de transferência de renda, o debate foi retomado a nível nacional, o que levou à criação pelo governo, em 1997, o primeiro programa nacional de renda mínima, mediante incentivo financeiro direcionado à manutenção das crianças na escola.

A partir do ano de 2000, ocorreu uma proliferação dos programas de transferência de renda de origem do governo federal, com implantação nos municípios. Transformou-se o Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima para toda criança na escola em Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, chamado Bolsa Escola. Além disso, criaram-se a Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, expandiu-se o Programa de Erradicação do

⁴ Na década de 1970, políticos e pesquisadores, tais como Antônio Maria da Silveira, Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger defendiam a necessidade de programas governamentais capazes de realizar a redistribuição de renda como parte de um programa de construção da democracia no país, que requer um limite para a desigualdade e a miséria (SILVA *et al*, 2004).

Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Tais programas deram início à “Rede de Proteção Social” voltada à população em situação de pobreza.

A partir de 2003, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o combate à pobreza passou a integrar a agenda do Governo (Cohn, 2009) o que levou a uma mudança no discurso governamental, que passou a vincular o desenvolvimento social ao econômico. As políticas de transferência de renda adquiriram centralidade nas políticas públicas, não articuladas à valorização da renda do trabalho, à geração de emprego, à proteção social do trabalhador e à inclusão de todos os trabalhadores, formais ou informais, do campo e da cidade em um sistema universal de previdência social.

As principais medidas relacionadas à proteção social, adotadas pelo governo Lula foram:

- a) a unificação dos programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação) em um único programa, denominado Bolsa Família;
- b) o aumento dos valores dos recursos orçamentários voltados para os programas de transferência de renda⁵;
- c) a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome⁶.

Tais medidas foram justificadas a partir de um diagnóstico elaborado pelo governo Lula no qual foi constatada a sobreposição de programas, de diferentes ministérios, voltados ao mesmo público; o orçamento insuficiente para atender ao público elegível e ausência de estratégia conjunta entre os ministérios com, conseqüente, desperdício de recursos (YAZBECK, 2012).

O Bolsa Família foi uma inovação em termos de políticas sociais de transferência de renda, proposto para proteger o grupo familiar e não apenas o indivíduo; elevou o valor monetário do benefício; simplificou a forma de acesso. O programa rebaixou a linha de corte dos beneficiários; de meio salário mínimo per capita mensal, em seu novo formato passou a R\$ 77,00 para famílias extremamente pobres e 154,00 para famílias pobres.

Outra característica do bolsa família é a condicionalidade, também denominada contrapartida. A família beneficiária compromete-se a garantir a frequência escolar dos filhos, manter o cartão de vacinação atualizado, frequentar as consultas médicas no pré natal no caso

⁵ Silva *et al* (2004) afirmam que em 2004, no segundo ano do governo Lula os recursos atingiram a cifra de R\$ 5,3 bilhões, o dobro do valor de 2002.

⁶ No governo de FHC havia os Ministérios da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome.

das gestantes e participar das atividades de formação sobre segurança alimentar realizadas pelo governo. A política de transferência de renda foi analisada por Silva *et al* (2004) como possibilidade de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas do país, desde que articuladas com programas estruturantes de educação, saúde e trabalho voltados a essa população. Assim sendo, a redução da pobreza estaria vinculada à diminuição das desigualdades sociais, mas não há estudos que abordem a efetiva articulação das políticas.

As pesquisas realizadas sobre o alcance do Bolsa Família, decorridos dez anos de execução, têm demonstrado que o programa melhorou a vida das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, principalmente quanto à segurança alimentar (YAZBECK, 2012). No entanto, a literatura também aponta para os limites da política, indicando que ela se transformou na principal medida de combate à pobreza, aplicando os critérios de seletividade e focalização (COHN, 2009). Os critérios para definição do público alvo, além de restringir importante parcela da população por meio da redução da faixa de renda a níveis muito baixos, reduz o conceito de pobreza a renda.

O discurso governamental previa a articulação da política de transferência de renda às políticas estruturais (geração de emprego, reforma agrária, garantia universal da seguridade e aposentadoria), mas não se concretizou em medidas reais de alteração estrutural da condição de pobreza, tendo em vista a centralização das ações na política de transferência de renda.

O PBSM está associado com a perspectiva de política social de transferência de renda. De acordo com Maluf (2013) o primeiro eixo do PBSM corresponde à transferência de renda cuja meta era incorporar, até 2013, mais 830 mil famílias no Programa Bolsa Família (PBF). Pelo procedimento de busca ativa, o PBSM estabeleceu a meta de incluir 320 mil famílias no Cadastro Único (CadÚnico) em 2011, sendo majoritariamente prioritários os grupos sociais rurais (extrativistas, acampados, indígenas e quilombolas), aos quais se somavam catadores de resíduos e população em situação de rua. A inclusão no CadÚnico, como se sabe, torna as famílias aptas a serem atendidas pelo bolsa família.

5.1.2 Políticas Públicas para população rural em situação de vulnerabilidade social

Para Delgado (2015), a inclusão dos trabalhadores rurais da agricultura familiar no sistema de seguridade social, a partir da Constituição de 1988, foi uma ação pioneira em termos de políticas sociais para os agricultores familiares.

Em 1997 foi criado o Pronafinho, com o intuito de atender aos agricultores classificados como “periféricos” pelo relatório FAO/INCRA, situados próximos à linha da

pobreza e que não estavam conseguindo acessar o PRONAF. Esse crédito era no valor de R\$ 1.500,00, concedido a agricultores com renda de até um terço do valor daqueles que acessavam o PRONAF.

O Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) configurou-se enquanto política social que procurou relacionar a pobreza rural com questões estruturais, como é o caso da falta de água em regiões do semiárido brasileiro. Nesse sentido, o programa visava o abastecimento de famílias rurais a partir da construção de cisternas de captação de água da chuva em áreas do território nacional atingidas pelo fenômeno da seca. A proposta do Programa surge a partir da Articulação do Semiárido (ASA), uma articulação criada em 1999 e formada por diversas organizações da sociedade civil, que compreende o problema da seca pela perspectiva da convivência no semiárido e a partir de tecnologias adaptadas às condições locais, controladas pelos agricultores. Essa concepção nasceu em contraposição aos grandes projetos de combate à seca, que historicamente tentaram, sem sucesso, promover o desenvolvimento no semiárido brasileiro (COSTA; DIAS, 2013).

Em 2000 foi realizado um projeto experimental entre a ASA e o Ministério do Meio Ambiente. Nessa ocasião foram construídas 500 cisternas, além da sistematização da experiência para a elaboração de uma proposta maior. De acordo com Costa e Dias (2013) o PIMC foi formulado pela sociedade civil, pela prática das organizações sociais, que passou a apresentar propostas aos governos. Quando iniciou o governo Lula, foi criada a possibilidade de construção das cisternas a partir de orçamento específico. Dessa forma, em 2003, o PIMC foi oficialmente criado, entrando em vigência a ação de Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, dentro do Programa Acesso à Alimentação, do MDS. O objetivo do programa era garantir acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente à segurança alimentar e nutricional para população rural, tendo como beneficiários dessa política as famílias com renda mensal, *per capita*, de até a meio salário mínimo (COSTA; DIAS, 2013). De acordo com os autores, o PIMC foi uma política em que se replicou uma tecnologia social, sendo essa uma das razões de seu sucesso, em que não se eliminou os conhecimentos locais, ao contrário, serviu-se deles.

A partir do ano de 2000, na ampliação das políticas específicas para os agricultores familiares, as políticas com enfoque territorial passaram a ser direcionadas à população rural em situação de vulnerabilidade social. Segundo Wanderley (2014) elas modificaram a linguagem; passaram a denominar “pobres do campo” aqueles que antes recebiam a designação de “periféricos” (documento FAO/INCRA de 1994). A alteração também ocorreu no reconhecimento desta população como agricultores, destinando incentivos às atividades

produtivas agrícolas. Conforme Zimmermann *et al* (2014), as políticas de desenvolvimento territorial tiveram como objetivos a articulação entre as diferentes políticas públicas para o território, a promoção da participação social com o protagonismo dos atores locais e a redução das desigualdades. Os principais programas com enfoque territorial foram o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), instituído em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), de 2008.

O PRONAT, coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visou pensar o rural além do agrícola, envolvendo atores sociais capazes de pensar o planejamento em uma escala mais ampla que o município, por meio da descentralização das políticas públicas. Esperava-se a construção de estratégias de desenvolvimento rural entre grupos e instituições envolvidas por laços de proximidade nos territórios. O Programa inspirou-se na “a vontade política de romper com o isolamento socioeconômico dos agricultores familiares, mediante o reconhecimento de seus papéis fundamentais nas dinâmicas territoriais, proporcionando-lhes apoio institucional e financeiro para ampliarem seus desempenhos” (ZIMMERMANN *et al.*, 2014, p. 545).

Os critérios para constituição dos territórios estavam baseados no número de habitantes do município, com até 50 mil habitantes; na densidade populacional de até 80 hab/Km², na concentração do público atendido pelo MDA (agricultores familiares, assentados pela reforma agrária, beneficiários do reordenamento agrário) e na vinculação com as ações dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, do MDS, e Mesorregiões do Ministério da Integração Nacional.

Dentre os objetivos do PRONAT estava o estímulo, através de um conjunto de medidas institucionais, à participação dos atores locais na construção, seleção, desenvolvimento e realização do controle social dos projetos coletivos. Eles deveriam atender às “demandas produtivas, econômicas, culturais, ambientais e sociais dos territórios (por exemplo, a construção de centrais de comercialização de produtos da agricultura familiar, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de agroindústria, cursos de capacitação etc.)” (ZIMMERMANN *et al.*, 2014, p. 546).

O PTC, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, teve como objetivo o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda no meio rural, através de uma estratégia de desenvolvimento territorial, da garantia universal dos programas de cidadania e de inclusão produtiva voltado às populações em situação de vulnerabilidade nos territórios. Pretendia, também, aprimorar a articulação das diversas iniciativas já existentes no território. Os critérios para realizar a seleção dos territórios da cidadania eram: os baixos Índices de

Desenvolvimento Humano (IDH), as concentrações de agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, populações quilombolas e indígenas, maior número de beneficiários do Bolsa Família e municípios com baixo dinamismo econômico.

Apesar de ambos os programas tratarem de uma perspectiva do desenvolvimento territorial, o PTC trouxe como proposta a maior focalização na superação da pobreza e na articulação entre as políticas públicas e ações governamentais, se comparado ao PRONAT. Assim, envolveu outros órgãos das instancias governamentais, que no caso do PRONAT estava restrito a SDT/MDA, o que promoveu tensões na implementação dos programas.

As políticas públicas de desenvolvimento territorial trouxeram como inovação institucional a proposta de ampliação da participação social dos atores locais nos processos de diálogo, negociação, desenho e planejamento das políticas públicas, possibilitando a “capacidade governativa e gestão social dos processos de desenvolvimento”. No entanto, estudos de Barbosa, Zimmermann e Tecchio (2013) sobre o Território Serra Geral em Minas Gerais, apresenta situações nas quais foram observados conflitos no processo de gestão de alguns projetos territoriais, em que as máquinas e equipamentos adquiridos não foram direcionados aos agricultores familiar, público previamente acordado, sendo destinado aos agricultores patronais do município ou utilizados pela prefeitura. Os estudos de Lasa e Delgado (2013) sobre o território Irecê na Bahia apresentam que a maioria dos projetos atendeu às demandas da agricultura familiar, “categoria com maior peso político no território e no colegiado, o que provocava tensões e conflitos com atores vinculados a outros setores, como social e educacional”, não tendo sido executado nenhum projeto de caráter produtivo ou de infraestrutura, direcionado à população em extrema pobreza do território de Irecê.

A partir de 2011, as políticas com enfoque territorial perderam força no governo federal, quando entrou em cena do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Apesar das semelhanças entre o PTC e PBSM, como a promoção de sinergia entre as políticas públicas e a focalização na população em situação de vulnerabilidade social, (DELGADO e LEITE, 2015) ocorreu uma divergência metodológica: enquanto a abordagem territorial fomentava a gestão social como princípio para o desenvolvimento rural, o PBSM adotava como foco de gestão a ação individual, centrada no acompanhamento pela ATER da família beneficiária. O PBSM buscou articular a política de proteção social de transferência de renda às iniciativas do MDA voltadas aos “agricultores familiares pobres”.

5.1.3 Políticas de combate à pobreza rural no RS: breves considerações

Além das políticas mencionadas anteriormente, de alcance nacional, o Rio Grande do Sul desenvolveu algumas políticas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social. Uma delas foi o Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Combate a Pobreza, conhecido como “RS Rural”, desenvolvido, entre os anos de 1997 a 2005, através de uma parceria entre governo do Estado e o Banco Mundial, atingindo praticamente todos os municípios gaúchos, com um volume de investimentos na ordem de R\$ 280 milhões (AGUIAR, 2011).

O Programa foi executado pela secretaria da Agricultura e do Abastecimento, cabendo à Emater a elaboração dos projetos técnicos elaborados em seus escritórios municipais. Os objetivos do Programa estavam relacionados à promoção do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento da qualidade de vida - por meio da integração de ações que permitissem o aumento da renda-, da infraestrutura e o manejo adequado dos recursos naturais. O Programa estimulava a participação da comunidade na definição dos projetos, a partir dos Conselhos municipais de desenvolvimento sustentável. Foram formados grupos de seis famílias por proximidade, incluídos na mesma bacia hidrográfica, que poderia obter o investimento de até R\$ 6.000,00 (AGUIAR, 2011).

As ações destinadas à geração de renda tinham o objetivo de aumentar a eficiência das atividades produtivas, principalmente, aquelas que agregavam valor aos produtos ou que permitiam que os fatores de produção fossem utilizados de maneira mais eficaz. (Kuhn *et al.*, 2005) Essas ações tinham duas modalidades: com reembolso e sem reembolso ao Estado. Nas ações com reembolso era permitido o financiamento de maquinário, equipamentos e insumos em geral, mediante condições especiais de 25% de subsídio, carência de até sete anos, parcelamento em cinco anos e juros a quatro %.

O estudo realizado pela UFRGS denominado “Avaliação das Condições de Crédito do Componente de Geração de Renda do RS Rural”⁷ identificou que os beneficiários deste programa possuíam áreas agrícolas restritas, porém com atividades destinadas ao autoconsumo da família. O estudo apontou, ainda, a ocorrência de diversificação de atividades produtivas que as famílias realizavam. Em razão desses fatos, o estudo não podia “recomendar aos operadores da política pública que existe um determinado tipo de atividade

⁷integravam a equipe os pesquisadores Carlos G. A. Mielitz Netto (coordenador técnico), Lovois de A. Miguel, Sergio Schneider, Paulo Dabdab Waquil e Luis Humberto M. Villwock; os consultores Bernard Roux e Fábio Búrigo; e os auxiliares Marco Antonio V. Fialho, Jean Marcel Vieiro, Lucas J. Maestri e Eliane Sanguiné.

ou ação que seja mais eficiente e propicie melhores condições de combater a pobreza rural” (KUHN *et al.*, 2005, p. 823).

Apesar de haver sido considerado um dos maiores programas voltado à temática do combate à pobreza rural do Estado, seguindo as recomendações das agências de cooperação internacional, como o Banco Mundial, um dos problemas identificados (AGUIAR, 2011) foi a dificuldade de definir o público beneficiário da política, ou seja, a forma de estabelecer os critérios de pobreza.

5.2 O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Para o estudo do PBSM optou-se pela análise sequencial, realizada a partir da concepção de “ciclo da política pública”. Em estudo sobre conceitos e abordagens em análise de política pública, Bonnal, Cazella e Delgado (2011) afirmam que Jones (1970) foi o primeiro pesquisador a elaborar sobre o conceito de “ciclo de vida da política pública”, identificando diversas fases dentro deste ciclo: “a emergência (percepção do problema e incorporação na agenda política), a formulação do programa (as soluções imaginadas), a implementação (realização das atividades e alocação dos recursos necessários), a avaliação (definição dos critérios e indicadores de análise) e finalização (fechamento)” (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2011, p. 50).

De acordo com Jann e Wegrich (2007) e a consideração sobre a teoria do *policy cycle*, o ciclo da política pública inicia-se com a definição de problemas, que decorre na formação de uma agenda, a partir daí é formulada a política, seguida pela implementação, avaliação e ações corretivas, estas influenciam novamente a definição de problemas retroalimentando o ciclo, dando continuidade à política.

Bonnal, Cazella e Delgado (2011) alertam quanto aos limites da abordagem sequencial, indicando que a mesma pode se tornar simplificadora da realidade caso não sejam incluídas considerações sobre as instituições informais, o conjunto formal e informal de regras, normas e valores que influenciam o comportamento individual e coletivo dos atores. Para os autores, a incorporação destas dimensões na análise sequencial possibilita compreender melhor os diferentes impactos que a política pode causar. Por essa razão, procurou-se incorporar na análise observações dirigidas aos aspectos informais e subjetivos que envolvem a política pública.

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi lançado no ano de 2011, por iniciativa da Presidência da República, como parte de uma estratégia governamental para erradicar a

pobreza extrema. Seguindo os dados dos levantamentos do Censo demográfico de 2010, que identificara 16 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema no Brasil⁸, sendo sete milhões no meio rural, o governo decidiu enfrentar a questão através da institucionalização de uma política pública específica capaz de concentrar esforços para, “em um curto espaço de tempo e com medidas de alto impacto, escala e abrangência nacional, alterar a situação dessas famílias” (CAMPELLO; MELLO, 2014, P. 34).

5.2.1 Considerações sobre a elaboração da política

Em 2014 o MDS organizou um livro sobre o Plano Brasil Sem Miséria no intuito de registrar a história da construção da política. O material está organizado em vários artigos elaborados pelos formuladores da política ou que em alguma medida estiveram ligados a ela. Na apresentação do livro os organizadores afirmam: “além de organizadores deste livro fomos os coordenadores da estratégia multidimensional de superação da extrema pobreza do Brasil sem Miséria” (CAMPELLO; FALCÃO; COSTA, 2014, p. 23).

Para a formulação do Plano foi constituído um comitê nacional que contou com a participação dos ministros do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Casa Civil, contando com a coordenação do MDS (CAMPELLO; MELLO, 2014).

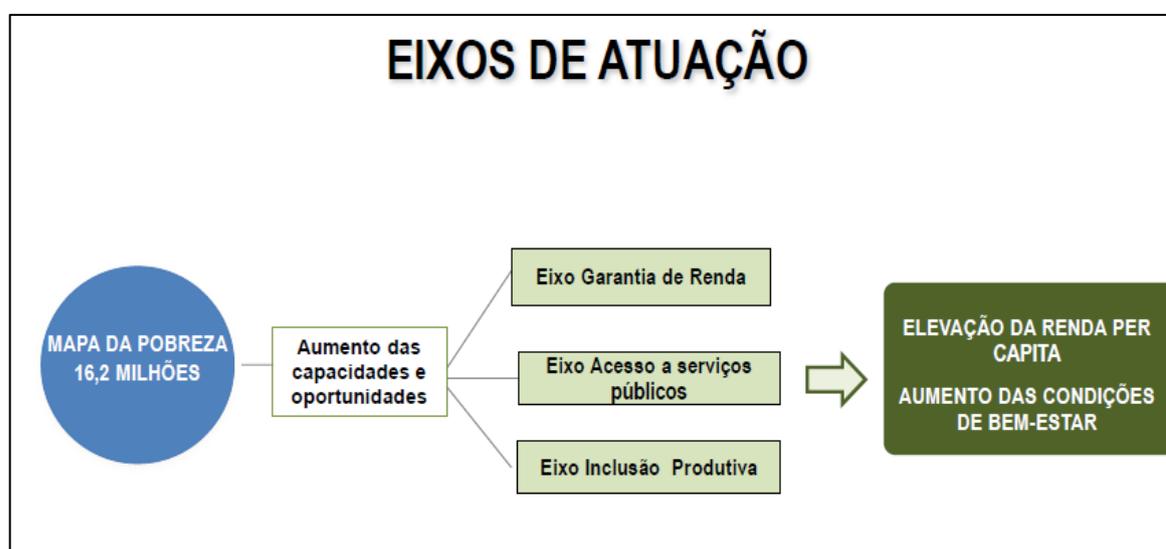
A partir de 2003 foram criadas as condições para a melhoria de vida da população brasileira, através da continuidade da valorização do salário mínimo, do fortalecimento da agricultura familiar, da geração de empregos e da transferência de renda, além da ampliação do acesso a bens e serviços. Na avaliação do governo, todavia, a população em situação de pobreza extrema não saiu dessa condição, por serem os mais vulneráveis, integrando o denominado “núcleo duro da pobreza”, ou seja, aqueles indivíduos com maior dificuldade de mobilidade social (CAMPELLO; MELLO, 2014). Dada a situação de exclusão, abandono, desinformação e isolamento, os formuladores da política entenderam que essa população tinha dificuldades para exigir seus direitos, sendo, portanto, necessária a atuação do Estado. O discurso de lançamento do PBSM, da presidente da República, evidencia essa situação e o papel que caberia ao Estado na relação com o público.

⁸ O IBGE considerou pessoas em situação de pobreza extrema famílias com renda per capita mensal menores de R\$ 70,00 (o equivalente a aproximadamente U\$ 35,00 dólares)

Nós não mais vamos esperar que os pobres corram atrás do Estado brasileiro. O Estado brasileiro deve correr atrás da miséria e dos pobres deste país. [...] O Brasil Sem Miséria vai localizar as famílias extremamente pobres e incluí-las de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. (PROGRAMA..., 2011)

O PBSM contou com uma modalidade específica para a população rural, justificada pela concentração dos indicadores de pobreza, cujos dados do Censo 2010 revelavam que os sete milhões de pessoas em situação de pobreza extrema representavam 25% da população que vivia no campo. O governo dispunha de um diagnóstico que revelava as dificuldades desses agricultores na produção e na segurança alimentar. Na avaliação dos gestores, tais dificuldades decorriam do acesso precário à infraestrutura básica de produção (água e luz) seguida por sistemas de plantio de baixa produtividade com debilidades na comercialização do excedente. Os agricultores situados na condição de pobreza extrema foram diagnosticados pela “produção em pequenas propriedades, baixo aporte tecnológico na produção e pouco acesso aos programas de crédito, necessitando de uma combinação de assistência técnica e extensão rural (ATER) e recursos de fomento para investir” (CAMPELLO; MELLO, 2014, p. 57). O Governo considerava que, a erradicação da pobreza somente seria possível, e a população nessa condição fosse retirada do círculo vicioso da exclusão social e da insegurança alimentar. A solução apontada foi a criação de um Plano dividido em três grandes eixos de ações: 1- Garantia de renda; 2 - Geração de renda com inclusão produtiva, e 3 - Acesso aos serviços públicos (CAMPELLO; MELLO,2014).

Figura 3 - Eixos de atuação do Plano Brasil Sem Miséria



Fonte: Brasil (2011).

O PBSM constituiu-se, portanto, na articulação entre diversas políticas, algumas delas já existentes, por meio das quais fosse possível garantir o acesso universal da população em situação de pobreza extrema. O primeiro eixo, garantia de renda, o principal objetivo foi adequar os valores do programa bolsa família através de uma complementação de renda pelos governos federais e estaduais. Outra ação prevista nesse eixo foi a inclusão de todas as famílias em condição de extrema pobreza, que ainda não estivessem inscritas no programa bolsa família, por meio do programa de busca ativa. De acordo com os formuladores do PBSM não bastava informar a criação do Plano Brasil sem Miséria, era importante que o Estado chegasse até a população em situação de pobreza extrema, e para tanto por isso foi criada a Busca Ativa. “O Estado chamou para si a responsabilidade de localizar, cadastrar e incluir estas famílias no conjunto de ações que seriam ofertadas” (CAMPELLO; MELLO, 2015, p. 35).

Para o segundo eixo do PBSM, inclusão produtiva, foi constituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por meio da Lei 12.512, denominado Projeto Fomento, sendo elaborado pelo MDS em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Através dele procurou-se melhorar e aumentar a produção, promovendo a comercialização do excedente, através da capacitação dos agricultores por meio da assistência técnica e extensão rural. Na figura 03 abaixo é possível visualizar a rota de inclusão produtiva elaborada pelo MDS.

O terceiro eixo de ação do PBSM foi constituído por ações destinadas ao acesso aos serviços para ampliar e direcionar o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social pela população mais vulnerável. Além disso, foram organizados espaços de formação e sensibilização para os técnicos da ATER visando a qualificação do profissional direcionado ao trabalho com os agricultores do PBSM.

Quadro 4 - Síntese da formulação dos eixos do Plano Brasil Sem Miséria

Eixos	Problemas e Demandas	Ações
I - Garantia de renda	<p>1.1 Inclusão da população elegível no Cadastro Único e no Bolsa Família;</p> <p>1.2 Compensar a defasagem entre a linha de extrema pobreza nacional e linhas estaduais;</p> <p>1.3 Existência de famílias que mesmo com o Bolsa Família ainda não superavam a extrema</p>	<p>1.1 Busca ativa e concessão do benefício do Bolsa Família;</p> <p>1.1 Políticas complementares de renda dos Estados;</p> <p>1.3 Criação do benefício de superação da extrema pobreza para garantir que nenhuma</p>

Eixos	Problemas e Demandas	Ações
	pobreza	família da Bolsa Família es tivesse abaixo da linha de extrema pobreza
II - Inclusão produtiva	<p>2.1 Melhoria do acesso a luz e Água (semiárido);</p> <p>2.2 Produção insuficiente gerando insegurança alimentar e excedentes escassos para comercialização em função da falta de assistência técnica adequada à realidade da população rural pobre e da falta de insumos para investimento na produção;</p> <p>2.3 Dificuldades de acesso aos canais de comercialização</p>	<p>2.1.1 Criação do Programa Água para Todos, reunindo diferentes ações existentes no governo federal e criando novos arranjos;</p> <p>2.1.2 Definição de meta específica de atendimento do Luz para Todos para domicílios em situação de extrema pobreza;</p> <p>2.2.1 Apoio à produção através da criação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Ater + recursos não reembolsáveis);</p> <p>2.2.2 Distribuição de sementes adaptadas no semiárido</p> <p>2.3 Ampliação da participação dos agricultores mais pobres no PAA.</p>
III - Acesso a serviços e outras políticas	<p>3.1 Oferta insuficiente ou inadequada para atender aos mais pobres;</p> <p>3.2 Atendimento inadequado à população mais pobre (preconceito, desrespeito, constrangimentos).</p>	<p>3.1 Expansão ou redirecionamento dos Serviços;</p> <p>3.2 Sensibilização, mobilização e qualificação dos servidores</p>

Fonte: Adaptado de Campello e Melo (2014).

A preocupação com a pobreza extrema e a criação de estratégias para enfrentá-la são questões presentes na agenda política nacional desde a década de 1990, ocupando lugar prioritário no período entre 2003 e 2015. Em 2003, o marco central foi a criação do Programa Fome Zero, com o enfoque de combate à fome e à desnutrição, desencadeando na criação do MDS e de políticas específicas para o meio rural como o PRONAT e PTC. Segundo de Campello e Mello (2014) as medidas de garantia de renda (como o bolsa família), valorização do salário mínimo, geração de emprego e garantia da merenda escolar contribuíram para que milhões de brasileiros saíssem da condição de pobreza ou pobreza extrema. Apesar disso, o Censo de 2010 revelou que no país ainda existiam 16 milhões de brasileiros vivendo em condição de extrema pobreza, ou seja, o “núcleo duro da pobreza” (CAMPELLO; MELLO, 2014).

A partir de 2011 o combate a pobreza ocupou o lugar central no discurso governamental, sendo o slogan da gestão 2011-2014: País Rico é País Sem Pobreza! De

acordo com o governo o desenvolvimento nacional seria o resultado da combinação crescimento econômico e inclusão social. Para enfrentar o “núcleo duro da pobreza” o governo apostou no desenvolvimento de “ações massivas, de alto impacto, capazes de provocar efeitos imediatos. Desse diagnóstico resultou a política Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Nesta concepção de governo, apesar das ações de execução serem descentralizadas e articuladas com diversos órgãos do Estado, o diagnóstico do problema e a formulação das saídas foram realizadas por especialistas, técnicos do Estado que compunham a elite do poder político.

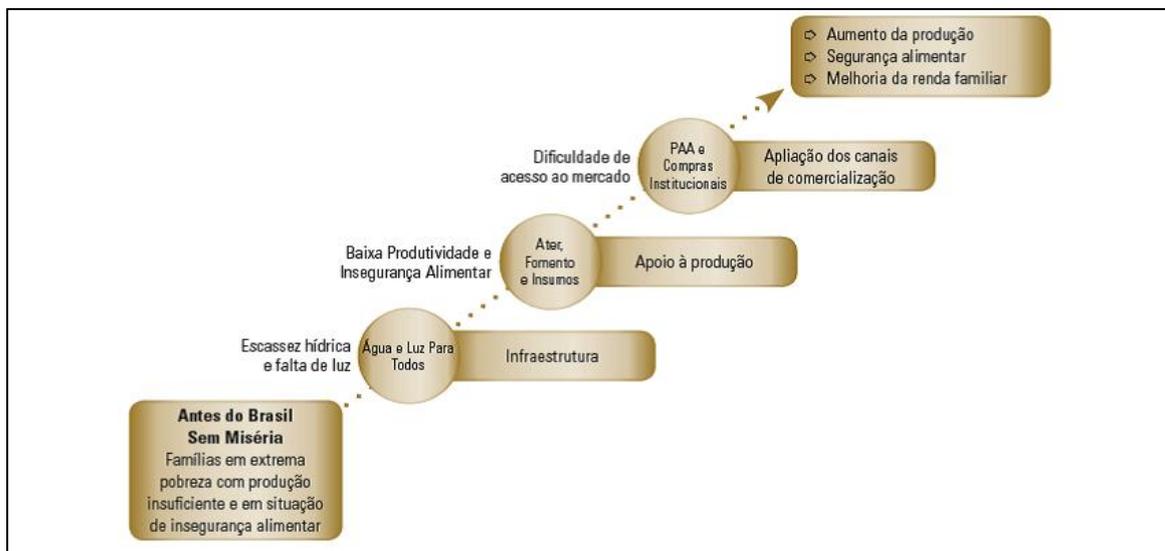
5.2.2 O Plano Brasil Sem Miséria – Projeto Fomento

O Projeto Fomento, ou Programa de Fomentos às Atividades Produtivas Rurais, foi instituído em outubro de 2011 pela Lei 12.512. Foi executado por entidades de ATER por meio de chamadas públicas realizadas pelo MDA. As chamadas previam a realização de um trabalho específico de ATER com a população do PBSM, no qual fossem realizadas capacitações com os técnicos de ATER contratados, acompanhamento individual às famílias, a realização de atividades coletivas com as famílias bem como a elaboração de projetos produtivos individuais. À entidade contratada era atribuída a responsabilidade, juntamente com o comitê gestor do PBSM, de selecionar as famílias beneficiárias, mediante os critérios previamente definidos pelo programa: estar em situação de pobreza extrema e ser agricultor. Para comprovar a extrema pobreza foram utilizadas as bases de dados do Cadastro Único⁹ (Cadúnico), que utiliza critérios técnicos para classificar a população por faixas de renda monetária¹⁰. A escolha dos municípios realizou-se selecionando os que tinham maiores índices de pobreza. O número de famílias beneficiadas por município não obedeceu a um critério específico e dependeu da disponibilidade orçamentária do Programa.

⁹O Cadastro Único é um sistema de informação que registra e controla as políticas sociais para a população em situação de vulnerabilidade.

¹⁰Em 03 de maio de 2011 foi anunciada a linha de extrema pobreza oficial do Plano Brasil sem Miséria: renda familiar mensal por pessoa de R\$ 70 reais – posteriormente atualizada, em maio de 2014, para R\$ 77 reais por pessoa. A linha de extrema pobreza foi estabelecida com base em parâmetros internacionais, como a linha do Banco Mundial de US\$ 1,25 PPP (paridade do poder de compra) por dia (CAMPELLO; MELLO, 2014). A renda familiar foi identificada através dos registros do Cadúnico, ao realizar o cadastramento o serviço de assistência social insere a família em determinada faixa de renda, sendo de 70,00; 140,00 e 280,00 reais. A inclusão em determinada faixa se faz a partir da autodeclaração da família e por meio de visitas residenciais em que se realizam entrevistas à família. A assistência social tem como atribuição fazer o acompanhamento dessas famílias, orientando para outras políticas sociais, tais como saúde, auxílio psicológico, como também verificando as possíveis alterações nas faixas de renda familiar, monitorando a permanência ou não no programa.

Figura 4 - Rota de inclusão produtiva para os beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria



Fonte: Brasil (2011).

As etapas de execução do Projeto Fomento foram as seguintes:

- diagnóstico individual de cada família sobre a produção, elaborado pelo técnico de ATER, que destacava os pontos fortes e limitações;
- Elaboração, entre a família e o técnico, do projeto produtivo que ampliasse ou introduzisse um sistema de produção familiar;
- Acompanhamento pela ATER da aplicação do projeto com orientações quanto a execução do mesmo, contribuindo também com informações referentes à comercialização.

Entre essas etapas eram realizadas atividades coletivas transversais com o objetivo de informar os beneficiários sobre seus direitos, enquanto cidadãos (campanha de documentação para obtenção de RG, DAP e talão do produtor, palestras sobre políticas públicas) e capacitá-los sobre o uso de técnicas de produção, processamento e comercialização. Cada família beneficiária recebeu dois mil e quatrocentos reais, divididos em três parcelas, para realizar investimentos na produção, a partir da aquisição de equipamento, sementes, insumos, matrizes de animais ou pagamento de serviço.

5.2.3 Projeto Fomento no Rio Grande do Sul

Um breve cenário da pobreza no Rio Grande do Sul foi organizado pela Emater/RS, quando foi constatado que no ano de 2014 existiam 440 mil estabelecimentos rurais no estado, dos quais 378 mil eram de agricultura familiar, mas o número de famílias de agricultores familiares era de 515.000 famílias. Considerando os indicadores que o governo, atualmente, utiliza para determinar a dimensão da pobreza, atualmente existem 171 mil famílias no cadastro único (o que corresponde a 33,2 % do total de agricultores familiares), sendo que destes, 83.644 recebem o bolsa família e 76.854 estão na linha (ou abaixo) da pobreza extrema, ou seja, renda per capita mensal igual ou menor que R\$ 77,00, o que representa 14,9% das famílias de agricultores familiares.

Tabela 3 - Estabelecimentos rurais totais, estabelecimentos rurais de agricultores familiares, número de famílias de agricultores familiares no Rio Grande do Sul em 2014

Tipo	Quantidade
Estabelecimentos rurais total	440.000
Estabelecimentos rurais de agricultores familiares	378.000
Famílias de agricultores familiares	515.000

Fonte: EMATER/RS, 2016. Elaborado por Machado, 2017.

Tabela 4 - Dimensão da Pobreza no Rio Grande do Sul, medida pelo critério de renda, em 2014

Critério	Nº de Famílias
CadÚnico Rural	171.000
Famílias rurais com Bolsa Família	83.644
Famílias em extrema pobreza (R\$ ≤ 77,00)	76.854

Fonte: EMATER/RS (2016). Elaborado por Machado (2017).

O PBSM foi desenvolvido a partir de um acordo de cooperação estabelecido entre o MDA, o MDS e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), sendo a entidade executora a Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS). O responsável pelo PBSM na Emater/RS descreveu que o plano teve início a partir das diretrizes do governo federal da Presidente Dilma Rouseff, gestão 2011-2014, que deu prioridade à população em situação de pobreza:

Em 2011 foi feito um estudo piloto em um dos territórios do Rio Grande do Sul mais pobres, que é o território do Alto da Serra do Botucará. Foram escolhidas mais de 500 famílias e feito um estudo de caracterização da pobreza. Foi feito todo um diagnóstico das famílias, o que elas fazem como elas vivem a condição fundiária. A partir daí o governo estado formalizou um

acordo de cooperação técnica com o MDA e o MDS para se inserir dentro do Plano Brasil Sem Miséria (Marcio).

O PBSM foi aplicado em duas etapas: a primeira contemplou 69 municípios com maior concentração de pobreza¹¹ do Estado, beneficiando 5.396 agricultores familiares e quilombolas tendo sido executada no período de 2012 a 2013. A segunda etapa contemplou 216 municípios, abrangendo um total de 5.604 famílias beneficiárias, destas 1500 eram indígenas e 4.104 agricultores familiares, pescadores artesanais e quilombolas, sendo executado entre os anos de 2013 e 2014¹².

Foram beneficiadas ainda 1500 famílias indígenas por meio de uma chamada pública de ATER, contemplando um total de cinco municípios. O Programa, pois, contou com a participação total de 12.500 famílias beneficiárias, totalizando a aplicação de R\$ 27.881.100,00 (EMATER/RS, 2015). A Emater do Rio Grande do Sul realizou, ainda, um processo de formação com seus profissionais, em que “preparou e capacitou os extensionistas envolvidos, reforçando debates sobre a pobreza no meio rural, suas causas e características, as estratégias de ação e políticas públicas específicas para esse segmento social” (EMATER/RS, 2015, p. 2).

O governo do estado do Rio Grande do Sul instituiu, em 2012, o RS Mais Igual, um programa transversal, vinculado ao PBSM e voltado à erradicação da pobreza extrema em que cada beneficiário em situação de extrema pobreza recebia um complemento de R\$ 100,00 ao bolsa família (MADEIRA *et al.*, 2015). Cada família participante deveria ter presença mínima de 65% nas atividades de formação e capacitação do PBSM, o recurso servia como estímulo a participação.

Em cada município foi formado um comitê gestor do PBSM, que buscou articular as instituições que desenvolviam o trabalho em estreita relação com o público alvo. Deste forma, além da Emater, participaram o sindicato dos trabalhadores rurais e organizações dos trabalhadores, as secretarias municipais de assistência social, agricultura e saúde, o conselho tutelar, a cooperativa de agricultores e outras. A composição desse comitê foi variável de acordo com a realidade de cada município, dependendo do maior ou menor grau de articulação entre as entidades. Ele foi responsável pela seleção dos beneficiários, segundo os critérios nacionais do Programa: ser agricultor familiar (comprovado mediante a Declaração

¹¹ Esse critério foi baseado na análise do IDH e PIB dos municípios.

¹² Na primeira etapa os municípios tiveram um número maior de beneficiários, 100 famílias para cada município. Na segunda houve uma pulverização da quantidade de beneficiários. Não foi especificado o critério utilizado para a definição do número de beneficiários por município.

de Aptidão ao Pronaf) e estar em situação de pobreza extrema (comprovado mediante inclusão no programa bolsa família e inserção no cadastro único). O Comitê recebeu do MDA a listagem das famílias com DAP e do MDS a listagem das famílias inscritas no cadastro único. Disponha-se ainda do dispositivo de busca ativa¹³, no qual as famílias em situação de pobreza extrema, mesmo não estando no Cadastro Único, eram localizadas a partir do trabalho das equipes de ATER ou indicadas pelas equipes de agentes de saúde, que tinham conhecimento e um trabalho de inserção no interior dos municípios.

Após a identificação realizada pelo Comitê Gestor, as famílias selecionadas recebiam a visita dos profissionais de ATER, que apresentavam o programa e convidavam a família para serem partícipes. Ao mesmo tempo, todas as famílias eram convidadas para participarem das atividades coletivas de formação e capacitação sobre o programa, realizadas nas sedes comunitárias, igrejas ou sindicatos dos municípios ou localidades rurais. Ao final dessa etapa de mobilização, as famílias que optassem pela inclusão no programa deveriam assinar um termo de adesão, no qual se comprometia com os objetivos do mesmo.

Concluída a etapa de mobilização e seleção das famílias foram iniciadas as visitas de diagnóstico das famílias, aplicando-se um questionário de 25 páginas para levantar informações de caráter social sobre o núcleo familiar, escolaridade, saúde e dados de caráter econômico, vinculados a renda, a área, produção, comercialização, insumos, manejo. Durante a execução do Programa foram realizadas reuniões, cursos ou palestras coletivas mensais nas quais foram abordados temas relativos à previdência rural, políticas sociais, produção agroecológica, políticas de saúde.

Nesta dissertação estudou-se o PBSM - Projeto Fomento dos municípios de Dom Feliciano, Itatí e Lajeado do Bugre.

Itati, situado na região nordeste do Rio Grande do Sul, microrregião de Osório, com 123 Km de distancia da capital Porto Alegre, é limítrofe com os municípios de Terra de Areia, Três Forquilhas, Maquiné, São Francisco de Paula e Três Cachoeiras. De acordo com o IBGE (2016) a população total é de 2.592 habitantes, sendo 91,8% rural e o IDHM¹⁴ (2010) é 0,669. Itati faz parte do Vale do Rio Três Forquilhas, que Heidrich (2005) apresenta uma formação peculiar devido ao seu relevo, oferecendo o contato de áreas de encosta e de planície. “Esta diversidade é intensificada por várias etnias que o colonizaram (alemães,

¹³ De acordo com os formuladores do PBSM não bastava informar sobre a criação do Plano Brasil sem Miséria, era importante que o Estado chegasse até a população em situação de pobreza extrema, e por isso foi criada a Busca Ativa.

¹⁴ O IDHM é o índice composto por três indicadores de desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Para efeito de comparação o IDHM do Rio Grande do Sul é 0,746 e o do Brasil 0,727 (PNUD, 2010).

italianos, luso-brasileiros), e também pela presença de negros descendentes de escravos e nipo-brasileiros, de imigração mais recente. O local onde atualmente encontra-se o município foi uma colônia de alemães criada pelo governo imperial em 1826 (MULLER, 1992). Tais fatos propiciam a ocorrência atual de uma significativa multiplicidade cultural” (NUNES e HEIDRICH, 2005, p. 10329). Além da diversidade étnica, o Vale do Rio Três Forquilhas caracteriza-se por um mosaico de formas de ocupação do solo, com cultivo de banana em áreas de encosta, cultivo de hortifrutigranjeiros, de cana de açúcar, dentre outros. Possui também diferentes níveis de tecnificação, fazendo usos diferenciados de mão de obra e se articula de variadas formas com o mercado. A economia do município está estruturada a partir dessa diversidade da produção agrícola.

O município de Dom Feliciano está localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, na microrregião de Camaquã, distante a 175 Km da capital Porto Alegre. Os municípios limítrofes são Chувиска, Amaral Ferrador, Encruzilhada do Sul, Pantano Grande e São Jerônimo. Segundo o IBGE (2016) a população total é de 15.224, sendo 76,8% rural e o IDHM (2010) é 0,587. Em 1857 foi criada a colônia de São Feliciano para receber imigrantes franceses; com o tempo eles mudaram-se para Santo Antônio; somente a partir de 1890, custeados pelo governo, começaram a chegar à colônia os primeiros imigrantes poloneses. Quando os imigrantes chegaram nessas regiões elas não estavam desabitadas, havia as populações de origem portuguesa, açoriana, negros, índios, e indivíduos resultantes da miscigenação desses vários grupos, os imigrantes poloneses foram se “infiltrando” entre a população que já estava estabelecida (GERTZ, 2011). Segundo dados do IBGE (2016) os descendentes de poloneses hoje são a maioria da população residente. A origem do atual nome deve-se à homenagem ao primeiro bispo gaúcho Dom Feliciano Rodrigues Prates, que vivia em Encruzilhada do Sul. Dom Feliciano foi fundado em 1963, sendo que a economia do município está baseada na produção de tabaco e a maioria das propriedades agrícolas são produtoras de fumo, existindo em menor escala a produção de madeira, criação de gado extensivo e produção de policultivos (milho, mandioca, feijão, etc).

O município de Lajeado do Bugre está localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, na microrregião Carazinho, distante 384 Km da capital Porto Alegre, tendo como municípios limítrofes Sagrada Família, São Pedro das Missões, Boa Vista das Missões, Cerro Grande e Jaboticaba. Segundo dados do IBGE (2016), a população total é de 2.592, pessoas, sendo 71,6% rural e IDHM (2010) 0,613. A origem do nome provavelmente está ligada a

forte presença indígena na região¹⁵; o município está localizado entre as reservas indígenas dos municípios de Tenente Portela e Rondinha. Sendo uma região por onde os moradores das reservas transitavam entre uma área e outra, combinada a presença de um Lajeado, no trajeto era comum o acampamento nessa região, para descansar e fazer artesanatos tendo em vista a quantidade de taquara disponível. Antigamente tinha o nome de Santo Antônio, mas em função da passagem dos indígenas recebeu o nome de Lajeado do Bugre. Essa tese sobre a formação do município justificaria a presença de algumas comunidades no interior do município em que a descendência da maioria dos habitantes é indígena, como é o caso da Esquina Umbu e na Vila Pinto. A população originária que se instalou no município foi sendo expulsa pelos coronéis das regiões vizinhas; a presença de matas e do rio da Várzea fez com que a população se instalasse ali. Até 1992 o município pertencia a Palmeira das Missões. A estrutura fundiária do município é predominantemente de minifúndio, sendo a média do tamanho das propriedades de sete hectares, em que a maior propriedade do município tem 233 hectares. As origens étnicas são diversas: imigrantes italiano, alemães e poloneses, e os originários, indígenas e caboclos, de descendência Kaingang. É um município com base na economia agrícola, com presença das cadeias produtivas de grãos (soja, milho, trigo) e leite, além dos policultivos (mandioca, batata, criação de pequenos animais, amendoim, etc).

5.2.4 O olhar dos mediadores sociais

Os mediadores sociais, implementadores efetivos da política, foram os técnicos da Emater. Eles relataram que o projeto tinha como objetivos promover a segurança alimentar, melhorar a geração de renda e melhorar a qualidade de vida da população rural em situação de vulnerabilidade social.

A população potencialmente beneficiária, inicialmente, era identificada pelo Programa de Cadastro Único (CadÚnico) do MDS e pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) do MDA. Satisfeitas essas exigências, elas estavam aptas a fazerem parte do PBSM. Aquelas famílias inscritas no CadÚnico deveriam ter renda inferior a 77,00 reais per capita mensal. Em geral, o número de famílias que atendiam aos dois critérios ultrapassava o número total de famílias que o PBSM podia atender o que exigiu uma nova seleção. O técnico da Emater relata como se deu o processo de seleção.

A gente tinha uma lista que veio junto com o programa que cruzava o CAD único com a DAP do MDA, então as famílias que estivessem nas duas estariam na lista. A

¹⁵ Informação coletada na entrevista com os técnicos da Emater.

gente tinha 470 famílias, aí a gente pegou e conversou com o pessoal da assistência social, criou o comitê do programa, no comitê participava o pessoal da EMTAER, assistência social, conselho tutelar, secretaria de agricultura, cooperativa de agricultores (COOPACS) e a gente fazia reuniões periódicas e extraordinárias pra dizer como estava o andamento do programa. Quem tinha mais condição de nos ajudar a localizar essas famílias, além da assistência social? Os agentes de saúde. Ai a gente pegou a lista e começou a separar por localidades, como no interior tem três postos de estratégia de saúde da família então a gente achou interessante levar lá na reunião que tinha com os agentes de saúde semanal e levar a lista lá pra conversar sobre o programa, pedir um auxílio pra eles ajudarem a localizar essas famílias (Carlos).

O técnico declara que o processo de seleção foi um trabalho conjunto, no qual o Comitê articulou diferentes instituições, garantindo a participação de diferentes órgãos na escolha dos beneficiários, e mesmo na fase de mobilização. A identificação e a seleção das famílias foram realizadas através dessa rede de articulação construída para a execução do projeto, o que foi considerado positivo pelos entrevistados, pois os diferentes olhares que cada órgão tinha a partir do seu trabalho com essa população permitiu efetivar o trabalho dos comitês do PBSM em cada município.

No caso de Dom Feliciano relatado acima, o elevado número de famílias que atendiam aos critérios do Programa - um total de 470 famílias- estava muito acima daquele número de selecionados, ou seja, 100 famílias. É importante esclarecer que as 470 famílias resultaram daqueles agricultores que ao mesmo tempo atendiam ao critério de possuir DAP (condição verificada por lista emitida pelo MDA) e estar inserido no Cadastramento Único (condição verificada por lista emitida pelo MDS). De acordo com o técnico, existiam famílias que não estão em nenhuma das duas listas, mas que se encaixavam no perfil que o programa visava atender. Portanto, o número de famílias que não foram atendidas pelo PBSM foi elevado, o que indica que mesmo as políticas “ultra focalizadas” não estão atendendo a todos os considerados “extremamente pobres” pelo governo. A utilização do Cad Único e da DAP como critérios de seleção foi considerada insuficiente pelos profissionais de ATER. Pessoas em situação de vulnerabilidade social, que não estavam cadastradas nesses programas, foram localizadas por meio das visitas individuais dos técnicos, mecanismo denominado de busca ativa¹⁶. O mecanismo de busca ativa colocou os técnicos do estado em contato com muitas pessoas que até então eram excluídas das políticas, e que não tinham sequer documentação pessoal, como descreve o técnico da Emater de Lajeado do Bugre.

¹⁶Mecanismo no qual o extensionista rural percorreu o interior do município, a partir de orientações dos agentes de saúde e de moradores locais, para encontrar os agricultores que não estão inseridos nem no cadastro único, nem possuem a DAP.

Tinha família que não tinha documentação pessoal, não tinha CPF, título. Dai a gente fez três mutirões de documentação, pra fazer carteira de identidade, CPF, o que eles precisassem. Certidão de casamento, segunda via de nascimento, de identidade, carteira de trabalho, tudo era feito aqui no município. No primeiro atendimento nós fizemos 125 carteiras de identidade, sem custo. Era INCRA/MDA, conhecido como documentação 100%. Mas ainda tem gente fora, tinha muita família que o filho não tinha documento e a gente conseguiu fazer. A gente fazia DAP, o INSS veio para fazer o NIS, e fazia também formação. A gente fazia a DAP deles como posseiro, conforme a realidade de cada um e o pessoal da prefeitura fazia bloco do produtor (Pedro).

A confecção de documentos para os beneficiários identificados pela busca ativa teve variações nos municípios estudados. No caso de Dom Feliciano foram necessárias negociações específicas, pois se corria o risco de alguns agricultores não alcançarem acessar o projeto. Dentre os documentos exigidos aos beneficiários estava a DAP, que de acordo com o MDA era o documento que comprovava a identidade de agricultor familiar. Para obter-se a DAP era necessário que o agricultor se dirigisse a um órgão credenciado portando o bloco do produtor rural com movimentação comercial e o documento da terra. Porém, a maioria dos beneficiários do PBSM – Projeto Fomento além de não produzir em escala comercial, não estava com a situação da terra regularizada, pois são sem terras, posseiros, herdeiros sem documento, dentre outras condições precárias de acesso a terra. Esses agricultores estariam excluídos da política, pois não teriam como comprovar que eram agricultores. Diante dessa situação, com a maioria dos beneficiários do programa sem a DAP, os profissionais de ATER buscaram alternativas para as exigências da política, como demonstra o relato do técnico Carlos:

Começou a parecer muitas famílias sem a DAP, algumas tinham vencido. Fomos ver com o pessoal do sindicato, que é quem faz a DAP. Então a gente solicitou a eles para fazerem a DAP, eles disseram que precisava de nota até tal valor e mais outras coisas. Mas a questão não é essa, a questão é que o agricultor precisa ter DAP, se ele não tiver nada de qualquer valor ele deve ser enquadrado numa DAP também. DAP e bloco é um direito do agricultor, se ele produz para o autoconsumo ele tem o direito de ter nota, o consumo dele é pra casa, mas ele tem direito de ter, é direito do agricultor. [...] Estava muito moroso, a família não conseguia fazer a DAP com o sindicato porque a maioria não tem documento de terra. Outros não tinham nota, mesmo sendo a DAP B eles acharam que era obrigatório ter nota. Mas no programa não fala isso, fala da renda e se é agricultor, se planta, se ele tem atividade no entorno, aí a gente enxerga que não tem necessidade de ter nota. A gente foi bem no fundo da questão; o programa, a lei, e tal se for muito fechado tu exclui muito, então a gente tem que enxergar além. Nós nos credenciamos para fazer DAP. Então nós começamos a fazer. 64 DAP's foram feitas, a maioria DAP B. Naquela correria nós fizemos.

Outro risco de exclusão relatado pelos profissionais da ATER era o fato de o beneficiário não ter os pré-requisitos documentais exigidos (estar no CadÚnico e ter DAP),

ainda que tendo a condição de vulnerabilidade social constatada. No relato abaixo o técnico descreve o processo de inclusão de uma família que não estava no CadÚnico, porém atendia ao perfil que o programa visava alcançar.

A dona M.L., da Cavadeira, não estava no CAD único. Qual é a situação dela? Ela mora com o marido, os filhos já não estão em casa e tem uma situação de vulnerabilidade tremenda. Mora num barranco daqueles que você vê nas imagens do Rio de Janeiro. Não tem uma chácara, tem a casa dela e aí tem uma horta. Ela tem todo o perfil. Aí a minha colega [socióloga da equipe técnica da Emater] com toda perseverança dela conversou bastante com o pessoal da assistência social, pediu para eles fazerem mais uma visita, para reconsiderar, apresentou todos os elementos da renda, falou da situação de dificuldade, de informação, de acesso. Então conseguiram se inscrever no CAD único. Impressionante a mudança daquela família (Carlos).

No entanto, houve situações em que não foi possível a inclusão da família no Programa, mesmo o técnico de ATER avaliando a condição de vulnerabilidade e atendendo aos critérios da DAP e CadÚnico. A exclusão se deu pela ausência de documentos que comprovassem os gastos.

Tem uma [beneficiária] que foi excluída, pois ela tem problema psicológico, mas ela estava dentro do perfil. O programa acaba não vendo esses detalhes, tu pega uma família e ela tem todo o perfil, ela é a que mais se encaixa, mas ela não consegue dar continuidade por questões de dificuldades psicológicas, então tinha que ter uma saída. A assistência selecionou, ela está no perfil, mas ela não conseguiu dar continuidade, se atrapalhou, ela não entendeu. Se eu não me engano o projeto dela seria para o filho comprar um cavalo para trabalhar com o extrativismo, eles fazem extrativismo da samambaia. Só que era uma família toda atrapalhada, deu bastante confusão, porque tu tem que apresentar nota, tem toda uma parte burocrática que a gente teve que dar bastante assistência, que não funcionou com eles (Mari).

Os critérios e as regras que integram uma política pública estão sujeitos a interpretações dos técnicos de Estado que realizam o processo de mediação social, influenciando a interação entre os mesmos e os beneficiários, decorrendo em variadas possibilidades de apropriação da política formulada. Um exemplo dessa situação pode ser constatada na exigência documental, como observado nos relatos acima. Os documentos, sempre solicitados para o acesso às políticas públicas, podem ser compreendidos pelos técnicos do Estado, por um lado, como a comprovação da condição de beneficiário da política; por outro, pode apresentar-se como uma etapa fim, e não meio para o acesso à política; ficando os objetivos na política em segundo plano.

Tais situações demonstram que, apesar de os critérios de seleção estarem claramente definidos no manual da política, na prática surgiram impasses que implicaram negociações

entre os diferentes agentes do Estado ou entre esses e os beneficiários. A existência de tensões e seus desdobramentos, não previstos anteriormente, demonstra que a execução de uma política, bem como o processo de mediação, envolvem relações subjetivas, cuja origem burocrática choca-se com a complexidade da realidade no momento da execução.

Pra mim tem toda essa questão do sistema, que era engessado, fechado, ele tinha toda uma... era daquele jeito que tinha que ser... e claro, era pra ti organizar e orientar, mas tu está usando dinheiro público, ele tem que te amarrar de um jeito que isso saia, que não tenha nenhum jeitinho. E isso é difícil quando tu lida com a vida, porque a vida não é assim, o papel aceita tudo. Eu entendo o processo, mas quando tu vai lidar com a vida e com as pessoas, tem um vácuo aí, eu senti um pouco isso (Mari).

Esse vácuo, mencionado pela técnica da Emater, aponta para possíveis contradições intrínsecas às políticas: como lidar com as regras do “sistema” e com a vida? Apesar de considera-las necessárias, a funcionária sabe que a vida não segue, necessariamente, a ordem e o ritmo que as normas burocráticas estabelecem para a implementação de políticas públicas. Como afirma Scott (1998) em seu estudo sobre legibilidade do Estado, as regras são necessárias para simplificar a realidade complexa e tornar possível a ação da burocracia estatal. É interessante destacar que as práticas de governo, com imposição de regras para acesso à política, vão tornando essa população, até então distante das políticas públicas para a agricultura familiar, legível à burocracia do Estado. Podemos citar algumas regras como: a confecção de documentos específicos (como é o caso da DAP que identifica a condição de agricultor familiar), os diagnóstico das propriedades beneficiadas, a inserção no cadastramento único (que classifica conforme a renda), dentre outras.

Observando os posicionamentos dos atores políticos que participam na elaboração e execução das políticas públicas percebe-se diferenças de compreensão quanto ao papel e a forma como a burocracia deve ser aplicada. Na opinião dos mediadores sociais, as regras burocráticas são necessárias, porém não podem inviabilizar a implementação da política. O diálogo abaixo expressa a interpretação de um técnico de ATER, em que o mesmo manifestou sua preocupação com as regras burocráticas na fase de capacitação para o projeto:

Quando o pessoal da regional esteve aqui para discutir o projeto, eu coloquei para eles: “pelo amor de deus vocês não me tragam aqui um projeto no qual a burocracia seja maior que o benefício. Onde é tão burocrática que inviabiliza sua execução. Onde pra tu dar uma galinha pra família ou pra melhorar a alimentação da família você tenha que fazer uma pilha de papel e documentos na formatação”. Sugeri que fosse uma política pública de fácil execução que pudesse centrar os esforços para ocorrer uma mudança mínima na realidade das famílias, com o mínimo de burocracia possível e ao mesmo tempo você pudesse fazer e fiscalizar a execução do recurso, onde a gestão ficasse também com autonomia na família (Pedro).

Na declaração do técnico da Emater fica evidente sua compreensão da importância da existência de regras burocráticas, na medida em que ela tornasse eficiente o andamento do projeto. Após uma fase de consulta aos escritórios da Emater, a forma de execução do plano foi reformulada, o que foi avaliado como positivo pelos profissionais da ATER.

Foi bem menos burocratizado, porque inicialmente quando eles vieram, eu disse nem pensar. O pessoal em Porto Alegre do RS mais Igual, no início eles ficaram meio assustados, acharam que a gente tinha sido um pouco... a gente colocou as coisas na real... então foi bem fácil, de boa execução (Pedro).

Dentre as dificuldades burocráticas relatadas pelos técnicos da Emater está a exigência de lançamento do diagnóstico em um programa *on line*, o Siga Livre, no qual era necessário fazer o cadastro com as informações das famílias visitadas. Porém, o Siga Livre não permitiu a elaboração de relatórios, o que tornou o Programa inviável sendo perdido todo o trabalho de cadastramento das quase seis mil famílias.

Após a fase de seleção, a equipe técnica realizou visitas para serem aplicados questionários com o objetivo de obter dados para a elaboração do diagnóstico sócio econômico das famílias. Esse diagnóstico também foi utilizado na análise dos projetos produtivos que foram posteriormente elaborados.

A gente precisava fazer um diagnóstico das famílias. Tem um relatório de 25 páginas, com um diagnóstico bem detalhado. Era feito por nós através de visitas e eram levantados todos os dados, pra saber sobre a propriedade, terra, casa, banheiro, cômodos, quantos filhos, o que tem e o que produz (Carlos).

As visitas eram realizadas, em geral, por dois técnicos, um da área do bem estar social e outro das agrárias. Concomitante às visitas foram organizados espaços formativos coletivos com os beneficiários por meio de cursos de capacitação, viagens de intercâmbio de experiências, participação em conferências, mutirão de documentação, dentre outros.

Os técnicos de ATER entrevistados identificaram à importante a presença das mulheres como principais beneficiárias dessa política pública, o que foi considerado uma forma de inclusão de na gestão do programa, como tem sido a experiência da bolsa família. Na visão do técnico da Emater Pedro, a centralidade da mulher na gestão permitiu que o recurso fosse aplicado em interesses imediatos da família, em geral vinculados à alimentação e ao cuidado com os filhos, além de, aos poucos permitir, a desconstrução do machismo.

O bolsa família hoje praticamente 99% da gestão é feita pelas mulheres, e aí é um dos programas que você trabalha um pouquinho da gestão do recurso familiar através da mulher, nós temos muito impregnado o machismo no meio rural, onde o homem que faz toda gestão da propriedade e do recurso e a mulher só trabalha e é muitas vezes, pelo menos na atividade leiteira é ela que mais trabalha mas não faz a gestão.

A elaboração do projeto produtivo constituiu a etapa posterior às visitas e às capacitações. Os trabalhadores de ATER consideraram a autonomia atribuída às famílias nessa etapa um mecanismo fundamental para o sucesso do projeto, pois, se a escolha é da família as chances de sucesso do projeto são grandes. Cada família optou por seu projeto produtivo, decidindo em que seriam investidos os R\$ 2.400,00. A participação da equipe de ATER, segundo os mesmos, foi na orientação e execução técnica do projeto.

Para a escolha dos projetos produtivos, apesar da autonomia da família, houve um trabalho de orientação, durante as visitas e as capacitações, voltado ao atendimento de demandas relacionadas à segurança alimentar e à geração de renda. O texto a seguir descreve como foi o trabalho de um dos técnicos na etapa de elaboração do projeto.

A gente conversava, mas a decisão sempre era deles, a gente não queria interferir, mas a gente queria só orientar. Você não vai conseguir plantar, pra ter 30 galinhas não vai ter espaço suficiente, ah vai deixar de plantar seu fumo pra plantar o milho. Se for comprar milho, está 40,00 a saca, precisa fazer o planejamento de tanto milho pra tanto tempo, daí ele vai esgotar todo o recurso comprando o milho e não vai adiantar (Carlos).

A autonomia concedida aos agricultores foi decisiva para que eles refletissem sobre como e onde eles desejavam investir seus recursos; a orientação técnica indicava que o mesmo deveria potencializar alguma atividade, que a família já desenvolvia, visando a melhoria na alimentação. Apesar da orientação, as demandas foram as mais diversas, tendo em vista as diferentes realidades e as privações historicamente acumuladas. No município de Itati, a técnica relatou o caso de uma família que utilizou o recurso para resolver o problema de saneamento.

Seu G., por exemplo, não tinha água encanada, e agora ele tem, uma das coisas que a gente fez no projeto foi para o saneamento, caixa d'água. Pra ele poder investir na produção ele precisava de água encanada, e ele não tinha, então isso faz parte do projeto. Não adiantava plantar sem poder irrigar. O projeto produtivo dele era de mudas, mangueira, caixa d'água (Mari).

A autonomia das famílias na elaboração do projeto provocou um debate sobre o próprio trabalho da extensão rural e o papel do mediador. O que significa autonomia da família? Para os técnicos entrevistados significou aceitar a escolha da família, o que se

traduziu em pelo respeito à cultura e ao modo de vida, atitudes que demandam a compreensão de que as escolhas das famílias são as melhores na avaliação delas, nem sempre coincide com a percepção dos técnicos.

Ao fazer o trabalho a gente focou em não buscar o resultado que a gente espera, mas o resultado que elas esperam, o que a realidade dela pode. Não elas contentar aquilo que a gente quer, mas tentar fazer com que elas dêem as respostas que é possível no ambiente em que elas estão, e não ficar julgando: “ah, a família do vizinho correspondeu muito mais. Porque você não tem jeito, foi um dinheiro colocado fora”. Até porque se 2.400,00 resolvesse o problema do mundo a gente resolvia os problemas com um mês de trabalho. É um problema de vida, não resolve esse problema com 2.400,00, não é verdade? É um valor que pode fazer uma grande mudança, de pessoas que muitas vezes depende de 100, 200 por mês, então seria um dinheiro focado (Carlos).

Com relação à aplicação dos recursos, os técnicos analisaram situações nas quais alguns agricultores não conseguiram aplicá-lo de acordo com o previsto no projeto, tendo em vista alterações na realidade da família, que impuseram prioridades diferentes daquelas planejadas. Para alguns profissionais entrevistados, essa é uma questão que faz parte da dinâmica das famílias que estão em situação de vulnerabilidade e, portanto, deve ser considerada como adequações que visam atender às demandas mais urgentes dos beneficiários, e não como um desvio do objetivo.

Teve uma senhora que fez todo o projeto pra horta e pediu pra comprar uma vaca, pois tinha quatro crianças pequenas, daí a gente trocou o projeto produtivo dela, porque a vaca que ela tinha morreu. Ela estava sem leite. Daí esses ajustes nós fomos fazendo ao longo do tempo (Carlos).

Eles chegaram a trazer notinha de chocolate, o primeiro chocolate que puderam dar para os filhos, e tu ia dizer o que? Que não podia? Não, foi a primeira vez que puderam comer. Bolachinha recheada... uns trouxeram a nota... que a criança pediu na hora na compra, você ia dizer o que pra eles? “Não; você não pode fazer isso?” Uma criança que sempre viu os outros e nunca tinha acesso! Vai julgar de que jeito? (Pedro).

Foi identificada uma postura de flexibilidade entre alguns profissionais e os beneficiários, o que possivelmente está relacionado com a concepção desses profissionais sobre o projeto. Para eles está claro que o recurso disponibilizado não tinha um alcance em que fosse possível transformar a vida das famílias, o projeto pôde proporcionar acesso a alguns recursos de prioridade imediata, dimensão que é relativa de uma família para outra. A prioridade de uma família pode ser melhorar a estrutura produtiva para a comercialização; para outra família a prioridade pode ser a aquisição de comida para a alimentação daquele mês.

Nesse processo de interação entre técnicos e beneficiários, como é descrito no exemplo acima, ocorrem situações variadas e imprevistas: solicitação de documentação, troca de projeto produtivo, permissão para compra de alimentos, etc. Essas ações correspondem a intenção dos beneficiários em tornar a política mais adequada às suas demandas. Mesmo sendo uma ação pontual, os sujeitos sociais desenvolveram mecanismos para apropriarem-se da política, o que pode ser visto como manifestação da agenda dos agricultores na interação com os técnicos do Estado.

Como relatam os profissionais de ATER, grande parte das famílias recebeu a assistência técnica da Emater pela primeira vez, a partir do projeto Fomento. Para a instituição essa foi uma experiência nova no trabalho de extensão rural, o que causou estranhamento e rejeição por parte de alguns profissionais, num primeiro momento.

O primeiro contato com a população foi identifica situação de muita pobreza, problemas de toda natureza, problema de alcoolismo, de violência, de moradia, de autoestima [...] E uma dificuldade muito grande para os técnicos da Emater, “Ah eu não vou trabalhar com esse aí, ele toma cachaça, não dá retorno, com esse aí não adianta trabalhar, é perda de tempo...” Então houve um primeiro momento muito difícil de passar. Mas aí o pessoal começou a trabalhar e começou a ver que começou a vir respostas, claro, não 100%, mas repostas muito satisfatórias e que acabou tendo uma espécie de quebra de paradigma dentro da Emater e hoje acabou se criando um certo acúmulo de experiência pra isso (Marcio).

Em estudo recente sobre os legados do PBSM no Rio Grande do Sul, Bernardi (2015) afirma que os técnicos passaram por processos de formação, tendo em vista a novidade da temática da pobreza no trabalho da extensão rural. Um primeiro momento da formação foi organizado pelo MDA e MDS que estruturou uma capacitação inicial voltada a compreensão do fenômeno da pobreza. Na sequencia foi disponibilizado o curso “Desigualdade e Inclusão produtiva I” por meio de uma plataforma virtual denominada Programa de Aprendizado em Rede que foi oferecido à equipe de suporte operacional central e regional da Emater. Houve ainda uma segunda versão desse curso em que se disponibilizou para as equipes municipais da Emater envolvidas com a execução do Projeto Fomento. Esse processo de capacitação sobre a temática da pobreza refletiu nas equipes como foi possível observar nas entrevistas.

Os técnicos da Emater denominaram essa população, historicamente excluída das políticas públicas, como aquela que vive na “invisibilidade”. Alertando para a importância das ações do projeto Fomento, e do PBSM como um todo, em trabalhar com esses agricultores “invisíveis”.

Tinha um público que já era da Emater, mas tinha um público que não, eram os excluídos, era um público que nós não chegávamos especificamente a eles, mesmo morando no meio rural, porque eles não estavam dentro de um processo normal da terra, de financiar, participar de grupo, serem produtores, é um público que estavam lá sobrevivendo naquele espaço dele, não digo que seja a grande maioria, mas uma boa parte a gente conseguiu chegar até eles a partir do fomento (Pedro).

Para a equipe técnica de Lajeado do Bugre essa política foi fundamental para colocar em contato a extensão rural com famílias que até então nunca tinham recebido assessoria técnica; a política foi a “porta de entrada” para iniciar um trabalho contínuo com essas famílias que, atualmente, integram outros programas da extensão rural, como os programas Sombra Pasto e Água (SPA), Programa Segunda Água e Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)¹⁷.

Pena não ter vindo alguns anos antes, você poderia ter iniciado esse trabalho com as famílias antes. Várias famílias que já estão numa idade, acima dos 50 anos, que talvez agora a gente tenha uma grande demanda de trabalhar com os filhos dessas famílias. Nós conseguimos o projeto PAIS, Produção Agroecológica Integrada Sustentável, financiada pelo Banco do Brasil, para 15 famílias, e aí nós também direcionamos o PAIS para essas famílias que também tinham recebido o fomento. A gente focou nessas famílias para ir proporcionado para elas um passo a mais de políticas públicas, aí também nós conseguimos no estado viveiros de silvicultura. Aí nós encaminhamos dentro das 100 famílias, não todas, porque aí tem famílias que tem políticas públicas que não cabe, porque a família não tem área. O projeto segunda água, 40 famílias, para aquelas que tinham espaço, e a gente foi focando as outras políticas públicas que mais se precisava, onde era possível instalar a gente fez a produção agroecológica de alimentos com eles. Em seguida a gente começou a feira de produtores, que é toda sexta feira, são quatro famílias, uma delas está no projeto do fomento. Então tem muitas famílias que transformou muito a partir do fomento. Abriam outras políticas públicas, outras portas, janelas e eles foram conseguindo inserir (Pedro).

Em Dom Feliciano, o PBSM também é apontado como exemplo de uma política que desencadeou um processo de relação entre a Emater e a população que se encontrava na invisibilidade. Por meio do PBSM foi possível articular as demandas das famílias às outras políticas públicas existentes. A partir do contato com as famílias, a assistência técnica relatou que começou a surgir uma série de questões relacionadas como o saneamento básico, condição da habitação, documentação pessoal, regularização fundiária, dentre outras, que

¹⁷ O Programa Sombra Pasto e Água (SPA) é um projeto de fomento a atividade leiteira que envolve 100 famílias de agricultores do município de Lajeado do Bugre por meio de visitas de assistência técnica e oficinas mensais nas comunidades, abordando assuntos de interesse das famílias, procura-se contribuir para o aumento da renda e qualidade de vida, promoção da organização de grupos e lideranças, incentivo a permanência no campo e a sucessão rural e apoio à gestão e ao planejamento familiar. Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) objetiva a produção de alimentos saudáveis a partir de tecnologias de base agroecológicas, promoção da assessoria técnica e a inserção desses alimentos nos mercados locais e institucionais. No Rio Grande do Sul, o PAIS é coordenado pela Fundação de Educação para o Associativismo, juntamente com entidades dedicadas à agricultura familiar. A Emater é executora deste projeto, que contemplou, o município de Lajeado do Bugre a partir da inclusão de 15 famílias. Cada família recebe um kit com os insumos e materiais para a construção de um galinheiro e canteiros de hortaliças.

passou a colocar novas demandas para a ATER. Assim, foi possível inscrever as famílias nos projetos de banheiro externo da FUNASA, no programa de habitação Minha Casa minha vida, além de realizarem, com o apoio do MDA um mutirão de documentação da mulher trabalhadora rural.

Hoje já tiveram três aqui procurando, vieram pedir semente. O técnico Eduardo fez um trabalho muito legal com resgate de sementes, daí ele começou a trazer muita coisa de fora. O pessoal gostou muito, estão levando, trocando. “Ah, essa o meu vô tinha, e se perdeu”. Isso retoma a um tempo, de lembrança, que se perdeu. Porque essa loucura de hoje. Estão trabalhando pra poder comprar comida pra casa, para o dia, não tem tempo pra fazer muita coisa. A gente os encaminhava também, se precisasse, como se criou uma relação, a gente virou meio um porta voz. Ah, deu problema, não da pra passar na estrada. Daí a gente conversava com secretário de obra. Água. Muita dificuldade com água e saneamento. A gente tinha varias famílias que não tinham banheiro (Carlos).

Para Pedro, a avaliação da política não deve estar centrada simplesmente no que se refere à execução do recurso e sua aplicação, ou não, no projeto produtivo, mas na possibilidade de inserção desse sujeito, até então excluído, em partícipe de outras políticas públicas.

Numa família que a partir do fomento, foi identificado, resolveu o problema de abastecimento de água, resolveu o problema de habitação, foi muito além do que se esperava. E essa é a questão que se preocupa porque as vezes o pessoal não consegue identificar. Eles pegam o envelope e vão olhar somente o que foi planejado. Ah, não foi feito, ah não cumprir bem o objetivo porque comprou novilha e era vaca, por exemplo. Se ele ficar focado só na linha da execução, agora se ele conseguiu olhar que chegou outras políticas públicas ele foi muito além, esse povo estava excluído, invisível. Eu acredito que foi muito além.

A técnica Karina da equipe de assistência social do município de Lajeado do Bugre avalia os resultados do plano como variáveis, correspondendo a diversidade de situações entre os agricultores tradicionais.

Tem caso de família que a necessidade era sustentabilidade em alimentação. Ai com esse incentivo do programa, ela conseguiu se reorganizar. Através dele conseguiu tipo... não acessou mais o programa [bolsa]. A família começou a produzir... então cada família é um caso. Não é só um caso. Então não é só aumentar a renda. Tem que trabalhar em tudo, saúde, organização da propriedade. Eu vi que tinha muita necessidade. A gente vê que a família tem condições de ter alguma coisa, e não produz. Então é uma falta de organização. Eu trabalhei muito essa questão que elas tinham que se autosustentar, com comida.

A constatação de que a maioria dos agricultores do programa estava em situação de acesso precário à terra foi informada por todos os profissionais de ATER como a grande questão que precisa de mais atenção. Tal realidade, evidenciou certas características da vida

econômica e social dessas famílias, principalmente, a impossibilidade de produção agrícola numa escala maior que o autoconsumo, a dificuldade para obter a aposentadoria rural, impedimentos para acessar políticas habitacionais. O técnico relatou frustração dos agricultores por não poderem participar de programas habitacionais por não terem acesso legal à propriedade da terra.

O pessoal criou uma expectativa com um programa municipal de habitação, mas não andou. Era vinculado ao programa federal com contra partida do município, a maior contrapartida poderia ser a prefeitura se responsabilizar perante a Caixa que nesse terreno não vai ser feito uma negociata e garantir a posse. Essas famílias não têm documento da terra, não tem a posse. Essa é a maior dificuldade hoje, não ter o documento pra poder acessar (Carlos).

Outra situação crítica é relativa à aposentadoria dos agricultores. Pela falta da documentação exigida, situação observada em diversas famílias, eles estão excluídos desse benefício.

Muita gente chegou à época de se aposentar e não tinha o bloco. Muita gente que trabalha no setor administrativo acha que quem trabalha no setor da agricultura é quem trabalha em cima de uma colheitadeira, com ar condicionado, com aqueles grandes aparelhos de aplicar veneno. Na cabeça deles é aquela agricultura que existe, eles não sabem que tem agricultor que nunca conseguiu tirar um bloco porque não tinha documento da terra. Então a pessoa trabalhou a vida toda no meio rural e chegava na hora de aposentar não tinha o documento da terra (Pedro).

Os técnicos de ATER entrevistados por essa pesquisa ressaltaram a importância do trabalho junto aos agricultores tradicionais e a satisfação profissional em trabalhar com essa população. Durante o trabalho de campo, todos os projetos do PBSM já haviam sido encerrados. Em Lajeado do Bugre o projeto iniciado em 2012 foi finalizado em 2014, o mesmo aconteceu com Dom Feliciano; Itati entrou na segunda fase, iniciada em 2013 e encerrada em 2015. Como parte da finalização, os beneficiários receberam visitas de avaliação do projeto pela família. Além disso, as equipes da Emater/RS participaram de um seminário estadual de avaliação, realizado no início de 2016. De acordo com o interlocutor Marcio, o PBSM pode promover impactos a partir do trabalho da extensão rural, que coloca os agricultores em contato com outras políticas.

O principal do programa não é fornecer os R\$2.400,00 para a família, mas é ele funcionar como um cartão de entrada para ligar os serviços da extensão rural com aquelas famílias que viviam na condição de isolamento, que não tinham acesso a nenhum tipo de política pública. E agora nós estamos conseguindo fazer chegar as políticas públicas e está gerando uma situação interessante. Por exemplo, a habitação, o PAA, PNAE. Então a gente vai lá trabalha, faz a visita, o projeto, mas o principal é quebrar o isolamento social. E o debate que estamos fazendo agora é

"bem dois anos não é suficiente! Se tu parar a família volta a situação que a sociedade empurra ela pra baixo!", o desafio nosso é como dar continuidade ao trabalho de assistência técnica (Marcio).

Os agricultores, que antes do projeto Fomento não tinham acesso aos serviços da Emater, passou, pelo menos uma parcela, a buscar o atendimento público oferecido pela empresa. Em Lajeado do Bugre houve a continuidade do trabalho com esses mesmos técnicos, a partir da inserção destes agricultores em outros programas, como SPA e PAIS. A metodologia de trabalho destes programas consiste na formação de grupos por proximidade, realizam-se reuniões, capacitações e intercâmbios entre os próprios agricultores, com o auxílio técnico da ATER. De acordo com os técnicos da Emater os agricultores tradicionais tornaram-se incluídos quando começaram a participar dos grupos, pois a partir daí elesse inseriram na dinâmica produtiva da comunidade.

Eles estão agora incluídos no projeto sócio assistencial do ano que eles estão executando no escritório da Emater, onde prever visitas individuais pra eles a gente trabalha coletivo pra ele, a continuidade da conscientização dessas famílias, do acesso às políticas públicas e também desenvolver atividades pra eles que possam continuar melhorando a alimentação das famílias, continua o trabalho da extensão rural com eles, não parou a partir do fim da execução do programa (Pedro).

Boa parte do pessoal que era do PBSM fomento agora está inserido em outros grupos do município, grupo SPA não é mais o grupo específico do Brasil Sem Miséria, está inserido nos grupos da comunidade, inclusão social, agora eles estão incluídos em grupos de alimento, de leite, projeto PAIS (Tiago).

Pelas informações dos técnicos da Emater de Lajeado do Bugre, o trabalho com os agricultores tradicionais provocou mudanças internas no planejamento dos trabalhos da equipe. Ela buscou alternativas para manter a inserção desses agricultores no trabalho da extensão rural e passou a discutir metodologias de trabalho conjunto entre os agricultores da comunidade, como é destacado pela entrevistada Michele:

Quando a gente faz os grupos com eles a gente não busca nós ir lá pra frente ficar falando, a gente quer que eles participem porque eles tem muito conhecimento, então fazer essa troca com eles. Então esse momento dos grupos com as famílias, todo mundo contribuiu, mesmo os que não têm tanta experiência estão contribuindo, os que fizeram uma atividade diferente. O grupo do leite é um exemplo. Quando começou a participação era mais masculina, dai a gente foi incentivando as mulheres e os jovens a participarem, onde nós estamos conseguindo trabalhar a questão da sucessão familiar, questão da divisão dos lucros da propriedade pra tentar manter a família com renda e com qualidade de vida. Então são varias atividades que a gente vem fazendo com esse grupo, elas são permanentes, na verdade. A etapa do projeto foi concluída, mas a gente procura inserir eles em outros grupos de acordo com as atividades de interesse deles, então é um trabalho contínuo (Michele).

Para a coordenação geral do PBSM no Rio Grande do Sul, que também foi relatado pela equipe de Dom Feliciano, um dos principais desafios na atualidade é justamente sua continuidade, sendo destacado por Carlos como um problema:

Não conseguir dar sequência. Você cria um vínculo. É o melhor público pra ti trabalhar, eles te escutam, tiram tempo pra ti, abrem a casa, fazem um café um chimarrão. Eles têm atenção, eles enxergam a gente como alguém que agrega alguma coisa pra eles, isso é bem legal. A gente queria poder atender mais eles.

Nesta parte foi analisada a visão dos mediadores sociais no processo de implementação da política. Uma das inovações do PBSM foi considerar que a população em situação de pobreza eram sujeitos capazes de serem incluídos a partir da produção. Como destaca Mello *et al.* (2015) ao afirmar que o aprimoramento do processo produtivo das famílias beneficiadas se daria mediante acompanhamento individualizado e continuado de assessoria técnica, vinculada a disponibilização de recursos não reembolsáveis investidos na estruturação de suas atividades econômicas. A política inova também quando articula a disponibilização de recursos com a assistência técnica. Esse aspecto é interessante destacar, pois para uma boa parte dos agricultores entrevistados a relação com a Emater foi iniciado com esse programa.

5.2.5 A percepção dos agricultores tradicionais

Este subcapítulo tem por intuito dar voz aos agricultores tradicionais, a partir da análise das relações estabelecidas com o Plano Brasil Sem Miséria, buscando avaliar se os agricultores apropriaram-se (ou não, e se apropriaram como apropriaram) da política. Apropriação é entendida como a incorporação da política ao modo de vida e à racionalidade produtiva dos agricultores.

5.2.5.1 O contato com a política

De acordo com o relato dos agricultores, o PBSM foi apresentado a eles através de reuniões e/ou visitas organizadas pela Emater, através das quais tomaram conhecimento do funcionamento do projeto. A maioria dos agricultores relatou que o PBSM foi o primeiro projeto do qual participaram, quando passaram a conhecer o trabalho da extensão rural. Nos

trechos das entrevistas abaixo é possível identificar o esforço das agricultoras para participar das reuniões.

Acho que foi o Carlos que veio e começou a orientar as pessoas. Eu comprei a tela pra horta, as galinhas e a bomba d'água e a caixa d'água eu também comprei. Nunca tinha vindo um projeto desses, a primeira vez foi essa. Eu fiquei faceira, porque se a gente vai trabalhar a gente não compra essas coisas, porque não sobra, aí a gente não compra a tela, por exemplo, por isso que eu gostei. Saía as reuniões, e em cada reunião elas davam as dicas do que tinha que fazer, saía reunião ali do CTG em Dom Feliciano, eu fui em todas. (Odete).

O Alexandre e o Ricardo chegaram aqui, eu não conhecia o pessoal da Emater, daí eu fiquei conhecendo eles. Eu disse pra eles que eu não tinha terra no meu nome, eles me disseram que iam ajeitar pra mim e pra minha irmã. Fui numas quantas reuniões, dei umas duas viajadas, pra Montenegro e Morrinhos e daí fora as reuniões, em Itati, no Arroio. Quando a gente foi convidada a gente sempre foi. Nunca tinha participado de reunião antes, eu gostei bastante (Rosa).

Os beneficiários avaliam que o projeto foi de fácil acesso, todas as exigências burocráticas foram facilmente resolvidas juntamente com os técnicos da Emater, não representando, na avaliação dos agricultores, empecilho para o acesso à política. Como afirma a interlocutora Neusa “não teve muitas correrias, assinamos uns papéis e esperamos vim o recurso”. De acordo com a Entrevistada Fabiana “os documentos nós tínhamos, só fizeram a DAP pra mim, que essa eu não tinha”. O que também é confirmado pelo agricultor, abaixo:

Era exigido um monte de documento. Eu tinha tudo. Pedi minha identidade, meu CPF, o bloco de agricultor, certidão de casamento. Todos esses documentos foram pedidos e eu tinha tudo. E eu também participei de um monte de reunião, se é uma coisa pra me ajudar então eu também vou ajudar, eu vou ir lá (Otaviano).

Eu já tinha DAP aí ficou mais fácil, não precisei nenhum documento novo, já tinha bloco. Eu participava das reuniões, sempre eu ia. Foram umas 4 reuniões e várias visitas (Elenice).

Além da documentação, os agricultores precisavam participar das atividades coletivas de formação e capacitação técnica com frequência mínima obrigatória de 75%, critério para ter acesso ao recurso. Na opinião dos beneficiários essas atividades contribuíram para o conhecimento de práticas agroecológicas e a integração com demais membros da comunidade. Para Vera o projeto “ajudou bastante, foi bom, a gente aprendeu muita coisa”.

Eles ligavam pra gente. Eu fui numas quantas reuniões. Antes eu não ia, e gostei, por que aí eu entretinha, e antes era só em casa, na reunião eu entretinha, eles faziam brincadeiras lá. De primeiro não saía quase de casa. Às vezes a gente ia em Camaquã, ou outros lugares, no colégio pra fazer bordação, guardanapo, pintura de caixinha, essas coisas. Era bom, entretinha (Clair).

A gente participava de vários cursos, educação do campo, convenio da UFRGS e fundação do governo do estado. Nos cursos tinham palestras boas, o almoço era bom também, as conversas, o encontro com as pessoas era muito bom, a gente aprende muita coisa, só não guarda na ideia tudo que deveria guardar e maior parte das coisas a gente escreve, eu guardo os papeis também ai não esquece (Elenir).

A equipe técnica da Emater de Lajeado do Bugre elaborou estratégias para que os agricultores do PBSM pudessem incorporar-se em outras atividades desenvolvidas pela assistência técnica, mesmo com o fim dessa política. “Nós tínhamos que participar do grupo e das reuniões. Do grupo continuo participando” (Fabiana). Nos municípios de Itati e Dom Feliciano o trabalho da extensão rural com essas famílias, depois de terminado o PBSM, passou a ser a partir da demanda da família, sem projetos específicos para essa população, o que provocou reclamações de alguns agricultores reclamaram da interrupção do trabalho com a extensão rural.

[O projeto] era no nome da mulher, achei bom. Foi nas reuniões que eles falaram como era, aí depois veio o projeto. A gente dava o nome, participava das reuniões. Mas agora deu umas paradas, não sei porque. Às vezes faziam reuniões e davam semente também (Clair).

5.2.5.2 A escolha dos projetos produtivos

A decisão sobre a aplicação do recurso disponibilizado pelo PBSM – projeto fomento era da família, dessa forma a escolha do projeto produtivo estava sob a responsabilidade dos agricultores, que receberam instruções quanto aos critérios e regras para elaboração do mesmo. Como o projeto priorizou transferir os recursos para as mulheres, a decisão muitas vezes passou pela avaliação da mulher. A primeira regra era limitar o projeto ao valor e a forma de recebimento do recurso disponibilizado, R\$ 2.400,00 divididos em três parcelas, a primeira de R\$ 1.000,00 e as demais de R\$ 700,00 cada. Os itens do projeto deveriam estar relacionados à produção agrícola voltada à segurança alimentar. Além disso, os agricultores precisavam apresentar notas fiscais de comprovação da compra. Abaixo os agricultores apresentam suas escolhas e as razões que os levaram a tomar tais decisões.

Tanto fazia quanto pra horta ou comprar um bicho, um porco, uma vaca. Como já tinha vaca, dai ficou a horta. Já tinha horta também, mas era em outro lugar e não tinha tela. A horta ficava bem mais prático, como já tinha uma menor, com o crédito facilitava mais, já que enquadrava nesse plano (Isaías).

Nesse caso, a escolha foi baseada na praticidade, visando atender às regras do projeto e investindo numa atividade que facilitasse sua justificativa. O projeto não atendeu a uma demanda pretérita de uma família, e também não complementou uma estratégia produtiva, sendo o recurso utilizado para ampliar uma estrutura que a família já tinha. Por outro lado, a agricultora Elenir utilizou o recurso do projeto para qualificar sua estratégia produtiva, que está baseada na produção de hortaliças para alimentação familiar e comercialização.

O recurso nós aplicamos na propriedade, em tela e sombrite para horta. Compramos um pouco de frango caipira também. O que tinha que comprar nós compramos. Sozinho, a gente não consegue comprar muita coisa, então o projeto melhorou. Não dá pra comprar muita coisa com o recurso, mas qualquer empurrãozinho já ajuda.

A agricultora expressa com clareza o alcance e as limitações do projeto, que apesar de contribuir nas suas iniciativas produtivas, o valor disponibilizado não permitiu realizar transformações de maiores proporções. Segundo ela, para melhorar sua produção teria que construir um poço na sua propriedade e instalar um sistema de irrigação para as demandas da produção de hortaliças.

A agricultora Elenice conseguiu adequar o projeto a uma de suas demandas produtivas para a geração de renda: “Com o fomento eu comprei farinha, máquina grande, forno elétrico, batedeira. Eu escolhi esse projeto porque eu já fazia bolacha pra merenda e fazia na mão, dai me facilitou mais ter a máquina elétrica”. Na sua avaliação, a aquisição do maquinário permitiu aumentar a produção de bolachas, o que elevou a renda e diminuiu o tempo que antes ela necessitava para garantir a entrega das encomendas.

Me ajudou muito. Eu me separei, tinha duas crianças pra sustentar, eu não morava aqui. Tinha que arrumar outra renda, só faxina não dava. Deu pra se vestir melhor, a renda ficou melhor. O tempo também foi menos, eu levava quase uma semana fazendo, agora são três dias, gasto menos tempo. Faço 50 quilos e entrego uma vez por mês. São várias escolas e o pessoal da secretaria vem aqui em casa buscar (Elenice).

A família do interlocutor Valdir optou pela compra de uma vaca, com o objetivo de aumentar o rebanho, tendo em vista a opção da família pela produção e comercialização do leite.

Foi muito bom. Compramos vaca, uma já deu cria. Estamos ajeitando. Toda ajuda é bem vinda. Nós compramos a vaca porque a gente já puxava leite, então pensamos em aumentar o rebanho. A gente ganha uns terneirinhos e daí enxertamos na vaca do projeto, esses a gente cria e vende a carne. A gente planta mais os miúdos, tenho uma horta, planta feijão, mandioca. E o meu marido lida com o leite, a gente coloca no resfriador junto com a minha mãe e vende. Hoje tenho uma média de 400 litros por mês, estou com três vacas. E de vez em quando eu faço queijo (Fabiana).

A interlocutora Neusa também escolheu uma vaca com o intuito de adquirir uma fonte de leite para a família. Apesar dela considerar que o projeto contribuiu, a agricultora precisou se desfazer da vaca, pois mudou-se para a zona urbana do município de Lajeado do Bugre. “Ajudou muito. Nós aplicamos na horta e compramos uma vaca, mas daí quando a gente foi para o Bugre, nós vendemos a vaca. Mas aí a gente teve o leite e fizemos a horta. Foi uma ajuda que a gente teve”.

A agricultora Jacira optou por usar parte do recurso para adquirir alimentos, segundo a agricultora não é sempre que eles têm todos os alimentos em casa. Com o restante do recurso ela comprou uma máquina de fazer pães. A máquina não está sendo usada por completo, pois ela ainda não conseguiu adaptar-se ao modo de operar do equipamento, além disso, não é sempre que ela consegue comprar a farinha.

Eu comprei um forno, uma máquina de fazer pão e o resto eu fiz rancho, comprei coisa pra dentro de casa, a gente é pobre as vezes tem, as vezes não tem. Eu não me achei pra fazer a massa na máquina ainda, eu faço na mão e corto na máquina. Eu tinha vontade de fazer pra vender, mas nunca experimentei, às vezes tem farinha, às vezes não tem, aí nunca me envolvi (Jacira).

A agricultora Odete investiu o seu recurso na compra de galinhas poedeiras e na construção da horta. Ela não conseguiu ter retorno das galinhas, pois as mesmas foram roubadas. Com relação à horta, a avaliação da agricultora é que não houve alterações significativas na produção, mas contribuiu na qualidade dos alimentos produzidos e no fornecimento de água para o consumo familiar.

Eu vendi um pouco de ovo, elas chegaram a botar um pouco. Mas eles levaram as galinhas. Repolho e couve também produzem muito, a gente dá para os bichos e para os vizinhos. Mas pra vender ele não tem saída. Pra gente melhorou, a gente já plantava tudo isso, mas era avulso, as galinhas comiam, daí facilitou pra cercar. A bomba do projeto da horta eu estou usando no açude para bombear pra gente tomar banho (Odete).

Otaviano decidiu investir na construção de um galinheiro para a criação de galinhas “chinas”.

Nós fomos numas visitas lá pra Montenegro e daí tinha aquelas quantas atividades pra fazer, daí eu falei tá, eu quero criar umas galinhazinha, eu gosto de acordar de madrugada com o galo cantando. Daí eu vou criar umas galinhazinha pra mim. Aí eles falaram tem um projeto e faz assim e assim. Aí deu tudo certo. Tirei as velhas e deixei só os novos, que estão ali, com quatro cinco meses. Eu peguei galinha china que é pra carne e ela põe também, o ovo é mais gostoso, é mais forte. Comprei por aqui mesmo dos vizinhos. Morreram algumas, deu uma peste e mesmo com remédio não teve jeito. Eu ia criar uns porcos também, mas aí não entrou no projeto.

A agricultora Rosa optou por galinhas poedeiras e mudas de frutíferas.

A gente comprou as galinhas, fizemos o cercado pra elas e nos arvoredo. Eu quis galinha porque achei que fosse melhor pra mim, mas ai elas morreram quase tudo, foi perdido porque gastei com trato. Morreram as galinhas e os franguinhos. Das frutas algumas até já começaram a dar, a bergamota, laranja, alguns estão pequenos ainda, porque a fruta demora mais.

O quadro 5 abaixo resume os investimentos realizados por cada agricultor entrevistado e a atual situação do mesmo.

Quadro 5 - Projeto produtivo, situação do projeto no momento da entrevista e município

Projeto produtivo	Situação do projeto	Município
Horta	Instalado, em uso para autoconsumo	Dom Feliciano
Horta	Instalado, em uso para autoconsumo	Dom Feliciano
Horta e galinha	Instalado, em uso para autoconsumo	Dom Feliciano
Alimento e horta	Instalado, mas desativado	Dom Feliciano
Horta	Instalado, mas desativado	Dom Feliciano
Horta e cavalo	Instalado, em uso para autoconsumo	Dom Feliciano
Bovino de leite	Desativado	Lajeado do Bugre
Horta	Instalado, em uso para autoconsumo e comercialização	Lajeado do Bugre
Panificação	Instalado, em uso para autoconsumo e comercialização	Lajeado do Bugre
Horta	Instalado, mas desativado	Lajeado do Bugre
Galinheiro	Desativado	Lajeado do Bugre
Alimento e panificação	Instalado, mas desativado	Lajeado do Bugre
Bovino de leite	Instalado e em uso para autoconsumo e comercialização	Lajeado do Bugre
Bovino de leite	Instalado e em uso para autoconsumo e comercialização	Lajeado do Bugre
Galinha e pomar	Instalado em uso para autoconsumo	Lajeado do Bugre
Galinha	Parcialmente instalado	Itati
Galinha e pomar	Perdeu uma parte, a outra está instalada	Itati

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

5.2.5.3 Acesso a outras políticas e/ou serviços

O relato dos agricultores revela as possibilidades que o PBSM abriu para acessar outras políticas sociais e serviços do Estado, que até então os agricultores não tinham conhecimento. Como tem ocorrido com outras políticas de transferência de renda, o PBSM condicionou a liberação de recurso, tanto do projeto produtivo e quanto do complemento do bolsa família, à participação nas atividades de formação, por meio das quais foi apresentado o conjunto de políticas sociais nas quais os beneficiários tinham direito. Um dos programas foi a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que passou a ser desenvolvido nos diversos municípios onde o PBSM foi executado. A questão da condicionalidade aparece na entrevista com a agricultora Jacira, na qual ela justifica sua desistência do EJA.

Eu fiz até a quarta série. Eu fui um tempo no EJA, mas depois não quis ir mais. Quando nós estávamos pegando os R\$ 50,00, todo mês nós pegávamos, mas depois cortaram os R\$ 50,00. Aí eu pensei então também vou parar. É frio de noite, às vezes eu vinha mal de lá, me dava aquelas coisas de vereda, enrola os dedos e não vejo mais nada (Jacira).

No caso da agricultora Jacira, a participação no EJA ficou vinculada ao recebimento do recurso, sugerindo que o estudo não era um desejo seu, mas a condição para o acesso à política. Por outro lado, a agricultora Elenice, que retomou os estudos em função do PBSM, relatou que um de seus sonhos é continuar estudando: “Terminar os estudos, fazer faculdade”.

O PBSM inseriu novas famílias no programa bolsa família, como foi o caso do agricultor Otaviano que a partir do contato com a Emater passou a receber o recurso.

Com o bolsa família melhorou porque eu não me preocupo de ter que trabalhar um dia pra ganhar pra pagar luz, então me ajudou bastante, porque dar pra pagar e ainda sobra, da pra comprar um açúcar um saco de café. As coisas eu tenho sempre da roça, carne sempre tem, sempre matando. Agora que tá meio pouco, que eu parei com os porcos, porque estávamos comendo demais (Otaviano).

A agricultura Neusa informou que havia-se inscrito para o programa de habitação do município, mas até o presente momento não houve nenhum retorno. Duas agricultoras entrevistadas aguardam os documentos de propriedade da terra para poderem encaminhar suas aposentadorias.

Dia 23 de maio faço 65 quero me aposentar. Até hoje não consegui aposentadoria. Não quiseram, estou aí, às vezes passando falta das coisas, meu marido hoje trabalhou e trouxe umas coisas, e eu ganho miserinha, 83 pilas da bolsa família até se aposentar, não dá pra nada, tem luz pra pagar, aquilo num dá pra nada, estou falando o que é verdade (Vitória).

A agricultora Rosa recebe o bolsa família, mas gostaria de ter acesso a aposentadoria, que há quatro anos solicitou mas o pedido foi negado. Apesar de ter vivido desde a infância na mesma comunidade, no interior do município de Itati, ela não conseguiu o benefício. A agricultora não tinha o talão do produtor e o documento da terra. “Vou fazer 63 anos. Eu estou tentando aposentar, mas não consegui, deu negado, porque eu não tinha bloco, não tinha terra no meu nome. Está parado. Agora eu fiz o bloco do produtor.”

A agricultora Elenir depois que passou a comercializar suas hortaliças na feira do município e no PAA, teve sua renda ampliada e com isso comunicou a secretaria de serviço social que já não precisava mais da bolsa família.

Eu tinha bolsa família, mas daí como melhorou pra gente, a gente devolveu, porque deixamos pra quem precisa. A bolsa família quando ela veio, veio numa boa hora. A gente comprava o rancho. Antes de começar o bolsa família eu só tinha um cavalo veio. É claro tem gente que não sabe usar isso aí. Agora a gente tem condição e devolvemos. Dando os primeiros passos só fica acorçado quem quer. Não pode parar no tempo, tem uma ajuda, tem um jeito pra andar, tem que seguir adiante (Elenir).

O PBSM colocou os agricultores em contato com outras políticas públicas, como a ATER, parte da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que organiza reuniões e cursos sobre temas diversos. De acordo com os entrevistados a ênfase dos cursos é direcionada aos sistemas de produção agroecológica.

Eles disseram muitas coisas pra gente. Disseram pra não botar adubo demais, nem muito veneno, que fazia mal, e era pra colocar orgânico. Tinha reunião eu sempre ia e participava, eram bem boas (Maria).

As reuniões eram boas, perguntavam as coisas, a gente pergunta também, muito bom. A gente passeou, fomos lá nos Morrinhos. Eu nunca tinha participado de coisa assim não. A Emater eu já conhecia e já sabia, mas reunião assim não, aí depois eles começaram me perguntar se eu estava recebendo alguma coisa, eu disse não, minha renda é bem baixinha, aí foi indo, foi indo aí de repente o Ricardo me falou que era para eu ir lá receber bolsa família (Otaviano).

Os agricultores foram consultados sobre do projeto; se eles fariam alguma coisa diferente ou mudariam algo caso pudessem alterá-lo, ou ainda se houvesse uma segunda etapa do mesmo. A maioria não quis ou não soube opinar sobre essa questão¹⁸. Para a entrevistada Odete, poderia vir um benefício para construir uma casa. “Acho que poderia vir é uma casa. Porque ainda não temos”. Já o agricultor Otaviano acha que

[...] poderia melhorar se tivesse uma outra atividade ou um convenio ou ter uma verba pra fazer outras atividades. Pra fazer açude pra criar peixe, criar abelha, umas quantas atividades poderia ter. Uma outra atividade da qual escolhesse uma dessas, que aí já é mais uma ajuda. Vendia e sempre dava um retorno, sempre estava aumentando as coisas.

5.2.5.4 Os sonhos dos agricultores tradicionais

Quando indagados sobre os sonhos ou os projetos para o futuro os agricultores revelaram opiniões heterogêneas, a maior parte vinculava-se a necessidades imediatas. Vale

¹⁸ Nesse momento, a interlocução ganhou aspecto de uma avaliação do projeto, na qual os beneficiários pareciam receosos em avaliar uma política que lhes concedeu o valor de R\$ 2.400,00. No entanto, trata-se de uma análise subjetiva, em que a pesquisadora teve tal impressão, questões intrínsecas aos processos de pesquisa das ciências sociais.

destacar que essa questão pode ter ficado muito vinculada à continuidade da política pública, pela ordem das perguntas que guiavam a entrevista.

O sonho de ter a casa própria foi mencionado por Vera. A agricultora nunca conseguiu condições financeiras para construir casa do seu sonho: “de material, com a cozinha bem grande”.

Meu sonho é de ter uma casa. Não sei se eu vou conseguir. Aqui mesmo nós só reformamos. Era um galpão de botar fumo, arrumamos e ficou como casa. Algum dia eu realizo, não precisa luxo.

Odete também gostaria de ter uma casa. A agricultora menciona ainda dos problemas de saúde e da dificuldade para assistência em saúde.

Moramos na casa de um tio, nunca sobra pra gente comprar uns tijolos pra fazer uma casa. A gente batalha, mas não sobra, no fim nunca sobra. Vai-se plantar bastante fumo a gente perde porque é só uma estufa, ai não da conta, ele amadurece de vereda e não cabe, ai fica perdendo. Eu tenho sonho de ter um dinheirinho e poder fazer uma casa, e tem essas doenças também e a gente sem dinheiro. Até tenho feito uns joguinhos nessa tele sena, mas ainda não deu nada. Tem que dar alguma coisa, a gente tem quem que espargueniar pra todo quanto é canto, pra ver se uma hora sai alguma coisa. Eu tenho sonho de ter um dinheirinho e poder fazer uma casa, e tem essas doenças também e a gente sem dinheiro. Até tenho feito uns joguinhos nessa tele sena, mas ainda não deu nada. Tem que dar alguma coisa, a gente tem quem que espargueniar pra todo quanto é canto, pra ver se uma hora sai alguma coisa.

Para Fabiana, a terra e a moradia estão entre os principais projetos de futuro.

Aumentar a casa, talvez comprar um pedaço de terra, porque essa aqui não é da gente, é da mãe do meu marido. O problema é realizar os sonhos, tem que começar dos mais pequenos (Fabiana).

No caso de Neusa seu sonho é ter saúde. Ela associa a saúde com o trabalho fora da unidade familiar de produção, o que garante renda monetária à família.

Eu quero bastante saúde, porque a gente aqui na colônia o serviço que vier a gente faz. A gente trabalha na arrancada de feijão e antes nós íamos para o pendão também, mas terminaram. As empresas contratavam o pendão para poder fazer semente. Tinha uma que contratava a gente, eles iam nas casas pegar o pessoal, tinha carteira assinada e tudo, durava dois meses. Eu já fui na colheita das maçãs também, no raleio e na colheita, se precisar tem que ir. E antes tinha a limpa do soja que os granjeiro empregava, mas agora tem uns veneno, aí foi apocando os serviços. E ainda tem a quebra do milho, que os granjeiros que não tem motriz contrata, mas nessa eu não vou. Vou ir na ranca do feijão (Neusa).

Alguns entrevistados relataram como sonho o acesso à aposentadoria. Vitória e Rosa já alcançaram a idade para aposentadoria da trabalhadora rural, mas ainda não têm o benefício.

Tenho o sonho de poder receber meu dinheirinho... me aposentar. Eu mandei os papéis, mas foi negado, isso já faz uns três, quatro anos. Vou fazer 63 anos, eu tinha 59 anos na época, pra aposentadoria como agricultora, eu não tinha o bloco. Depois ficou parado. Meu sonho era esse aí (Rosa).

Elenir tem como sonho aumentar a produção. Como tem relação estabelecida com o mercado, a agricultora mostra que o aumento da produção poderá aumentar sua renda.

Antes a gente tinha vontade de fazer as coisas, mas não tinha recurso e não tinha ideia também. Às vezes a gente não pensa porque não tem o recurso, se a gente recebe um recurso a gente pensa até melhor. E se a gente recebe uma ajuda, como a da Emater é melhor. O sonho é produzir mais e ter a estufa. Era um sonho nosso ter a feira e era sonho da Emater também. Depois da feira melhorou a renda, antes vendia para as escolas e levava em Palmeiras, particular também a gente vendia. Com a feira melhorou, o lucro é bem maior (Elenir).

Otaviano também pretende produzir mais e para isso é necessário ter uma área maior. O agricultor já encaminhou os papéis da aposentadoria que deve sair em breve. Com esse recurso ele já projeta seus planos para o futuro.

Saindo o meu dinheiro eu gostaria de investir cada vez mais, comprar mais um pedacinho de terra pra plantar mais, fazer umas plantações de eucalipto no terreno, esse ano quero plantar um pouco mais, ir investindo, fazendo pra adquirir as coisas. Minha ideia é deixar tudo isso para os meus filhos, porque no futuro isso aqui tudo vai ser deles (Otaviano).

Todos os agricultores e agricultoras entrevistados consideraram positiva a experiência do Projeto Fomento, sendo para a maioria a primeira experiência de participação em projetos produtivos governamentais e o acompanhamento pela extensão rural. Por essa razão a interrupção das atividades do projeto foi questionada em algumas entrevistas.

6 POLÍTICA PÚBLICA, MODOS DE VIDA E RACIONALIDADES: CONVERGÊNCIAS E TENSÕES ENTRE ESTADO E AGRICULTORES TRADICIONAIS

Este estudo teve como um dos seus objetivos compreender a influência das dimensões da racionalidade e dos modos de vida dos sujeitos sociais na apropriação das políticas públicas, analisando especificamente o Plano Brasil Sem Miséria. Neste capítulo serão apresentadas algumas explicações referentes ao comportamento adotado e as estratégias construídas pelos beneficiários na interface com a política, destacando aspectos relacionados ao processo de apropriação da política pública. Em seguida serão apresentados os impactos que a política produziu sobre essa racionalidade e modos de vida dos agricultores buscando identificar as mudanças provocadas pela política. Por fim, serão feitas algumas referências às perspectivas das políticas públicas para os agricultores tradicionais.

6.1 RACIONALIDADES E MODOS DE VIDA DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS NA APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Neste subcapítulo explica-se de que maneira as dimensões da racionalidade e do modo de vida incidiram nas tomadas de decisões dos agricultores tradicionais em sua relação com a política pública. Para isso são retomados, num primeiro momento, alguns aspectos considerados centrais na definição das especificidades dos agricultores tradicionais enquanto sujeitos sociais, para em seguida demonstrar a maneira como esses aspectos influenciam na interface do agricultor com a política. É importante considerar, no entanto, que esse exercício analítico afasta-se de qualquer tentativa de construção de um modelo de agricultor portador de uma essência tradicional.

O estudo da racionalidade ajudou a compreender as motivações que levam os sujeitos a agirem como agem, suas elaborações e os pensamentos que dão sentido às suas práticas. O conceito de experiências e modos de vida também foi analisado neste estudo a partir de contribuições da sociologia e da antropologia que privilegiam as análises direcionadas aos processos que se desenvolvem nas esferas micro sociais para explicar as diferenças entre os grupos sociais, destacando suas particularidades.

As estratégias de apropriação da política são elaboradas com base no modo de vida dos agricultores e nas lógicas de produção e reprodução social que eles desenvolveram ao longo de suas vidas. Como apresentado no capítulo 4, foram consideradas quatro dimensões

relacionadas à racionalidade dos agricultores tradicionais, conforme apresentado no organograma teórico-metodológico (Figura 1):

- a) produção agrícola;
- b) trabalho;
- c) tecnologia;
- d) renda.

Com relação à produção agrícola observou-se que as famílias produzem, primeiramente, para o autoconsumo, e de maneira secundária para o mercado, as trocas simbólicas e/ou doações. Os agricultores tradicionais produzem para “o gasto”, porém com variações em termos de diversidade e produtividade entre os agricultores. Apesar da produção para o autoconsumo não garantir a segurança alimentar, ela ocupa um lugar central na vida desses agricultores, cujo objetivo é “sempre ter para comer”.

A produção para o mercado está, também, presente nos planos dos agricultores. Em sua maioria, os agricultores estabelecem relações comerciais informais, sem vínculos contratuais e mediadas por relações de confiança. Em geral, os agricultores comercializam parte da produção, o que movimenta a economia da unidade de produção familiar, sendo uma fonte de renda. Ainda que seja uma atividade desprovida de planejamento preciso, já que as vendas são, geralmente, resultantes de situações casuais, a comercialização integra o cálculo dos agricultores na elaboração de estratégias de reprodução social.

Há agricultores vinculados formalmente ao mercado de *commodities*, como é o caso da cadeia do fumo em Dom Feliciano. Com pouca terra, desprovidas de maquinário e sem capital para o custeio, estas famílias vinculam-se a este mercado de forma marginal, o que torna preponderante a produção para autoconsumo. Portanto, é provável que famílias de agricultores tradicionais, marginalmente integradas às cadeias de produção de *commodities*, mantenham relações com esse tipo de mercado porque ainda produzem parte considerável de seus alimentos para o gasto. Com relação à produção destinada para o mercado formal, algumas famílias entrevistadas, participam de programas de compras institucionais, dentre eles o PAA e o PNAE, avaliadas como uma alternativa útil na composição da renda.

A finalidade da produção agropecuária dos agricultores tradicionais volta-se ainda para as trocas simbólicas, entre vizinhos e amigos, e para as doações, geralmente aos vizinhos, parentes que vivem nas cidades, ou alguma visita casual. Essas modalidades, apesar de não serem regidas por cálculos, estão presentes no modo de vida dos agricultores e, em certa medida, integram o planejamento agrícola. Ele é elaborado a partir da experiência

adquirida, do saber-fazer do agricultor tradicional, sem detalhamentos dos custos de produção e de previsões que indiquem retornos monetários. A produção para a troca ou a doação, é parte da produção que o agricultor considera um *plus*, que, se a produção for satisfatória, poderá ser trocada e/ou doada, segundo o princípio da reciprocidade.

Em síntese, a racionalidade dos agricultores tradicionais relativa à produção agrícola tem a centralidade da produção o destino para o autoconsumo; a quantidade produzida e a produtividade da produção são, todavia variáveis. A relação com o mercado geralmente ocorre por proximidade e de maneira informal e, eventualmente, existem relações com programas institucionais ou mercado de *commodities*.

Uma segunda dimensão da racionalidade relaciona-se à tecnologia de produção. Os agricultores tradicionais combinam sistemas produtivos diversos: geralmente policultivos consorciados, com a utilização de técnicas manuais ou de tração animal para o preparo do solo, capina e colheita. O acesso a maquinários é pouco frequente, segundo sejam os recursos financeiros da família. O uso de adubos sintetizados e agrotóxicos, também, é pouco frequente e, geralmente, nenhum tipo adubação é realizada. O conhecimento tradicional é, muitas vezes, o utilizado na produção e seleção de sementes.

Quanto à realização do trabalho, em grande parte das famílias entrevistadas, ele é realizado na unidade familiar de produção. É comum a venda da força de trabalho ocorrer em períodos sazonais por pelo menos um dos membros da família, em geral do sexo masculino. No município de Dom Feliciano estes agricultores empregam-se na colheita do fumo; em Lajeado do Bugre na retirada do pendão do milho, na colheita do feijão ou como peões nas fazendas de produção leiteira. Outra situação é a migração temporária para áreas de colheita de uva ou maçã.

A centralidade do trabalho como manifestação da racionalidade moderna ocidental (Weber, 1905), não está presente na racionalidade dos agricultores tradicionais. Existe uma busca de equilíbrio entre o trabalho e a satisfação das demandas dos agricultores. Nos casos em que a venda da força de trabalho aparece como uma possibilidade, a satisfação das necessidades passa a ser uma oportunidade complementar às estratégias produtivas da unidade familiar de produção. A lógica de interpretação do crédito agrícola é um exemplo de busca pelo equilíbrio trabalho-satisfação. O modelo de crédito institucionalizado pelas instituições bancárias é considerado uma imposição de ritmo e quantidade de trabalho, em que o agricultor é obrigado a fazer mudanças significativas no seu modo de vida para lograr pagar os recursos tomados em empréstimo. Tal atividade, muitas vezes envolve riscos. Como parte

dos agricultores não visa prioritariamente a obtenção de lucros, mas a reprodução da família e a manutenção da sua liberdade, eles preferem não se arriscarem.

Com relação ao modo de vida dos agricultores tradicionais, analisou-se a partir de quatro dimensões:

- a) relação com a terra e o espaço rural;
- b) relação com a comunidade;
- c) hábitos e costumes;
- d) relação com sociedade englobante.

A terra tem um valor central na reprodução dos membros da coletividade, é a morada dos agricultores e o espaço da produção econômica. Apesar dos constantes conflitos e do largo processo de exclusão à propriedade jurídica da terra, é através dela que os agricultores tradicionais edificam sua experiência social e sua cultura. A reciprocidade manifesta-se nas diversas formas de relação com vizinhos da mesma comunidade e/ou parentes e amigos da cidade, conformando experiências de trocas simbólicas, venda e doação (de alimentos, de favores, de dias de serviço, dentre outros).

No modo de vida dos agricultores tradicionais, o conhecimento tradicional se expressa como um saber-fazer que foi sendo ressignificado ao longo do tempo e, hoje, é uma prática do presente que resulta da interação de saberes adquiridos pela experiência, de crenças herdadas dos antepassados e da adoção de tecnologias e conhecimentos modernos, o conhecimento tradicional reúne, assim, diversos valores e saberes. Ele manifesta-se no plantio baseado nas fases da lua, na seleção da rama de mandioca, no plantio e no uso de temperos como práticas de saúde, no uso do arado de tração animal e, também, no uso do trator, quando há meios para a contratação do serviço.

Na relação com a sociedade englobante, autonomia e liberdade são valores que aparecem nesse modo de vida e de certa forma são como guias para a organização e funcionamento harmônico do grupo social. Segundo as circunstâncias, eles podem expressar uma rebeldia em defesa do modo de vida do grupo.

Os sujeitos sociais elaboram suas estratégias a partir de regras e visões de mundo adquiridas por meio da experiência social histórica, as quais norteiam suas vidas. A racionalidade dos agricultores tradicionais é, portanto, resultado da reflexão que os mesmos foram construindo ao longo de suas vidas, sendo traço fundamental a histórica condição de pobreza e exclusão social. Pobreza, como resultado da apropriação desigual das riquezas, fruto da divisão em classes da sociedade capitalista (YAZBEK, 2012), e exclusão social que

foi se constituindo enquanto um processo de expropriação material (como a expulsão dos caboclos de suas terras) e dos modos de vida (GEHLEN, 1998). Desse modo, a racionalidade dos agricultores tradicionais considera as carências estruturais produzidas pelo capitalismo brasileiro, desenvolvendo uma espécie de memória histórica sobre sua posição na sociedade, por meio da qual compreendem os limites econômicos para sua ação.

Em sua relação com as políticas públicas, os agricultores tradicionais manifestam essa consciência sobre sua histórica condição de privações. Na interação com o PBSM-projeto fomento, os agricultores compreendem as ações do plano poderão melhorar, mas não transformar suas condições de vida. Os beneficiários identificam que a política tem limitantes estruturais, pois não se propôs a trabalhar questões-chaves como o acesso à terra e a moradia. Isso pode ser percebido ao serem indagados sobre seus sonhos, quando os agricultores tradicionais descreveram situações relacionadas, principalmente, com a terra (regularização ou aquisição) e a moradia (ampliação ou aquisição). Também destacaram as condições de saúde, educação para os filhos, aposentadoria e aumento da produção. Apesar de haver diferentes perspectivas entre os projetos de futuro, os agricultores revelaram elementos que se aproximam de demandas que requerem políticas estruturais, não resolvíveis pela ação da transferência de renda.

Os agricultores julgaram muito escassos os recursos disponibilizados, não sendo possíveis investimentos na produção que configurassem uma “inserção produtiva”. O valor do recurso disponibilizado (R\$ 2.400,00) aproxima-se mais de um benefício de garantia de renda (o primeiro eixo do PBSM) que de inserção produtiva. Com esse valor, tornou-se muito difícil realizar atividades que verdadeiramente promovesse o fomento produtivo.

Apesar disso, a maioria dos beneficiários manifestou satisfação com seu projeto. Cada família investiu naquilo que julgou prioritário, exercendo plenamente autonomia na escolha. Esse fator, somado à facilidade de execução do projeto (apresentação de documentação, prestação de contas) demonstrada pelos beneficiários, e também pelos técnicos da Emater, favoreceu a apropriação da política pelos agricultores que escolheram projetos vinculados aos seus hábitos e costumes.

A maioria dos agricultores optou pelo investimento do recurso em ampliação, reforma ou construção de atividades vinculadas à produção para o autoconsumo; havendo casos em que a opção foi a aquisição direta de alimentos (produtos da cesta básica). Grande parte escolheu projetos para o cultivo de hortaliças ou criação de galinhas. Houve ainda a aquisição de vaca leiteira para o consumo do leite e de cavalo para a tração animal. Tais opções comprovam que o autoconsumo é estratégia predominante nesse modo de vida.

Aqueles agricultores que optaram por investir em atividades geradoras de renda monetária o fizeram pelo fato de já exercerem tal atividade antes do PBSM. Duas agricultoras aplicaram os recursos para potencializarem a produção destinada ao PNAE e à feira. Elas já haviam estabelecido este canal de comercialização, por meio do acompanhamento da assistência técnica, e o PBSM potencializou a participação, a partir da aquisição de equipamentos e insumos voltados aos projetos do PNAE. Não foram identificadas situações de inserção em novos mercados formais a partir do acesso ao PBSM.

Relacionando a escolha dos projetos produtivos com as respectivas estratégias de produção e reprodução social dos beneficiários é possível afirmar que as tomadas de decisões das famílias estão baseadas na possibilidade de prosseguimento da atividade após o fim do projeto, considerando que o mesmo não aportaria com mais recursos para além dos R\$2.400,00. Com valores irrisórios e ação pontual de acompanhamento pela assessoria técnica (condicionada a dois anos), a maioria não arriscou-se em novas atividades que poderiam gerar renda, o que indica que, racionalmente não quiseram correr riscos, como falava Scott (1976). A percepção dos beneficiários sobre a política indica que eles tinham clareza quanto ao seu caráter temporário, desvinculada de medidas de natureza estrutural.

Por essa razão, o PBSM foi percebido como uma iniciativa do Estado “caída do céu”¹, uma ação de caráter pontual que chega de maneira inesperada. A agricultora Elenice afirmou que “Sozinho, a gente não consegue comprar muita coisa, então o projeto melhorou. Não dá pra comprar muita coisa com o recurso, mas qualquer empurrãozinho já ajuda.” Ao afirmarem que o projeto melhorou, e que foi um “empurrãozinho” os beneficiários estão afirmando que uma política isolada não será capaz de transformar suas vidas. Vivendo nas mesmas condições materiais em que se viviam antes do projeto (sem terra, estradas debilitadas, moradia precária, sem acesso a bens de produção), os beneficiários optaram por continuar nas atividades já antes praticadas. Dessa forma, o projeto não alcançou o objetivo de inserção nos mercados, conforme previsto.

Com relação as regras de participação, os agricultores cumpriam os critérios exigidos para a participação: frequentaram regularmente os cursos e reuniões, confeccionaram documentos e adequaram o projeto produtivo às normas do plano. Em alguns casos, os beneficiários vincularam o cumprimento das regras à condição para recebimento do recurso, em que, terminada a fase de transferência de renda, cessou-se a participação em atividades

¹ A terminologia “caída do céu” aqui utilizada refere-se ao fato de essa política não ter sido construída com a participação dos agricultores ou seus representantes. Tratando-se de uma formulação do Estado que chegou aos agricultores com objetivos unilaterais e de maneira repentina.

coletivas. Como foi destacado por alguns agricultores, que deixaram de participar dos cursos (EJA) depois que o recurso do projeto finalizou, ou outros que relataram participar das reuniões para “ajudar” os técnicos na execução do projeto. Nesses casos, a participação no curso pode ser vista como uma espécie de contrapartida do agricultor pelo recurso recebido e não um benefício para o mesmo. Em outros casos, porém, a participação nos cursos despertou o interesse pelos estudos, sendo declarado por uma das beneficiárias o interesse de cursar um curso de graduação superior.

As racionalidades, as experiências e os conhecimentos dos agricultores tradicionais revelavam nuances que os afastavam da lógica de funcionamento da sociedade moderna ocidental que, segundo Weber (1905/2001), corresponde à racionalidade da produtividade centrada no trabalho enquanto um princípio moral, sendo a produtividade, o lucro e a inserção nos mercados valores perseguidos pela racionalidade moderna. Dentre os agricultores tradicionais, grande parte percebe o trabalho como o uma atividade necessária à sobrevivência, não existindo indícios de uma moral “motivadora” do trabalho, não considerando a produtividade do trabalho e sua competitividade no mercado como componentes da racionalidade tradicional. A produção para o autoconsumo ocupa lugar privilegiado na racionalidade dos agricultores tradicionais, em que a posse da terra é essencial em seu modo de vida e à reprodução da coletividade.

Segundo Antônio Candido (1969) o grupo social, capaz de refletir sobre as influências externas, busca sempre a manutenção da unidade do grupo, que negocia entre a manutenção e a mudança dos seus modos de vida, existindo, uma busca pelo equilíbrio entre o grupo social e o meio onde se encontra. Como não compartilham com o modo de vida e valores capitalistas modernos e não estão plenamente inseridos na sociedade englobante, suas habilidades e experiências permanecem adequadas às demandas próprias do modo de vida tradicional e seus conhecimentos e habilidades tradicionais.

Esse estudo considerou a origem étnica como critério para seleção dos municípios da pesquisa, considerando que as diferenças de origem poderiam influenciar nos modos de vida e nas racionalidades dos sujeitos sociais e conseqüentemente na sua interação com a política pública. Dessa forma, Dom Feliciano foi identificada a partir de dados do IBGE como um município em que a população tem forte presença da origem polonesa, Itati com influência da imigração alemã e Lajeado do Bugre como a população brasileira. A pesquisa de campo demonstrou que as informações do IBGE não refletiram entre a população estudada.

A maioria dos beneficiários do PBSM tem origem afro-brasileira e indígena, diferenciando-se das informações apresentadas pelo IBGE. Dessa forma, não foram

encontradas diferenças significativas no modo de vida e na racionalidade dos agricultores entre os municípios estudados. Essa coincidência pode demonstrar que a pobreza, medida pelo PBSM como renda declarada, pode também ter relações com origem étnica dos agricultores tradicionais. Tais afirmações merecerem estudos mais aprofundados.

As adaptações elaboradas pelos agricultores em suas atividades não provocaram, necessariamente, transformações no modo de vida ou nas estratégias socioeconômicas de reprodução social. Na maioria das situações observadas, as opções dos agricultores foram no sentido de manter seu modo de vida, ou seja, o projeto criou as condições para fortalecer a relação com a comunidade, por meio da troca e doação, além dos seus hábitos e costumes.

Esse estudo nos permite afirmar que a autonomia na escolha dos projetos e a ação comprometida da assistência técnica e extensão rural contribuíram para fortalecer as estratégias das famílias, razões que favoreceram a apropriação da política pelos beneficiários. No entanto, como afirmado no decorrer desse subcapítulo, o PBSM-projeto fomento mostrou-se desvinculado de questões estruturais relacionadas ao combate da pobreza dessas populações, como por exemplo, a questão da propriedade e tamanho das terras. Se por um lado a política permitiu o reconhecimento e a valorização da cultura e do conhecimento dos agricultores tradicionais, por outro, ela não criou as bases para transformar a situação de pobreza dos mesmos. Essa questão traz em si questões para reflexão e que mereceriam novos estudos: é possível medidas estruturais de combate a pobreza e a desigualdade, por meio de políticas públicas, em que os modos de vida e as racionalidades dos atores locais sejam valorizados e fortalecidos?

6.2 IMPACTOS DA POLÍTICA PÚBLICA NAS RACIONALIDADES E NOS MODOS DE VIDA

Este subcapítulo analisa criticamente o PBSM pelo enfoque dos impactos que a política produziu na vida dos agricultores tradicionais, analisando as dimensões de sua racionalidade e de suas experiências ou modos de vida. Nos documentos elaborados pelos formuladores da política pública, as atividades de inclusão produtiva aparecem direcionadas à promoção da segurança alimentar e geração renda, via aumento da produtividade, e inserção no mercado (Figura 03).

O PBSM impactou o modo de vida e as experiências dos beneficiários de diversas maneiras, as diferentes trajetórias e experiências dos agricultores influenciaram as respostas à política. Alguns agricultores potencializaram as atividades de geração de renda (duas

famílias), outros optaram por fortalecer a produção de alimentos para o autoconsumo (treze famílias) e outros optaram pela aquisição de alimentos diretamente no mercado (duas famílias).

Como mencionado, grande parte dos agricultores optou por projetos produtivos associados à produção para o autoconsumo, principalmente para o fortalecimento da segurança alimentar. Vale ressaltar que isso não corresponde o alcance da segurança alimentar a partir do projeto, no entanto, observou-se que ele provocou alterações nas experiências dos agricultores no sentido de fortalecer o modo de vida dos mesmos.

Foram poucas famílias que declararam haver investido em atividades geradoras de renda monetária, não sendo verificado, portanto, impacto significativo da política na geração de renda monetária e inserção nos mercados. O impacto da política nas dimensões geração de renda e inserção nos mercados não é uma consequência ascendente e linear da aplicação do projeto produtivo, como apresentado pelos formuladores da política. Na figura 03 (capítulo 4) é possível observar como os formuladores projetaram a evolução dos beneficiários.

A lógica da relação com os mercados dos agricultores tradicionais ocorre de maneira difusa, podendo se dar entre vizinhos e pequenos comerciantes locais, por meio do mercado de commodities, feiras ou mercado institucional. As trocas simbólicas e doações entre os membros da comunidade e parentes, além da venda da força de trabalho fora da unidade de produção tornam esse tipo de economia bastante complexa.

Outro aspecto relevante que o PBSM promoveu foi o encontro dos trabalhadores da extensão rural com pessoas pouco conhecidas pelas equipes da Emater, produzindo impactos significativos na vida de alguns agricultores; algumas famílias iniciaram sua relação com a Emater e, em alguns casos terminou, com esse projeto. Poucos eram os agricultores beneficiários de outras políticas públicas, em especial as agrícolas. O PBSM proporcionou à população o contato com órgãos públicos, para muitos desconhecidos. O impacto gerado pela relação entre beneficiários e mediadores da política é observado principalmente na construção de canais de comunicação com os técnicos da Emater que abriram possibilidade de acesso a direitos até então desconhecidos pelos agricultores tradicionais.

A partir desse encontro com a Emater ocorreram mudanças na atuação dos profissionais de ATER; novas metodologias da extensão rural foram criadas para atender uma população com características específicas. Mesmo após o encerramento desse Programa, nos três municípios pesquisados, a instituição continuou prestando assessoria aos agricultores, quando solicitada. No município de Lajeado do Bugre, a equipe técnica da Emater incluiu alguns dos beneficiários do PBSM em outros projetos produtivos, tais como o SPA, PAIS e

Segunda Água, dessa forma, esses agricultores não perderam o vínculo com a assessoria técnica e extensão rural.

A participação nos cursos sobre a pobreza rural e o contato com os agricultores tradicionais impactou positivamente a percepção dos profissionais da Emater sobre o modo de vida e as experiências dos agricultores dos municípios pesquisados. A maioria dos técnicos declarou haver sido sensibilizada pela experiência que haviam tido no contato com eles e suas famílias. Tal fato teve importância central na execução do Projeto, sendo possível perceber uma provável relação entre a eficiência na execução e a satisfação/estímulo para o trabalho.

Durante a pesquisa de campo foi constatado que diversas famílias solicitavam aos técnicos da Emater a obtenção de documentação pessoal (certidão de casamento, carteira de identidade, declaração de aptidão ao PRONAF, bloco do produtor), documentação da terra (título pelo uso capião), aposentadoria, a obtenção de sementes, o acesso à Educação de Jovens e Adultos, dentre outras. Através da extensão rural, os beneficiários construíram canais de comunicação direta com o poder público, passando a identificar possibilidades reais para a de resolução de algumas das suas necessidades.

A reivindicação revela, conforme o relato de um dos técnicos da Emater, necessidades historicamente reprimidas. São demandas que vão de necessidades básicas, como documentação pessoal, até aspectos estruturais, como título legal da terra. Nesse aspecto, os agricultores passaram a elaborar suas estratégias, considerando os possíveis resultados dessa nova de interação com um órgão público.

O PBSM teve como um dos objetivos principais proporcionar o acesso a outras políticas e serviços públicos. Para tanto foram realizadas atividades como a campanha de documentação (carteira de identidade, bloco do produtor rural, declaração de aptidão ao PRONAF), a inscrição em projetos de habitação rural (programa minha casa minha vida), e o acesso à energia elétrica, a atualização em programas de garantia e geração de renda (Bolsa Família, PAA, PNAE) e o encaminhamento de solicitações para aposentadoria. Os principais problemas enfrentados pelos agricultores tradicionais, foram:

- a) a maioria não possui documentação de posse legal da terra ou não tem terra;
- b) não atendem os pré-requisitos necessários para a inscrição em programas de habitação;
- c) não possuem a documentação exigida para solicitar a aposentadoria como trabalhador rural (comprovante da atividade rural por meio do talão do produtor e documento de posse legal da terra).

As principais demandas e os projetos de futuro dos agricultores, estão vinculadas à regularização da propriedade da terra, questão não considerada pelo PBSM. O acesso à aposentadoria, a outros programas, tais como Minha Casa Minha Vida e o Crédito Agrícola são inviáveis sem o título legal de propriedade da terra, o que torna inatingível o terceiro objetivo do PBSM: ampliação do acesso aos serviços e às políticas públicas.

6.3 PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS AGRICULTORES TRADICIONAIS

O PBSM não resultou da reivindicação da população assistida, ele foi fruto de metas estabelecidas pelo Governo. A formulação do problema, a agenda política e a implementação da política resultaram de ações desenvolvidas por técnicos do Estado. Outras políticas públicas dirigidas à agricultura familiar, tais como PRONAF, PAA, PNATER, foram resultado de intensos processos de mobilização e negociação entre movimentos sociais e governos. Documentos oficiais afirmam que “qualquer discussão sobre redução das desigualdades e superação da pobreza no Brasil não pode prescindir de diagnósticos, estratégias e ações que considerem a situação social e econômica dos pobres do campo.” (MDS, 2015, p. 7). O PBSM foi fruto do diagnóstico e da elaboração dos técnicos do Estado, o qual não priorizou a participação dos atores sociais, beneficiários da política, na sua formulação.

Uma análise cuidadosa do diagnóstico que o governo fez sobre essa população, evidenciou que estes agricultores foram descritos exclusivamente a partir das suas debilidades, fortalecendo o estereótipo de “agricultor familiar pobre”: produção em pequenas propriedades, baixo nível tecnológico, sistemas de plantio de baixa produtividade, reduzida comercialização, pouco acesso aos programas de crédito, acesso precário à infraestrutura básica de produção, reduzida capacidade de organização política (CAMPELLO; MELLO, 2014). Apesar de o texto fazer referências a situações reais, a focalização apenas nas carências dos agricultores tradicionais resultou em propostas que visavam, unicamente, a superação de problemas, eleitos como prioritários por indivíduos que não foram os beneficiários do plano.

Como afirma Scott (1998) o Estado utiliza os diagnósticos como mecanismos para tornar a sociedade legível, compreensível aos seus olhos. Neste estudo observou-se que, por meio do PBSM, também se construiu “legibilidade estatal”, quando populações até então desconhecidas pelo Estado (como foi o caso de famílias identificadas pelo mecanismo da busca ativa) passaram a ser identificadas e diagnosticadas por técnicos, vindo a receber os

recursos da política pública. Essa se torna possível graças ao processo de “tornar o todo legível”, sinótico e compreensível. No formato atual, a interação do Estado com os sujeitos sociais, por meio de políticas públicas, se dá anulando as especificidades sociais. A política pública é, portanto, uma ação que fortalece e exclui a partir de um processo oculto de seleção e exclusão.

A ausência dos beneficiários no processo de elaboração da política contribuiu para a construção de diagnósticos que privilegiaram suas debilidades, sem considerar possíveis potencialidades produtivas ou as especificidades de suas demandas.

Dessa forma, negligenciaram-se potencialidades características desse modo de vida e dessa racionalidade tradicional. O resultado dessa pesquisa mostrou que esses agricultores possuem um “estoque” de experiências e conhecimentos. A forma como a política foi apropriada pelos agricultores, fortaleceu suas estratégias de produção e reprodução social, o que se apresentou enquanto um resultado não previsto pela política. A participação dos beneficiários, e de outros atores vinculados a essa população (sindicatos, cooperativas, trabalhadores sociais, etc.) pode contribuir em diagnósticos que busquem compreender esses indivíduos enquanto sujeitos produtores com lógicas de produção específicas, experiências e modos de vidas, superando análises que os visualizam exclusivamente como sujeitos da “falta”.

No PBSM a perspectiva de participação dos atores sociais locais, iniciada com os programas de enfoque territorial, foi abandonada pelo governo. A gestão local dos programas territoriais foi positivamente avaliada em pesquisas sobre o tema (DELGADO; LEITE, 2015). Por outro lado, os programas territoriais tiveram dificuldade para fazer chegar os recursos aos agricultores em situação de pobreza, questão que foi superada no PBSM.

O direcionamento exclusivo da política para agricultores em situação de pobreza extrema, só foi possível a partir da definição da linha de pobreza, que definiu o público alvo a partir do critério da renda. Dessa forma garantiu-se o acesso de parte dos agricultores em situações de risco, permitindo a gestão do recurso pela família beneficiária e, a escolha dos projetos de investimento, pelos beneficiários. O acesso ao recurso pela população alvo, questionado em outros programas como PRONAF “grupo especial”, PRONAT e PTC², foi possível no PBSM. No entanto, o estabelecimento do critério de renda foi possível graças à “superfocalização” da política adotada, que definiu o enquadramento dos beneficiários a partir

²Estes programas, apesar de voltadas aos agricultores de baixa renda, não alcançaram o público alvo, sendo direcionados a grupos de agricultores capitalizados e com melhor articulação político-burocrática.

de cortes nos níveis de renda muito baixos (inferiores a R\$ 77,00 por pessoa mês³), o que significou a exclusão de muitos agricultores tradicionais. Nesse aspecto, a crítica de Silva *et al.* (2004) e Cohn (2009) à “superfocalização” é válida, pois, o governo somente escolhe os agricultores em extrema pobreza, beneficiando-os por meio de projetos assistenciais individualizados, aos quais o Estado não concede com direitos como aposentadoria e a propriedade da terra.

Além do caráter “superfocalizado” na delimitação do público assistido, os técnicos da Emater relataram situações em que muitos agricultores não puderam ser beneficiados pelo PBSM, mesmo atendendo aos critérios de renda definidos pela PBSM. Tal situação foi justificada pela limitação de recursos disponíveis.

Os obstáculos de acesso à propriedade da terra e o tamanho das propriedades inviabilizam atingir o objetivo de redução da pobreza e das desigualdades sociais. O acesso precário a outras políticas públicas (crédito, aposentadoria, habitação) mantém os agricultores em condições permanentes vulnerabilidade.

Dessa forma, as políticas sociais têm-se limitado ao alívio imediato da pobreza, conforme afirma Cohn (2009). Estas visam combater carências de grupos específicos e necessidades imediatas, mas não questionam a estrutura social e econômica, origem as desigualdades sociais. Os projetos de enfrentamento à pobreza com suas políticas de ampliação da cidadania, vide acesso a educação tradicional, à capacitação profissional, campanhas de documentação, dentre outros, visam integrar as populações pobres à sociedade moderna. No entanto, com poucos investimentos e reduzido capital humano qualificado pelo Estado, sem políticas estruturais e com pouca ênfase às especificidades do modo de vida e das racionalidades dos seus beneficiários, a política não atinge mudanças na situação de vulnerabilidade social desses agricultores.

Por outro lado a política produziu um efeito positivo ao retirar da invisibilidade esses sujeitos sociais. Os agricultores tradicionais passaram a ser visíveis perante as instituições nos municípios, pois passaram a se relacionar com diferentes instancias, desde a Emater, os comerciantes locais, a instituição financeira, dentre outras.

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao impacto da extensão rural na realidade dos agricultores tradicionais. Nos três municípios pesquisados, o trabalho de mediação realizado pela ATER, em maior ou menor grau, buscou considerar as especificidades dos modos de

³R\$ 77,00 correspondia a 10,6% do salário mínimo da época, que tinha como referencia R\$ 724,00 em 2014.

vida dos agricultores tradicionais, demonstrando que a formação diferenciada⁴ do profissional de ATER, voltada para os aspectos que abrangem a complexidade da ruralidade para além do econômico, promove resultados na qualidade da política e na satisfação do trabalho do técnico. Dessa forma, as políticas públicas não se restringem à aplicação de normas e regras racionais, como analisa Herzfield (1992). A política é implementada por seres humanos, que refletem sobre suas ações e o meio onde estão inseridos, no processo de interação aspectos subjetivos também influenciam as ações dos técnicos do estado.

Aprimorar a elaboração de políticas públicas para o universo rural exige conhecer os sistemas de produção dos agricultores, assim como as maneiras em que operam as trocas simbólicas, as vendas e as doações constituintes desta economia local, que na maioria das vezes funciona na informalidade. Uma agenda de pesquisa futura, comprometida com as políticas públicas voltadas aos agricultores tradicionais deve considerar aspectos de uma forma de economia diferente da lógica capitalista, aquela que Scott (1976) denominou economia moral.

⁴ Por formação diferenciada entende-se os espaços de formação e capacitação específicos que os técnicos participaram como requisitos preparatórios para a execução do Projeto Fomento, conforme descritos no capítulo 5, seção 5.3.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa, que deu origem a esta dissertação, foi norteada por alguns interrogantes relativos a um grupo de agricultores tradicionais no estado do Rio Grande do Sul e sobre os quais havia poucas informações e muitas opiniões sem fundamentação segura. A situação desses agricultores despertou minha curiosidade por reunir características de modo de vida, experiência e racionalidade usualmente tratadas abstratamente e que não contribuem para a compreensão da realidade dos objetos das pesquisas.

O ponto de partida da pesquisa foi minha curiosidade a respeito dos agricultores dos municípios de Itati, Dom Feliciano e Lajeado do Bugre com características muito peculiares e que eu, como estudante dos temas rurais, julguei importante estudar com maior profundidade.

O estudo das estratégias de vida dos agricultores tradicionais e sua relação com o Estado, pretendeu compreender como os beneficiários se apropriam da política e quais as mudanças que ocorrem na visão de mundo e na racionalidade dos agricultores como resultado dessa relação.

Foram estabelecidos quatro objetivos para que nortear a pesquisa de campo, realizada no ano de 2016, e que neste momento estou apresentando as conclusões. Os objetivos foram:

- a) descrever o processo histórico de constituição do sujeito social agricultor familiar tradicional;
- b) identificar a racionalidade, os modos de vida e as experiências dos agricultores tradicionais;
- c) descrever as políticas públicas e sociais vigentes no período (a partir da década de 90) destinadas aos agricultores familiares tradicionais;
- d) analisar como desenvolveu-se o Plano Brasil Sem Miséria nos municípios selecionados.

O agricultor familiar tradicional constituiu-se historicamente à margem dos processos oficiais de desenvolvimento nacional. Sua trajetória esteve marcada pela instabilidade da posse da terra, o que obrigou-os a migrar sempre que ocorresse uma expansão da fronteira agrícola ou o aprofundamento de relações mercantilistas de produção. Em sua origem eram produtores de alimentos para subsistência e venda do excedente e, sua origem étnica, era vinculada aos indígenas, negros e mestiços.

Concluída a pesquisa de campo e realizada a análise dos dados levantados foi possível, com o auxílio dos autores utilizados como referencial teórico, constatar algumas

características importantes no modo de vida dos agricultores tradicionais, suas experiências e suas formas de racionalidade.

O modo de vida dos agricultores é marcado por uma particular relação com a terra e com o trabalho. A terra para eles é fonte de vida, de segurança e de moradia. Essa é a razão pela qual em todas as entrevistas foi mencionada a situação de cada agricultor com relação a propriedade da terra. Uns não dispunham de nenhuma parcela de terra, outros tinham pequenas parcelas, mas não tinham documentação e o terceiro grupo, tinha pequenas propriedades regularmente documentadas. A terra, para a maioria deles eles é destinada para a produção de bens para o autoconsumo, é, também, uma possibilidade de renda e, raramente, possibilidade de obtenção de crédito. Apesar de uma relação com a terra marcada pela incerteza da posse e históricos processos de exclusão e de migrações, a terra possui valor simbólico representando o espaço de reprodução social ao mesmo tempo em que é meio de produção econômica.

A relação com a comunidade está baseada no princípio da reciprocidade, baseada na economia local, regida por regras específicas de confiança e amizade. Os agricultores a buscam ter uma autonomia em relação à sociedade englobante, como forma de preservação do seu modo de vida. Isso se expressa na rejeição à condição de submissão, seja enquanto empregado, por meio da relação de trabalhador-patrão; ou enquanto devedor ao Estado, por meio de financiamento de créditos. Os agricultores manifestam uma aversão ao risco decorrente da obtenção de crédito, guiados pelo princípio moral de ter o nome “limpo”. A autonomia pessoal é um valor importante, que se expressa pela rebeldia a submeter-se a relações com algum poder superior. Os agricultores tradicionais revelam ter conhecimento da origem das carências e revelam inconformidade com o status quo, temendo não ser “engolido” pelo sistema social.

As condutas e os comportamentos dos agricultores podem estar associados a uma escolha racional por manter um modo vida baseado às características tradicionais. Eles optam por um modo de vida com reduzidos recursos econômicos, mas que assegura-lhes autonomia e liberdade.

Os agricultores familiares tradicionais estão vítimas de uma exclusão social histórica, que tiveram negado o acesso à terra e aos direitos sociais básicos, como educação e saúde. Com suas experiências construídas a partir desse processo de exclusão socioeconômica e conscientes dessa situação, os agricultores, constroem maneiras específicas de relacionamento com a sociedade moderna, baseadas em mecanismos de autonomia.

O significado do trabalho para os agricultores está relacionado à sobrevivência do grupo familiar e às suas necessidades básicas. Na racionalidade dos agricultores tradicionais o trabalho não é central em suas vidas, como na racionalidade moderna. O trabalho tem valor quando está vinculado à satisfação das necessidades/vontades, não constituindo um princípio moral para suas vidas.

A lógica de sua produção agrícola é uma combinação da preocupação com o autoconsumo, com o mercado e com as trocas simbólicas. A racionalidade dos agricultores tradicionais visa atender três finalidades da produção (o autoconsumo, o mercado e a solidariedade), mas não existe a cultura do planejamento detalhado e/ou diferenciado para atingir cada objetivo.

A tecnologia utilizada está associada a ferramentas manuais, braçais ou de tração animal. Quando dispõem de recursos, os agricultores utilizam determinadas tecnologias da agricultura moderna, como trator e adubos químicos. O conhecimento popular é predominante, e é uma mistura de práticas aprendidas com seus antepassados e tecnologias modernas, poucas vezes acessíveis ao grupo.

A relação dos agricultores tradicionais com o mercado é parcial, variando entre mercado de proximidade, o mercado institucional e o mercado de *commodities*. A renda dos agricultores é constituída r da produção para o autoconsumo, a comercialização de parcial da produção agrícola e a venda esporádica da força de trabalho.

Na interação com o PBSM, os agricultores buscaram fortalecer suas estratégias produtivas e reprodutivas, objetivando a manutenção do seu modo de vida, sem se arriscar com a adoção de novas atividades produtivas. Devido ao caráter temporário do Projeto, que disponibilizou recursos e assistência técnica por apenas um período de dois anos, sem perspectivas de continuidade, os agricultores não abandonaram estratégias produtivas nas quais sentem-se mais seguros para darem continuidade.

Os projetos produtivos dos agricultores, em sua maioria, vinculavam-se ao autoconsumo e, sobre os projetos futuros, o que mais importante era assegurar a moradia, a regularização fundiária e conseguir aposentar-se; alguns agricultores tinham o sonho de aumentar a produção. Não se constatou demandas por aumento do aporte tecnológico ou ampliação do acesso ao mercado, objetivos do PBSM. Alguns trabalhadores manifestaram-se disponíveis para adotarem recomendações desse Projeto, porém subordinarem-se aos objetivos propostos pelo Estado.

O PBSM impactou os agricultores de diferentes maneiras. As famílias que já tinham uma estratégia de comercialização regular, optaram por investir nesses projetos, enquanto a maioria optou pelo investimento voltado à produção para o autoconsumo.

Um dos impactos da política nas estratégias socioeconômicas dos sujeitos sociais resultou da relação com o trabalho da extensão rural, quando diferentes demandas foram apresentadas aos profissionais da ATER, que possibilitou aos agricultores a construção de perspectivas futuras por meio da resolução de pendências/necessidades imediatas.

O acesso à aposentadoria, a política de habitação e ao crédito agrícola eram inacessíveis para uma parcela dessa população, pois ela não possuía título de propriedade legal da terra. Sem ter o objetivo resolver problemas estruturais (regularização fundiária, reforma agrária, educação e saúde). As políticas sociais de transferência de renda, em geral, amenizaram a condição de extrema pobreza, mas não abriram perspectivas dos agricultores para saírem da condição de profunda desigualdade social.

A partir das experiências que os beneficiários tiveram com o PBSM, seria importante criar mecanismos de inclusão de representantes dessa população nos processos de construção de futura agenda e que modificasse a política adotada, se ocorrer continuidade.

Os profissionais da Emater mudaram a concepção que possuíam sobre os agricultores tradicionais. No início do PBSM, muitos técnicos demonstraram preconceitos com relação a esse grupo social. A partir do desenvolvimento do projeto, os profissionais perceberam a capacidade de resposta da população assistida por eles. Em todos os municípios estudados, os técnicos da Emater demonstraram compromisso com essa população e, conseqüentemente, com uma execução eficiente do projeto. Sua atuação foi fundamental para eliminar muitos entraves burocráticos, que poderiam haver inviabilizado seu trabalho nesses Municípios.

O contato dos agricultores com os técnicos da Emater promoveu mudanças nos comportamentos dos agricultores e dos técnicos. Os primeiros passaram a demandar outras pautas à Emater, passando, assim, a ter acesso a serviços que antes não o tinham. Tal relação promoveu mudanças nas perspectivas futuras de alguns agricultores, que foram incorporados em outros projetos. Os segundos, passaram a conhecer melhor os agricultores tradicionais, percebendo a necessidade de dar continuidade ao trabalho de extensão rural com esse grupo social e a adoção de metodologias específicas de extensão rural para dar continuidade ao mesmo.

A “inclusão produtiva”, que confere o atributo de “agricultor produtivo” aos beneficiários, indica uma concepção diferente daquela adotada pelo governo no início da década de 90, quando essa população era considerada uma “franja periférica” pelo relatório

FAO/INCRA e, portanto, considerada incapaz de alcançar o padrão de empreendedor rural. Com o PBSM, o governo mudou tal concepção, passando a considerar a inclusão desses agricultores no processo produtivo, propondo a prepará-los para sua inserção do mercado. Essa mudança repercutiu no papel dos agricultores tradicionais no desenvolvimento rural que, considerados “produtores” adquiriram as condições para competirem no mercado.

O “novo desenvolvimento rural”, inaugurado no Brasil a partir da década de 90, e baseado no fortalecimento da agricultura familiar como alternativa econômica e social para o setor rural brasileiro, por um lado teve resultados satisfatórios dando origem a empresas rurais de base familiar. Por outro lado, as políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos agricultores familiares privilegiaram os agricultores mais capitalizados, mantendo na exclusão agricultores descapitalizados.

Com acesso restrito às políticas públicas e baixo reconhecimento social, os agricultores menos capitalizados continuaram reproduzindo seus modos de vida, suas estratégias socioeconômicas e sua condição de vulnerabilidade social, num quadro de constrangimento econômico e social.

A heterogeneidade social da agricultura familiar é uma questão ainda em aberto nos estudos rurais, temática ainda mais complexa quando pensada na interface com as políticas públicas. Assim, em uma nova fase do desenvolvimento rural no Brasil deve-se buscar soluções para enfrentar as particularidades e problemas das diferentes formas de organização social existentes no mundo rural.

Finalmente, este estudo aponta para a urgente necessidade da criação de políticas cada vez menos universais e que incorporem os agricultores que ainda permanecem esquecidos pelas autoridades governamentais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.
- AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. **Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento rural: uma análise do programa “RS Rural” no contexto das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sergio Baptista da. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- AQUINO, Joacir R.; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Manual do crédito rural**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 302-338.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha **Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo: FINEP/UNESP, Campus Botucatu, 1986.
- BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo Afonso *et al.* **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. p. 81-120.
- BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; DELGADO, Nelson Giordano. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília, DF: IICA, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas e agricultura familiar**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Hur-Ben-Correia.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza. **Apresentação do Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/sistema-de-assessoramento-federativo-sasf/reunioes/2011/02-08-2011/apresentacao-sasfana-fonseca-sesep-mds.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, 2002.

CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014. p. 23-28.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014. p. 33-65

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista ea transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARNEIRO Maria José; Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto José. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

COHN, Amélia. As políticas sociais no governo FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 183-197, 1999.

_____. Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra, **Anais...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Coimbra, 2004, n. 85, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/acohn.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. Presidência da República. **Lei 11.346, de 15 de set. 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues>>. Acesso em: 4 fev. 2017.

COSTA, Adriano Borges; DIAS, Rafael B. Estado e sociedade civil na implantação de políticas de cisternas. In: COSTA, Adriano Borges (Org). **Tecnologia social & políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 33-63.

COUTINHO, Eduardo Granja. Os sentidos da tradição. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002.

DAP garante aos quilombolas acesso a políticas públicas. **Portal Brasil**, Brasília, DF, Cidadania e Justiça, 30 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/11/dap-garante-aos-quilombolas-acesso-a-politicas-publicas>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DELGADO, Guilherme C. Previdência social e desenvolvimento rural. In GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 429-442.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 239-259.

ELIAS, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nações. In: _____. **Escritos & ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 (1974). p. 153-166.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL. Relatório de execução **Programa de Inclusão Social e Produtiva no Meio Rural/ Fomento à Inclusão Social e Produtiva/PBSM**. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO/ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. Projeto UTF/BRA/036.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Microrregiões do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas/microrregioes>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. ZARTH, Paulo Afonso *et al.* **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. p. 121-142.

_____. Centralidade do trabalho e exclusão identitária no meio rural. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 8, n. 3, p. 3-17, 2012.

GERTZ, René Ernaini. **Releituras da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdermar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: _____. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 19-50

HERZFELD, Michael. **The social production of indifference**. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1992.

JANN, Werner; WEGRICH, Kai. Theories of the Policy Cycle. In: FISHER, Frank *et al.* **Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods**. New York: CRC Press, 2007.

JOLLIVET, Marcel. A “vocalção atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 5-25, 1998.

KUHN, Daniela Dias; Microcrédito e capacidade de pagamento dos agricultores familiares: a experiência do programa “RS Rural” no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 789-828, 2005.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1993.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LOBO, Elisabeth Souza. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 7-15, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite. Formas de proletarização, história incorporada e cultura operária. In: _____. (Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Ed. da URFJ/Marco Zero/ROED, 1987.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul**: trabalho, resistência e sociedade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986 (1981).

_____. Regimar e seus amigos. A criança na luta pela terra e pela vida. In: _____. (Org.) **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 51-80.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2001.

_____. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTEI, Lauro Francisco *et al.* Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF. In: CONGRESS, 44., 2006, Fortaleza. **Apresentação oral**: Brasília, DF: SOBER, 2006.

MELLO, Janine, *et al.* **Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

MÜLLER, Elio Eugenio. **Três Forquilhas (1826-1899)**: 1ª fase, a formação da Colônia. Curitiba: Fonte, 1992.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. **Geografia agrária**: teoria e poder. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

NUNES, Camila Xavier; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Paisagem cultural e uso do solo nas áreas de encosta do vale do Rio Três Forquilhas/RS. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia da USP, 2005.

PICCIN, Marcos Botton. **Lógicas socioculturais e estratégias produtivas no Assentamento Menina dos Olhos dos Sem-Terra**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti *et al.* A emergência da categoria “agricultor familiar” como sujeito de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. In: CONGRESS, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PROGRAMA inverte lógica do Estado esperar que pobres corram atrás de ajuda, afirma Dilma. **Portal Brasil**, Cidadania e Justiça, Brasília, DF, 2 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/06/programa-inverte-logica-do-estado-esperar-que-pobres-corram-atras-de-ajuda-afirma-dilma>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo, n. 80, p. 109-125, 2008.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

_____. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Sociedades e organizações camponesas**. Uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 22, p. 120-156, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.

SCOTT, James C. **The moral economy of the peasant: subsistence and rebellion in Southeast Asia**. New Haven: Yale University Press, 1976.

_____. **Seeing like a State**. How certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven; London, Yale University Press, 1998.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. Marx, Durkheim e Weber. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira *et al.* **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004

SILVA, Osvaldo Heller da. A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme e A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade, de Hugues Lamarche (coord.) **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 161-167, jun. 1999.

SOUZA, Jessé. **Patologias da modernidade**. Um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. **A modernização seletiva**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2000.

TCHAYANOV, Alexander V.; CABRAL, Manuel Villaverde. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). **Análise Social**, Lisboa, p. 477-502, 1976. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

TELLES, Vera da Silva. **Conclusão do relatório preliminar de pesquisa sobre modo e condição de vida**: uma análise da desigualdade na Região Metropolitana da Grande São Paulo. São Paulo: CEDEC/DIEESE, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer; FONTANA, Josep. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1979.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. O Conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato**: Jornal de Cultura, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1978.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 12, p. 25-36, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Grupo de Trabalho 17**: processos sociais agrários. Caxambu: 1996.

_____. **"Franja periférica", "pobres do campo", "camponeses"**: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. Apresentação oral no Seminário Internacional Políticas Territoriais e Pobreza no Campo e na Cidade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2014a.

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 52, p. 25-44, 2014b.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, [1905] 2001.

WEBER, Max; DELAUNAY, Gerard Georges; FRIAS, Rubens Eduardo Ferreira. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 87, p. 11-73, 1990.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 110, p. 288-322, 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: Unijuí, 1997.

_____. Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grand do Sul. In: _____ *et al.* Os **caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 45-80.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida *et al.* Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 540-573, abr. 2014.

APENDICE A – Carta de Apresentação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
Mestrado e Doutorado Multidisciplinares

A quem interessar possa:

Apresentamos a Vossas Senhorias a Sra. **Dayana Cristina Mezzonato Machado**, aluna em nível de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que está desenvolvendo sua pesquisa de campo no tema *Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) – Programa de Fomento* e a apropriação dessa política pública pelos beneficiários, sob a orientação do Professor Dr. Ivaldo Gehlen.

Solicitamos, assim, a colaboração possível de V.Sas. no sentido de disponibilizar informações diversas, as quais serão de muito valor para a realização do referido trabalho. Salientamos que será garantido sigilo sobre todas e quaisquer informações fornecidas.

Agradecendo a atenção dispensada a nossa aluna, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Porto Alegre, 15 de março de 2016.

Prof. Lvois de Andrade Miguel
Coordenador do PGDR

APENDICE B - Lista dos entrevistados, município e local da entrevista, função e data da entrevista

Entrevistados	Município de residência	Local da entrevista	Função	Data
Clair Alexandre do Val	Dom Feliciano	Casa da agricultora	Agricultora	14/04/2016
Isaías Santos Rodrigues	Dom Feliciano	Casa do agricultor	Agricultor	14/04/2016
Odete Castro Guimarães	Dom Feliciano	Casa da agricultora	Agricultora	15/04/2016
Maria Eliane Pereira Guimarães	Dom Feliciano	Casa da agricultora	Agricultora	15/04/2016
Vera Lucia Costa da Silva	Dom Feliciano	Casa da agricultora	Agricultora	15/04/2016
Vitória Oclides da Silva	Dom Feliciano	Casa da agricultora	Agricultora	14/04/2016
Neusa Moreira dos Santos	Dom Feliciano	Casa da agricultora	Agricultora	28/04/2016
Elenir Pereira Dama	Lajeado do Bugre	Casa da agricultora	Agricultora	27/04/2016
Elenice Pereira Koling	Lajeado do Bugre	Casa da agricultora	Agricultora	27/04/2016
Andreia Moreira Alves	Lajeado do Bugre	Casa da agricultora	Agricultora	28/04/2016
Jacira Bueno Britz	Lajeado do Bugre	Casa da agricultora	Agricultora	29/04/2016
Valdir da Silva Chicatto	Lajeado do Bugre	Casa do agricultor	Agricultor	29/04/2016
Fabiana Brizolla	Lajeado do Bugre	Casa da agricultora	Agricultora	29/04/2016
Santo Machado	Lajeado do Bugre	Casa do agricultor	Agricultor	28/04/2016
Otaviano Silva	Itati	Casa do agricultor	Agricultor	19/04/2016
Rosa Caetano	Itati	Casa da agricultora	Agricultora	19/04/2016
Carlos Eduardo Gonçalves da Silva	Dom Feliciano	Escritório da municipal da Emater	Técnico da Emater	14/04/2016
Pedro Ademir Matias da Rosa	Lajeado do Bugre	Escritório da municipal da Emater	Técnico da Emater	27/04/2016
Michele Soares Carvalho	Lajeado do Bugre	Escritório da municipal da Emater	Técnico da Emater	27/04/2016
André Camargo Volpato	Lajeado do Bugre	Escritório da municipal da Emater	Técnico da Emater	27/04/2016
Tiago Machado Silveira	Lajeado do Bugre	Escritório da municipal da Emater	Técnico da Emater	27/04/2016
Marlete Peroza Piaia	Lajeado do Bugre	Escritório da municipal da Emater	Técnico da Emater	27/04/2016
Karina	Lajeado do Bugre	Escritório	Responsável Bolsa Família	29/04/2016
Marineli Dornelles Méliga	Itati	Escritório da municipal da Emater	Técnico da Emater	19/04/2016
Márcio Marrek Berbigier	Porto Alegre	Sede estadual da Emater/RS	Coordenador PBSM Emater/RS	11/03/2016

APENDICE C - Roteiro da entrevista com os mediadores sociais

1 – Informações gerais e objetivos:

Quando iniciou o PBSM – Fomento?

Quais eram os objetivos do projeto?

Vocês participaram da elaboração destes objetivos?

2 - Operacionalização

Como foi a operacionalização do projeto?

Quais eram as etapas?

Como foram selecionadas as famílias? Quais eram os critérios?

Como vocês organizaram as questões burocráticas?

3 – Desenvolvimento

Quais foram as principais ações/funções dos profissionais da Emater?

Como você avalia o desenvolvimento do projeto?

Tem alguma inovação nessa política comparada às demais que você executa ou já executou?

Qual?

O que você achou mais difícil de ser implementado?

O que foi mais prazeroso?

4 – Avaliação

Quais são os principais resultados?

Vocês consideram que os objetivos foram alcançados?

Por que?

APENDICE D - Roteiro de entrevista com os agricultores

Identificação:

Nome
Nº da Entrevista
Data
Município

História de vida

Conte-me um pouco sobre a sua vida.
Onde nasceu?
Sempre viveu aqui? Ou se mudou pra cá?
Qual é a sua origem étnica?
Têm filhos, quantos?
Como é a lembrança dos pais? Dos avós? Da vida de criança?

Cotidiano

Como é a rotina do(a) senhor(a)? Quais atividades você faz do momento em que acorda até a hora de dormir?
Quais atividades costumam fazer nos fins de semana?
Qual é o cardápio da família? Quais os principais tipos de comida vocês se alimentam?
De onde vêm os alimentos? Como são feitos? Aprenderam com quem?

Vida na zona rural e na comunidade

O que vocês acham da vida nessa comunidade?
Como é a relação com os vizinhos?
Para você como é a vida no interior? O que significa viver na roça?
Você gosta do lugar onde vive?

Atividades Produtivas

O que vocês produzem aqui na propriedade?
Como vocês plantam?
Como é feita a criação dos animais?
Compram semente ou já possuem?
Vocês utilizam quais equipamentos ou maquinários no processo produtivo?
Vocês possuem algum tipo de maquinário usado nos plantios?
Vocês adubam a terra?
Que tipos de adubo costumam usar?
Usam algum outro insumo? Calcário, veneno, etc?
A quanto tempo você é agricultor (a)?
Com quem vocês aprenderam a produzir?
Como é o trabalho na unidade de produção?

Finalidade da Produção

Qual é o destino da produção?

Comercializam, auto consumo, consumo intermediário?
Amigos e parentes?
Se não comercializa. Vocês têm vontade de comercializar? Por que não comercializa?

Renda

Além da produção agrícola, a família possui outras rendas?
Qual a procedência?

Crédito agrícola

Vocês já acessaram algum crédito agrícola?
Qual? O que fizeram? Quais foram os resultados?
Teriam vontade de acessar algum dia? Ou acessar novamente?

SOBRE PBSM

Contato com a política

Como vocês ficaram sabendo desse programa/projeto?
Vocês já conheciam a Emater? Já tinham recebido alguma assistência antes?

Operacionalização (Regras, critérios, documentação)

Como fazia para poder participar?
O que vocês tiveram que fazer?
Como funcionava? Reuniões, cursos, visitas, etc.
Documentação (DAP, CADUNICO)

Projeto produtivo

Em que vocês aplicaram o recurso? Por quê?
Como foi essa escolha?
Você ficou satisfeito (a) com essa escolha?

Retorno para a família

E hoje qual é a situação atual do projeto?
Ele está trazendo algum benefício para a família? Quais?

Avaliação

Esse projeto mudou alguma coisa na sua vida?
Você mudou algum costume? Você passou a se alimentar de forma diferente?
O que você achou de bom nesse projeto?
O que você acha que deveria / poderia ser diferente?

Outras políticas

Vocês acessam alguma outra política governamental? (Bolsa família, Bolsa verde, PAA, aposentadoria, habitação, documentação, água, estrada, etc)

Projetos futuros

Pensando de novo na vida, como você imagina o seu futuro? Qual é o seu sonho? Seus projetos para o futuro?

Dados gerais:

Vocês têm eletricidade aqui desde quando?

Você possui água encanada? O poço é artesiano?

Você possui terra própria? Tem documento da terra?

Nome Completo	Idade	Escolaridade	Ocupação principal

Propriedade:

Área (ha)	Própria		

Observações gerais/ impressões da visita:

APENDICE E - “Os olhares dos agricultores tradicionais”

Clair, agricultora tradicional, Dom Feliciano. Fonte: Machado, 2017.



Vitória, agricultora tradicional, Dom Feliciano. Fonte: Machado, 2017.



Vera, agricultora tradicional, Dom Feliciano. Fonte: Machado, 2017



Maria, agricultora tradicional, Dom Feliciano. Fonte: Machado, 2017



Odete, agricultora tradicional, Dom Feliciano. Fonte: Machado, 2017



Rosa, agricultora tradicional, Itati. Fonte: Machado, 2017



Otaviano, agricultor tradicional, Itati. Fonte: Machado, 2017



Elenice, agricultora tradicional, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017



Agricultora tradicional, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017



Agricultores tradicionais, interlocutores da pesquisa de campo, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017



Andreia, agricultora tradicional, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017



Neusa, agricultora tradicional, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017



Santo Machado, agricultor tradicional, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017.



Jacira, agricultora tradicional, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017



Valdir e Fabiana, família de agricultores tradicionais, Lajeado do Bugre. Fonte: Machado, 2017